BT

Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Quinta-feira, 29 de agosto de 2024
Ano CVII • Número 29.684
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

OS PODERES E A ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA

A influência do capital financeiro global no Brasil e a organização dos poderes constitucionais. Por Pedro Pinho, **página 2**

DEBATES SOBRE IA NO FUTURECOM 2024

Evento discutirá como reinventar métodos do cuidado e da predição de doenças com as possibilidades proporcionadas pela Inteligência Artificial. Por Aislan Loyola, **página 4**

Caged: mais 188.021 postos de trabalho são gerados em julho

País acumula 1,49 milhão de empregos no ano

O mercado formal brasileiro apresentou em julho um saldo de 188.021 postos de trabalho, variação relativa de 0,40%, acumulando no ano saldo de 1.492.214 postos de trabalho com carteira assinada. Em 12 meses, agosto de 2023 a julho de 2024, foram gerados no país um total de 1.776.677 empregos, resultado 13% maior que o saldo observado no período de agosto de 2022 a julho de 2023, quando foram gerados 1.572.564 postos de trabalho. Com isso, o estoque recuperado para o Caged em julho é de 47.009.489 postos de trabalho formais, variação relativa de 0,40%.

O setor com maior geração de empregos no ano foi o de Serviços, com 798.091 novos postos formais, vindo em seguida a Indústria, com geração de 292.165 postos de trabalho.

Os dados são demonstrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, com base nas informações prestadas pelas empresas e foram anunciados nesta quarta-feira pelo ministro Luiz Marinho.

Os dados mostram que o emprego em julho foi positivo em todos os estados, com exceção do Espírito Santo, e nos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas. O setor de serviços gerou 79.167 postos, seguido da Indústria, com 49.471 postos, um crescimento 30% em comparação a igual mês do ano anterior e 85,6% no acumulado do ano; o Comércio, com geração de 33.003; Construção Civil, com 19.694; e a Agropecuária, com saldo de 6.688 postos no mês.

Marinho destacou na coletiva os dados da indústria, que gerou esse mês 49.471 empregos, frente a 21.465 de julho do ano passado. No acumulado do ano, a indústria gerou 292.165 postos de trabalho frente a 157.397 do ano passado.

Big techs: texto de taxação irá ao Legislativo na 6ª feira

O governo pretende enviar ao Congresso proposta para a taxação das big techs (grandes empresas de tecnologia), disse nesta quarta-feira, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Ele esclareceu que o texto tramitará de forma separada do projeto de lei do Orçamento de 2025, que será enviado na sexta-feira ao Legislativo.

"Não consta na lei orçamentária a taxação de grandes empresas de tecnologia, mas há maturidade desse processo no mundo que a gente precisa trazer para o Brasil. Não será no PLOA [projeto da lei orçamentária anual], mas dentro do segundo semestre vamos tratar desse tema da taxação das big techs", disse Durigan em entrevista coletiva para detalhar o plano de revisão de gastos do governo.

O secretário não esclareceu como seria feita a taxação. Apenas disse que o tema representa um dos pilares de recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que sugere medidas econômicas e sociais a países.

Segundo as primeiras estimativas da equipe econômica, a taxação das big techs deve render cerca de R$ 5 bilhões anuais ao governo federal. Uma das opções seria o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o mesmo tributo cobrado dos combustíveis, mas Durigan não respondeu à pergunta sobre essa possibilidade. Caso o governo opte por esse tributo, os governos locais seriam beneficiados, porque 29% da arrecadação da Cide são partilhados com estados e municípios.

Em relação a medidas estruturais para reduzir os gastos públicos, o secretário executivo disse que a equipe econômica trabalha para avançar nos debates sobre a reforma do Imposto de Renda e da vinculação de receitas e despesas. Durigan, no entanto, não anunciou uma data precisa para o envio dessas propostas.

"Não somos nós que vamos dizer o tempo exato, mas estamos trabalhando para dar todas as condições ao governo para que, assim seja possível, debate de vinculação de renda, reforma da renda, para que isso esteja pronto, avaliado e estudado do ponto de vista técnico", declarou o número 2 do Ministério da Fazenda.

Lula indica Galípolo para presidente do BC

Anúncio foi feito por Fernando Haddad; para assumir, atual diretor de Política Monetária do Banco Central ainda tem que ser sabatinado pelo Senado

O economista Gabriel Galípolo é o indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Banco Central. O anúncio foi feito nesta quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto.

"O presidente da República me incumbiu de fazer um comunicado aqui, de que hoje ele está encaminhando ao Senado Federal, ao presidente Rodrigo Pacheco e ao senador Vanderlan, presidente da CAE, o indicado dele para a presidência do Banco Central, que vem a ser o Gabriel Galípolo, que hoje ocupa da diretoria de Política Monetária do banco", revelou o ministro.

Para assumir o cargo, Galípolo ainda precisará ter o nome aprovado pelo Senado Federal, que realizará uma sabatina com o indicado, para um mandato de quatro anos à frente do BC. Se aprovado, ele substituirá Roberto Campos Neto, cujo mandato se encerra no dia 31 de dezembro.

Ex-secretário de Economia e de Transportes do governo de São Paulo, Galípolo trabalhou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Centro Brasileiro de Relações Internacionais e no Banco Fator, instituição que ele fundou. Em 2023, assumiu o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até ser indicado e aprovado para a diretoria de Política Monetária do BC, que ele ocupa desde julho do ano passado.

Segundo o presidente da Febraban, Isaac Sidney, em nota, o fato de Galípolo já fazer parte da Diretoria do BC há mais de um ano, participando de todas as discussões e decisões sobre política monetária, deu a ele plenas condições para assumir a presidência da autoridade monetária.

De acordo com Camila Abdelmalack, economista chefe da Veedha Investimento, desde o ano passado o mercado trabalhava com a hipótese de Galípolo na presidência do BC. E desde o ano passado houve uma certa mudança na percepção que se tinha em relação ao diretor de política monetária. No passado o mercado entendia que Galípolo sucumbiria às pressões do governo, falava-se em Tombinização do BC. No entanto, a postura que o diretor adotou recentemente, seguindo as sinalizações mais duras de combate à inflação, reduziu essa percepção.

"Portanto, um nome diferente nesse momento que o mercado já havia acomodado essa indicação, poderia trazer uma desconfiança desnecessária. Agora, fica a expectativa pela nomeação para diretoria deixada pelo Galípolo. Fora isso, entre setembro e dezembro tem uma alta de juros em discussão e o mercado assistirá com bastante atenção o posicionamento do indicado" finaliza. **Página 3**

Receita do setor de máquinas e equipamentos tem queda de 2,2%

Em julho, a receita líquida total do setor de máquinas e equipamentos somou R$ 24 bilhões, queda de 2,2% na comparação com igual período do ano passado. Em relação a junho de 2024, houve aumento de 3,2%.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o crescimento mensal foi puxado principalmente pelas exportações, que aumentaram 45,1% em relação a junho e 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, somando US$ 1,3 bilhão em julho. Esse foi o melhor resultado das exportações em 2024 e também representou recorde histórico para um mês de julho.

As importações também cresceram no período, somando quase US$ 2,7 bilhões em julho, recorde para o mês. O aumento foi de 15,9% na comparação com junho e de 16,6% em relação a julho de 2023.

O consumo aparente de máquinas, que leva em conta equipamentos produzidos no país e importados, teve alta de 5,1% em relação a julho do ano passado e de 2,6% na comparação com junho, puxado pela melhora das importações.

Julho também apresentou melhora no nível de emprego. O setor encerrou o mês com 389.279 colaboradores, aumento de 0,3% em relação a junho. Segundo a Abimaq, esse crescimento foi resultado da melhora nas indústrias de máquinas para bens de consumo, componente e máquinas para agricultura. No entanto, o quadro de pessoal continua abaixo do registrado no ano passado, com queda de 0,9% em relação a julho de 2023.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,5676
Dólar Turismo	R$ 5,7670
Euro	R$ 6,1917
Iuan	R$ 0,7809
Ouro (gr)	R$ 453,93

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	-

Os poderes e a organização brasileira

Por Pedro Pinho

Embora enfraquecido pelas ações bélicas, sanções e embargos contra a Federação Russa (Rússia), países que não se submetem ao poder financeiro global, como Cuba, Nicarágua, Venezuela e contra a República Popular da China (China), o poder financeiro ainda é muito forte no Brasil.

No Ocidente, ele comanda as decisões estadunidenses, do Reino Unido, da França, onde o atual presidente foi empregado da família de banqueiros Rothschild, da Alemanha e de outros países europeus, americanos e do Oriente Médio.

Até o fim do século 20, a palavra "banca" representava o que as próprias finanças passaram a denominar, no século 21, "gestores de ativos", ou seja, captadoras e aplicadoras de bens monetários.

Em dezembro de 2022, os cinco maiores gestores de ativos do mundo estavam nos Estados Unidos da América (EUA):

1) BlackRock, com ativos na ordem de US$ 10 trilhões;
2) Vanguard, com ativos de US$ 8 trilhões;
3) Fidelity, com ativos de US$ 4 trilhões;
4) State Street, com ativos de US$ 3,5 trilhões;
5) J.P. Morgan Chase, com ativos de US$ 3 trilhões.

O 6º maior gestor de ativos vem da Alemanha, o Allianz, com ativos de US$ 3 trilhões.

Os três seguintes eram os estadunidenses:

7) Capital Group, com ativos de US$ 3 trilhões;
8) Goldman Sachs, com ativos de US$ 2,5 trilhões;
9) BNY Mellon, com ativos de US$ 2 trilhões.

Vindo a seguir:

10) Amundi, da França, e
11) UBS, da Suíça, ambos com ativos da ordem de US$ 2 trilhões; e
12) Legal & General Group, do Reino Unido, com ativos de US$ 1,9 trilhões.

Seguiam-se seis gestores de ativos estadunidenses (Prudential Financial, T. Rowe Price Group, Invesco, Northern Trust, Franklin Templeton, Morgan Stanley), com ativos entre US$ 1,7 e US$ 1,4 trilhões, até chegar ao 19º, o francês BNP Paribas, também com cerca de US$ 1,4 trilhões.

Na 20ª posição estava Wellington, EUA, com ativos na ordem de US$ 1,4 trilhões (Fonte: FundsPeople, 25/10/2023).

Para que se tenha a ideia do que representavam estes gestores de ativos, nos cinco maiores Produto Interno Bruto (PIB), em 2023, estavam:

1) EUA, com US$ 23 trilhões;
2) China, com US$ 18 trilhões;
3) Alemanha, com US$ 4,5 trilhões;
4) Japão, com US$ 4 trilhões; e
5) Índia, com US$ 3,5 trilhões.

O Brasil, situado em 9º lugar, possuía pouco mais de US$ 2 trilhões (Fonte: DadosMundiais.com, em julho de 2024).

Os poderes constitucionais brasileiros

A Constituição de 1988, conforme Emenda Constitucional nº 80/2014, define os poderes dentro do sistema republicano participativo que vem sendo adotado por grande número de países desde a Constituição dos EUA, de 1787, e da Revolução Francesa de 1789.

Sucintamente são, no Brasil, o Poder Executivo, composto do Presidente e do Vice-Presidente, auxiliado pelos Ministros de Estado, o Poder Legislativo, funcionando como Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e o Poder Judiciário, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público são os garantidores da ordem democrática e dos direitos do Estado e da Cidadania.

A estrutura do Estado brasileiro foi copiada da estadunidense, federativa, contrariando a tradição unitária do Brasil Colônia. A prova desta inconsistência está nos períodos autoritários e centralizadores do Estado Novo (1937-1945) e dos Governos Militares, especialmente de Emílio Médici e Ernesto Geisel (1969-1979) quando o Brasil teve seus maiores crescimentos econômicos e sociais, além da criação de instituições administrativas para o País.

Vive-se atualmente com o poder executivo fraco, submisso ao capital financeiro apátrida, que abre espaço para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, negociar, apoiado pelo senador Rodrigo Pacheco, o modelo parlamentarista ou semipresidencialista para o Brasil.

O Judiciário, por seu turno, usa a capacidade de definir a constitucionalidade das leis, para minar o poder legislativo. Obviamente a sociedade brasileira retrocede, não só na economia como na vida política, social, dos direitos, que vai se afastando das suas necessidades e ficando dependente do que lhe chega pela comunicação da imprensa, em especial a televisiva, e, exercendo ainda maior pressão, as comunicações virtuais, cujos verdadeiros donos estão no exterior, são os gestores de ativos.

O Brasil é mais africano do que europeu, visto pelas tradições mais arraigadas na maioria da população, pelo vocabulário e pelo tom da pele da maioria absoluta de sua população.

Em março de 1957, com a independência da antiga Costa do Ouro, atual Gana, ocorreu a primeira colônia da África subsaariana a ganhar governo próprio. Buscou-se construir nova História da África, sem cair no erro de copiar as "nações mais desenvolvidas".

Pergunta-se: foi possível? Não. Naquela época de guerra-fria, a ideologia marxista e a presença da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram muito fortes na África e na Ásia. Em 1949, a gigantesca China se tornava país marxista, entre abril e novembro as grandes cidades passaram do controle colonial ou nacionalista para o controle comunista. Foi a "longa marcha" de Mao Tse Tung, deixando por onde passava vitoriosa um jornal para difusão das ideias marxistas.

Porém o pensamento confucionista, do século 5 antes da era cristã, mantinha-se internalizado na maioria, na quase totalidade, dos chineses.

O Brasil não teve situação similar. O pensamento cristão-católico que veio com os portugueses, com violência e opressão, se impôs mesmo na população africana trazida da África como escrava.

O Brasil brasileiro

Na década de 1980, quando as finanças iniciavam, com as desregulações financeiras e a imposição do Consenso de Washington (1989), verdadeira constituição universal, criava-se na África o "Grupo de Estudos Subalternos (GES)", para interpretação nacional da história.

No entanto, toda formação europeia, tanto na África, quanto na Oceania e nas Américas, e, ainda que menos intensa, na Ásia – lembrar que a Índia, o mais populoso país nesta década, se tornou independente em 15 de agosto de 1947, há 67 anos – não conseguiu obstar algo valioso, que não poderia ser ofuscado pelas ideologias europeias.

Um exemplo está na iniciativa da UNESCO, sob direção do professor senegalês, hoje com 103 anos, Amadou Mahtar M'Bow (1974 até 1987), sendo presidente do "Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África", o historiador queniano Bethwell Allan Ogot (03/08/1929), que coordenou a elaboração da "História Geral da África" em oito volumes, no entorno de mil páginas, cada.

Mahtar M'Bow, no Prefácio à "História Geral da África", escreve: "Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos".

Não seria pela ignorância e ganância europeia? Lembrar que os astecas tinham o idioma nauatle, que Felipe II (1527-1598), da Espanha, proibiu a difusão para que os habitantes das Américas fossem considerados selvagens, incapazes de se orientarem sem a ajuda europeia.

O Brasil também ignora a obra e a atuação na sociedade de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o Patriarca da Independência, de José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), militar, político e escritor, que lutou ao lado de Simón Bolívar (1783-1830), de José Martiniano de Alencar (1829-1877), dos mais importantes ficcionistas e político brasileiro, de Luís Gonzaga Pinto Gama (1830-1882), abolicionista que sofreu a escravidão, de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, de Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923), de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), historiador paranaense, de Clóvis Beviláqua (1859-1944), jurista e fundador da Academia Brasileira de Letras, de Eduardo da Silva Prado (1860-1901), de Sílvio da Silveira Ramos Romero (1851-1914), de Júlio de Castilhos (1860-1903), de Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), de Euclydes Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909), de Manoel José Bomfim (1868-1932), médico, historiador, defensor da educação para se ter o país mais justo, de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), nosso maior estadista, de Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), de Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), de Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), o grande educador, de Alberto Pasqualini (1901-1960), dedicado ao trabalhismo, de Josué Apolônio de Castro (1908-1973), médico do combate à fome, de Ignácio de Mourão Rangel (1914-1994) e de Celso Monteiro Furtado (1920-2004), dois economistas que dignificaram a profissão, de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo e político, professor na Universidade do Sul da Califórnia (USC), do genial Darcy Ribeiro (1922-1997), de José Walter Bautista Vidal (1934-2013), e de outros escritores, políticos, professores, pensadores que refletiram sobre a sociedade brasileira.

Se houvesse interesse em desenvolver o sistema nacional para a organização institucional brasileira, a exemplo da África, porém como órgão público, talvez ligado à Presidência da República, criar-se-ia o "Comitê Científico Nacional para a História do Brasil", onde os acima citados e outros de igual importância teriam suas obras completas editadas, estudadas em profundidade, e, assim, conhecida a cultura aqui formada.

O objetivo final do trabalho seria a interpretação nacionalista da nossa história para que se propusesse a organização e reorganização política do Estado Brasileiro, com os plebiscitos e referendos para que, conscientemente, o povo as julgasse.

O século 21 das comunicações virtuais, da era digital, da Inteligência Artificial (IA), não pode repetir modelos organizacionais, coloniais, do século 18 ou 19, nem mesmo do belicoso século 20.

Apresentar um Estado como democrático, como o fazem os defensores da unipolaridade estadunidense, é, senão intencional burla, um engodo.

Observe-se que, efetivamente, apenas dois partidos, com os mesmos propósitos, disputam periodicamente a presidência dos EUA. E não é o mais votado que se elege. É aplicado o sistema que determinados estados, tais como Arizona, Geórgia, Michigan, Nevada, Pensilvânia e Wisconsin, seis dentre 52, pela quantidade de representantes, são os eleitores decisivos para determinação do Presidente.

Na formação do Brasil República optou-se pela Doutrina Monroe (1823), devida ao Presidente estadunidense por dois mandatos, James Monroe (1817-1825), ao invés do ideal de Sebastián Francisco de Miranda Rodríguez y Espinoza (1750-1816) e de Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Ponte y Palacios Blanco (1783-1830), para quem a ideia de independência era inseparável da integração da Nova Granada, apenas um país territorialmente grande de poderia ser soberano.

Na expressão do escritor e professor José Gregorio Linares Acosta (1960), em "Bolivarianismo versus Monroísmo" (Centro de Estúdios Simón Bolívar, Caracas, 2020), trata-se do "contraponto entre a dignidade e a ingerência".

O Brasil, com a exceção única do Estado Novo de Vargas, vem optando pela "ingerência", e, desde 1990, sob a forma de capitais apátridas, hoje designados gestores de ativos.

O político, especialista em movimentos nacionalistas e de integração regional, Samuel Kwadwo Boaten Asante (Gana, 11 de maio de 1933) escreve em "O Pan-africanismo e a Integração Regional", no volume VIII, da "História Geral da África África desde 1935" (UNESCO, 2010): Há "dois aspectos característicos de um movimento de libertação. O primeiro visa a unidade e a cooperação política. O pan-africanismo conheceu a fase colonial, de 1935 a 1957, a fase da independência, como movimento de libertação, e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual o pan-africanismo, como força de integração, foi sobremaneira reforçado pelas mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões destas mudanças nas economias africanas".

Nestes mais de trinta anos, com cinco eleições para Presidente vencidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não se constituiu qualquer iniciativa para estudar o Brasil em profundidade e propor o modelo efetivamente nacional de gestão do Estado.

Vemos nesta disputa atual entre os poderes executivo, legislativo e judiciário o sintoma, a febre que poderá nos levar à morte como Nação Soberana, que Bautista Vidal contrapunha ao Estado Servil, mas que o seremos, servos das finanças.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

Indicação de Galípolo não surpreende mercado

É cogitado pequeno recuo na Selic

A indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central, anunciada oficialmente pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ser esperada, não provocou reações no mercado financeiro. "É provável que, para ganhar credibilidade, Galípolo vote a favor de um aumento na taxa de juros na próxima reunião, alinhando-se com seu discurso," diz Evandro Buccini, sócio e diretor de gestão de crédito e multimercado da Rio Bravo Investimentos

Destaca a nomeação já era amplamente esperada. "Portanto, as reações do mercado não têm grande relevância aqui, apesar de ter havido um leve movimento de desvalorização no câmbio. Galípolo possui um perfil mais político comparado aos recentes ocupantes do cargo, mas também é economista e tem experiência bancária, o que o mantém conectado ao mercado financeiro. Ele já foi secretário-executivo e teve um papel ativo na campanha de Lula, o que adiciona uma dimensão política ao seu perfil", acrescentou.

Buccini lembra que a atuação Galípolo como diretor do BC foi breve e marcada por dois períodos distintos: "Inicialmente, um período mais dovish (preferindo cortar juros), no qual ele foi um voto vencido ao defender cortes maiores, e mais recentemente, um período mais hawkish (preferindo aumentar juros), onde ele foi possivelmente o membro mais hawkish do colegiado. É provável que, para ganhar credibilidade, Galípolo vote a favor de um aumento na taxa de juros na próxima reunião, alinhando-se com seu discurso. No entanto, resta saber se essa postura será mantida, já que ele não segue os mesmos modelos que a maioria no Banco Central, mas se adaptou rapidamente à instituição e passou a falar a mesma linguagem dos demais membros."

Para Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, Gabriel Galípolo "traz consigo uma vasta experiência no setor financeiro e acadêmico. Como diretor de Política Monetária, ele demonstrou uma abordagem pragmática e técnica, o que pode significar uma continuidade na atual política de juros. No entanto, sua ligação estreita com o governo pode sugerir um alinhamento maior com as diretrizes econômicas do executivo. Isso poderia resultar em um Banco Central mais receptivo a políticas que busquem um equilíbrio entre controle da inflação e estímulo ao crescimento econômico. A sua gestão poderá influenciar a percepção de independência do BC e impactar a confiança dos mercados."

"Embora eu acredite que sua tendência será de reduzir os juros, não creio que veremos cortes expressivos. Em minha opinião, uma redução pequena, algo em torno de 0,2%, seria mais provável. Um corte maior, como 0,5%, seria significativo demais para o momento atual. A estratégia dele deve ser buscar um equilíbrio que beneficie tanto a economia quanto os investidores, evitando medidas radicais e focando em ajustes graduais para estabilizar o cenário econômico", explicaAlex Andrade, CEO da Swiss Capital Invest

"Não é uma surpresa para ninguém", ressalta Jefferson Laatus, chefe-estrategista do grupo Laatus. "De fato, não havia outros nomes relevantes sendo cogitados para o cargo de presidente, e Galípolo já vinha demonstrando um perfil de alinhamento com o governo, assumindo uma postura quase presidencial. Mesmo quando mencionou a possibilidade de aumentar os juros, essa declaração parecia mais uma medida voltada para a política monetária e para desacelerar o dólar do que uma tentativa de demonstrar uma independência em relação ao governo. É evidente que, internamente, ele sabia que não haveria uma necessidade de iminente de aumentar os juros, e suas declarações podem ter sido, em parte, uma estratégia para influenciar o valor do dólar. Não seria surpresa se isso tivesse sido discutido com a Haddad e outras partes envolvidas."

Sugestão passará por sabatina do Senado

Em nota emitida pela assessoria de imprensa, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, parabenizou o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, pela indicação ao cargo. Escolha foi do presidente Lula. A indicação não foi surpresa, pois nas últimas semanas o nome do diretor ganhou força em Brasília.

Gabriel Muricca Galípolo, 42 anos, é um economista, ex-banqueiro, escritor e professor universitário brasileiro, atual diretor de política monetária do Banco Central do Brasil. O anúncio foi feito nesta quarta-feira pelo ministro da fazenda, Fernando Haddad. "Após a sabatina e a aprovação pelos Senadores, a transição dos mandatos será feita de maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição", destacou a nota.

De acordo com a nota, Campos Neto tem trabalhado de forma harmônica e construtiva com o diretor Galípolo desde a sua chegada ao Banco Central. Campos Neto deseja a Galípolo muito sucesso nessa nova fase da sua vida profissional.

Desde que assumiu o terceiro mandato, o presidente Lula nunca disfarçou que a política monetária de Campos Neto não correspondia com o ritmo almejado pelo governo no combate aos juros altos.

Formação acadêmica - 2005-2008 – Mestre em Economia Política Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e de 2000-2004 – Graduado em Economia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Experiência profissional: Banco Central do Brasil Diretor de Política Monetária, 2023-presente; Ministério da Fazenda Secretário Executivo, 2023; Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) Pesquisador sênior, 2022; Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Conselheiro, 2022; Banco Fator CEO, 2017-2021; Galípolo Consultoria Sócio-diretor, 2009-2022; Secretaria de Economia e Planejamento – Governo do Estado de São Paulo Diretor da Unidade de Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs, 2008; Secretaria dos Transportes Metropolitanos – Governo do Estado de São Paulo Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, 2007.

Petroleiro demitido é readmitido três anos depois

Demitido em junho de 2021 por justa causa por distribuir cestas básicas a famílias carentes abrigadas em terreno da Petrobras em Itaguaí (RJ), o petroleiro Alessandro Trindade foi readmitido pela companhia nesta terça-feira (27), num ato de reparação à injustiça cometida pelo governo passado, em pleno período da pandemia da Covid 19.

Foram mais de três anos de luta da Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para que ele voltasse a fazer parte do quadro de funcionários da estatal.

Em sua conta na rede social, Trindade, já com o característico uniforme de trabalho da empresa, agradeceu à categoria petroleira por lutar pelo seu retorno. "A minha categoria nunca me abandonou, são 3 anos e 4 meses fora dos quadros da Petrobras". O Sindipetro-NF continuou pagando o salário do dirigente durante todo o período que esteve desempregado. "O sindicato custeou meu salário, ajudando a manter minha família, plano de saúde e escola dos meus filhos", disse emocionado no vídeo.

Em julho de 2021, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) solicitou a reintegração de Trindade, recomendando que o então presidente da República, a Petrobras e suas subsidiárias respeitassem o direito e a liberdade sindical dos trabalhadores. A decisão se baseou em convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem por base princípios da liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização. Mesmo tendo sido uma vitória importante, a Petrobras, na época, não acatou o pedido do Conselho. Alessandro está há 20 anos na Petrobras, é técnico de eletrônica e está lotado na Unidade Operacional Bacia de Campos (UO-BC).

Equipe econômica explica como cortar R$ 26 bilhões em gastos

Dois meses após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciar o corte de cerca de R$ 26 bilhões de gastos no Orçamento de 2025, a equipe econômica anunciou, nesta quarta-feira, em Brasília, o detalhamento das medidas de revisão de despesas obrigatórias. O principal foco está na melhoria da gestão e na redução de fraudes.

Dos R$ 26 bilhões previstos, o plano efetivamente contempla R$ 19,9 bilhões em revisão de cadastros. Os R$ 6,1 bilhões restantes virão do que o Ministério do Planejamento chamou de "realocações" internas de verbas nos ministérios que farão gastos com o Bolsa Família, com pessoal e com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) voltarem ao nível de 2023. A diminuição dos gastos obrigatórios seria liberada para gastos discricionários (não obrigatórios).

Dos R$ 19,9 bilhões prometidos na revisão, a maior parte - R$ 7,3 bilhões - virá de revisão de gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Deste total, R$ 6,2 bilhões sairão do pente-fino no Atestmed, sistema do INSS de concessão de auxílio-doença por meio de atestados médicos digitais, sem perícia. Mais R$ 1,1 bilhão virá de medidas cautelares e administrativas.

Em segundo lugar, está a revisão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo crescimento das despesas foi um dos fatores que fez o governo bloquear R$ 11,2 bilhões de gastos discricionários em julho.

Segundo a Agência Brasil, o governo pretende economizar, no próximo ano, R$ 6,4 bilhões com o benefício: R$ 4,3 bilhões por meio da atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R$ 2,1 bilhões através da reavaliação de perícias.

Em seguida, vêm R$ 3,2 bilhões da reavaliação na concessão de auxílios por incapacidade do INSS, que inclui tanto o auxílio-doença como a aposentadoria por invalidez. Completam a lista R$ 1,9 bilhão de mudanças no Proagro e o pente-fino de R$ 1,1 bilhão no seguro-defeso.

Projeções conservadoras

Em entrevista coletiva para anunciar o plano de revisão de gastos, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, admitiu incertezas nos números. Ele, no entanto, disse que a economia pode ser maior porque as projeções são conservadoras.

"Há uma incerteza associada. A gente tem estimativas que são as melhores que conseguimos com as informações existentes. Existe margem de erro, existe. A gente tem sido conservador, mas é obvio que há incerteza", declarou Firpo.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, as medidas anunciadas hoje são apenas um "primeiro passo", e o governo pode tomar ações adicionais.

"O que estamos mostrando agora é onde vão incidir os R$ 26 bilhões. Claro que outras coisas precisam ser feitas e serão feitas. O trabalho de revisão de gastos é feito a todo tempo", analisou.

Economia em 2024

Em relação às medidas de revisão de gastos para 2024, Durigan não deu detalhes. Disse apenas que o "ritmo está muito positivo e até acima do esperado". Em julho, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento tinham anunciado que o governo pretendia economizar R$ 10 bilhões neste ano com a revisão de gastos.

Firpo, no entanto, relatou alguns números parciais. Até junho, a revisão de gastos com o Atestmed gerou economia de R$ 2 bilhões de um total de R$ 5,6 bilhões previstos para este ano.

A revisão de benefícios por incapacidade reduziu os gastos do INSS em R$ 1,3 bilhão em 2024, com o cancelamento de 133 mil benefícios de um total de 258 mil reavaliados.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

FUTURECOM 2024 - O maior evento de conectividade, inovação e tecnologia da América Latina – que será realizado de 8 a 10 de outubro, no São Paulo Expo, em São Paulo – vai trazer discussões acerca do futuro da saúde, da inovação e de como reinventar os métodos do cuidado, da prevenção e da predição de doenças com as possibilidades proporcionadas pela Inteligência Artificial. O destaque fica para os painéis Future Health e a Reinvenção do Cuidado: conectividade, GenAI e robótica em debate e PPPs: Novas Tecnologias e Inovação a Serviço da Saúde Brasileira. São Paulo Expo, Rodovia dos Imigrantes, 1,5 km, Vila Água Funda.

SÃO PAULO BOAT SHOW - A 27ª edição do São Paulo Boat Show, realizado de 19 a 24 de setembro no São Paulo Expo, deve encantar os visitantes com embarcações dos principais fabricantes nacionais e internacionais, além de produtos e inovações sobre o mundo das águas. Entre os destaques deste ano estão as conceituadas lanchas Triton Yachts, fabricadas no estaleiro Way Brasil na grande Curitiba, no Paraná. Em comemoração às quatro décadas de história da empresa, será apresentado durante o evento um modelo de lancha inédito da marca. Além disso, outras lanchas de sucesso da marca de 25 a 38 pés também estarão disponíveis para visitação. São Paulo Expo | Exhibition & Convention Center. Rodovia dos Imigrantes, 1,5 km - Vila Água Funda, São Paulo. Ingressos: https://saopauloboatshow.com.br/ingressos/

MARÉ - A galeria do Sesc Duque de Caxias recebe nesta quinta-feira, roda de conversa sobre a exposição "Maré de Sonhos Intranquilos", contemplada no Edital de Cultura Sesc RJ Pulsar 2023/2024. A exposição é a primeira individual da artista Fava da Silva no Rio de Janeiro e reúne cerca de 16 pinturas produzidas entre os anos de 2021 e 2024. Na ocasião, a curadora Emmanuele Russel, a coordenadora de produção Sabrina Veloso e a artista Fava da Silva estarão esperando o público para uma conversa de galeria. A exposição apresenta narrativas através da realidade vivenciada pela artista em seu dia a dia, perpassando por temáticas que refletem sobre a morte, o luto, a violência que atinge os territórios favelados e o cotidiano. O Sesc Duque de Caxias fica na

Rua General Argolo, 47, Centro, Duque de Caxias/RJ. Entrada: gratuita.

ESFERA BRASIL - O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), os empresários Ana Cabral, da Sigma Lithium, e Flávio Rocha, da Riachuelo, o apresentador de TV, empreendedor e filantropo Luciano Huck, os medalhistas olímpicos Larissa Pimenta e Willian Lima estão entre os participantes da segunda edição do Seminário Esfera Brasil Rio de Janeiro, que será neste sábado (31), na capital fluminense. O seminário terá como foco o potencial do Rio, especialmente em áreas como concessões, PPPs e turismo. Também participam Anselmo Leal, diretor-presidente da Águas do Rio, Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura, Daniel Goldberg, membro do conselho do Nubank, Rene Silva, do Voz das Comunidades, Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES, além das presenças de Rodrigo Bacellar, presidente da Alerj, e do senador Ciro Nogueira. Local: Copacabana Palace, na Avenida Atlântica, 1.702, Rio de Janeiro. Horário: Das 9h às 14h

PASTILHAS DE FREIO - A ZF Aftermarket lança, no mercado de reposição, novas pastilhas de freio premium com a marca TRW. Os componentes são específicos para aplicação nos modelos da montadora BMW, tanto para eixo traseiro como dianteiro. Entre os veículos da marca que poderão atestar a qualidade das novas pastilhas estão os modelos da série 3, somente para eixo traseiro, ano 2019 a 2024. As pastilhas para eixo traseiro atenderão os veículos da série 3 (G20, G80, G28) ano 2018 a 2020, 4 Coupé ano 2020; (G22, G82) ano 2020; 5 (G30, F90) 2016 a 2020; i4 (G26), iX (I20) ano 2021; X3 (G01, F97) ano 2017; X4 (G02, F98) ano 2018; X6 (G06, F96) ano 2019 a 2023; X7 ano 2019 e Z4 Roadster (G29) ano 2018.

LANÇAMENTO - O anteprojeto do Código de Processo de Trabalho será lançado – em formato de livro – no Tribunal Superior do Trabalho (TST) nesta quinta, 29/8, 18h, na sala de recepções do sexto andar do Bloco B da corte superior trabalhista em Brasília. A obra editada pela Editora Venturoli tem coordenação do Ministro Alexandre Agra Belmonte e do professor Manoel Antonio Teixeira Filho. O sócio de Bruno Freire Advogados e Professor Adjunto de Teoria Geral do Processo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Bruno Freire e Silva integrou o comitê de especialistas responsável pela elaboração do anteprojeto do CPT. O anteprojeto teve suas linhas gerais recentemente expostas pela primeira vez neste evento da Escola Judicial do TRT 1:

https://www.youtube.com/watch?v=-P2fO7jl_b4&t=28s. O sumário do anteprojeto pode ser conhecido no link: https://editoraventuroli.com/produto/anteprojeto-de-codigo-de-processo-do-trabalho-cpt

E-commerce atingiu só 25% das metas de vendas em 2023

O setor de e-commerce enfrentou dificuldades significativas em 2023, alcançando apenas 25% de suas metas de vendas. Contudo, o cenário na América Latina apresenta um contraste interessante, com o consumo na região vivendo seu melhor momento em sete anos. A pesquisa "Panoramas de Marketing e Vendas 2024", realizada pela RD Station, traz um panorama detalhado do desempenho do varejo eletrônico e das tendências de marketing digital para o próximo ano.

Conforme o estudo, apenas 34% das empresas do setor de e-commerce conseguiram atingir seus objetivos de marketing em 2023. Entre os principais desafios enfrentados pelos times de marketing, destacam-se o aumento da conversão ou engajamento de contratos e a criação de ofertas e conteúdos que ressoem com o público. Esses desafios foram apontados por 35% e 12% dos consultados, respectivamente.

Para tentar superar essas dificuldades, 76% dos times de e-commerce têm apostado nas redes sociais como principal estratégia de marketing digital. Outras estratégias incluem mídia paga (72%) e marketing de conteúdo (60%). O uso de múltiplos canais de marketing se mostrou essencial para suprir as principais dores do setor, como o aumento ou engajamento de leads e a criação de ofertas relevantes para o público-alvo. Além disso, 89% dos e-commerces estão utilizando ações de inbound marketing.

O uso de inteligência artificial (IA) também tem ganhado espaço nas estratégias de marketing. O estudo revela que 55% das equipes de marketing em e-commerce estão utilizando IA em seus negócios, com foco na criação de conteúdo (45%), personalização de campanhas (29%) e planejamento (22%). Entretanto, apenas 12% das empresas estão utilizando IA para analisar dados e relatórios, o que ainda é um desafio significativo para o setor.

Enquanto o e-commerce enfrenta desafios, o consumo na América Latina continua a crescer. De acordo com o levantamento "Consumer Insights Q2 2024", produzido pela Kantar, a região completou oito trimestres consecutivos de expansão no consumo, acumulando um crescimento sólido de 2,5% em volume no primeiro semestre de 2024. A redução da inflação e do desemprego tem permitido aos consumidores recuperar parte do poder de compra, resultando em carrinhos de compras maiores e mais oportunidades para marcas e categorias.

O estudo também aponta que os consumidores estão utilizando 20% mais canais de compra em comparação com quatro anos atrás, embora estejam começando a mostrar maior fidelidade às lojas que oferecem bom custo-benefício. A omnicanalidade favorece a maioria dos pontos de venda, com destaque para o crescimento dos e-commerces (44%), lojas de conveniência (32%) e lojas de descontos (26%) em relação ao ano anterior. Contudo, o canal tradicional, apesar de apresentar um crescimento menor de 11%, continua sendo o mais visitado, representando 32,5% do mercado latino-americano.

A expansão de marcas próprias, especialmente nas lojas de descontos, é uma tendência que tem ganhado força na região. Embora representem apenas 6% do total de unidades vendidas no segundo trimestre de 2024, as marcas próprias contribuíram com 36% do crescimento no volume do período, com destaque para Colômbia, Equador e México.

O relatório inclui informações detalhadas sobre o consumo em nove países da América Latina, abrangendo América Central, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru, e destaca o papel crescente das lojas de custo-benefício na dinâmica do consumo regional.

Amazon lança novo programa logístico para ampliar suas entregas

A Amazon Brasil lançou o Amazon Hub, um novo programa de entregas que visa aprimorar a experiência de compra e entrega para clientes e, ao mesmo tempo, impulsionar a economia local. Com a implementação do Amazon Hub, a gigante do e-commerce busca gerar novas oportunidades de negócios para pequenos estabelecimentos e reduzir os prazos de entrega em diversas regiões do país.

Iniciado em março de 2024, o novo modelo de entrega já conta com mais de 95 parceiros ativos em localidades estratégicas, como Brumadinho e Contagem em Minas Gerais, Cidade de Deus e Realengo no Rio de Janeiro, e Guarujá e Caieiras em São Paulo. O programa tem contribuído para a redução dos prazos de entrega de 5 para até 2 dias em algumas áreas, aproveitando o conhecimento territorial e a infraestrutura dos empreendedores locais.

Os micro e pequenos empreendimentos cadastrados no programa recebem entre 20 e 40 pacotes diariamente, para entrega no horário comercial, de acordo com sua disponibilidade. A flexibilidade é uma das principais vantagens do Amazon Hub, permitindo que os parceiros realizem entregas até 7 dias por semana, de acordo com o funcionamento do estabelecimento. Além disso, o programa não exige investimentos adicionais por parte dos parceiros, apenas treinamento e suporte contínuo.

Fernando Goncalves Nunes, proprietário da emplacadora de veículos Authentic Placas e parceiro em São Paulo, destaca a importância da iniciativa: "A iniciativa do Amazon Hub é muito interessante para nós. Ela nos traz um faturamento que não estava previsto e nos possibilita utilizar a equipe e o espaço de trabalho de uma forma melhor, aproveitando tudo que já temos. O processo de entrega é simples e fácil de assimilar, otimizando nosso tempo. Além disso, a Amazon oferece um suporte eficiente e rápido quando temos alguma dificuldade."

Marcio Neves, líder de Transportes da Amazon Brasil, expressa entusiasmo com o crescimento e a recepção positiva do programa: "Estamos entusiasmados com o rápido crescimento e resposta positiva de clientes e parceiros do Amazon Hub. Nosso objetivo é não apenas melhorar a eficiência das entregas em áreas específicas, mas também criar oportunidades econômicas para as comunidades locais." Neves acrescenta que a empresa continua investindo em tecnologias e programas de entrega, além de capacitar empreendedores locais para garantir um crescimento conjunto.

COLLETT & SONS S/A – ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
CNPJ 33.163.924/0001-68 / NIRE 3330016133-3
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024.

1. Local e Hora: Realizada no escritório administrativo da empresa na Rua da Ajuda, nº 35 Salas 2801, Centro, Rio de Janeiro – RJ, às 10:00 horas, do dia 03 de junho de 2024. 2. Quórum: Presentes acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme lista de presença lavrada no livro próprio. 3. Mesa: Presidente: Sr. Ricardo Linhares Colares. Secretário: Sr. Renardo Linhares Colares. 4. Convocações: Em face da presença da totalidade dos acionistas, fica dispensada a publicação de edital de convocação, a teor do art. 124, parágrafo quarto, da Lei 6404/76. 5. Deliberações: **Em Assembleia Geral Extraordinária,** tomada à unanimidade: Eleger os seguintes membros para Diretoria da Companhia, para mandato até **03 de Junho de 2026**, conforme previsto no artigo l0°, do Estatuto Social da Companhia: é eleito **(a) Sr. COSME EDUARDO GOMES LAMIM**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua da ajuda 35, salão 1401 – Centro - RJ portador da carteira de identidade sob nº 04336369-6, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o nº 934.201.027-04. , que ocupará a função de **Diretor Administrativo-Financeiro**; e **(b) DANIEL DE CARVALHO SOARES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 2004104836, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 075.886.947-93, residente e domiciliado na Rua da Ajuda nº 35, Salão 2801, - Parte - Centro, Rio de Janeiro – RJ CEP. 20040-915, que acumulará as funções de **Diretor-Técnico** e **Diretor Superintendente**.. (ι) Fixar a remuneração global anual dos Administradores em até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), ficando a cargo da Diretoria a distribuição de tal valor entre seus membros. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma sumária, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas. 7. Acionistas Presentes: Ricardo Linhares Colares e Renardo Linhares Colares. A presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 03 de junho de 2024, transcrita no livro próprio. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2024. **Ricardo Linhares Colares -** Presidente; **Renardo Linhares Colares -** Secretário. Diretores Eleitos: **DANIEL DE CARVALHO SOARES -** Diretor-Técnico e Diretor Superintendente; **COSME EDUARDO GOMES LAMIM -** Diretor Administrativo-Financeiro. Certidão: Jucerja reg. sob o nº 00006316848 em 28/06/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.**

VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ nº. 11.079.478/0001-75 / NIRE 33208445681
REUNIÃO DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE LIMITADA
Ata da Reunião dos Sócios realizada em 28 de agosto de 2024, lavrada em forma de sumário:

1. Data, hora e local. No dia 28 de agosto de 2024, às 10 horas, na Avenida Bartolomeu Mitre, nº. 336, parte, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22431-002 ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença**. Dispensada na forma do artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil em razão da presença dos sócios da Sociedade. **3. Mesa.** Presidente – Sr. Sergio Passos Ribeiro; Secretário – Sr. Roberto Leuzinger. 3.1. Primeiramente, os Sócios constataram que o capital social da Sociedade é de R$ 15.848.233,00 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais), dividido em 15.848.233 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e três) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. 3.2. Posteriormente, os Sócios aprovaram a redução de capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto, nos termos do inciso II do artigo 1.082 do Código Civil. 3.3. A referida redução de capital deliberada no item acima será realizada mediante o cancelamento de 9.000.000 (nove milhões) de quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, representativas do capital social da Sociedade, com a restituição do valor das quotas canceladas aos Sócios, nos termos da parte final do *caput* do artigo 1.084 do Código Civil. 3.4. Em razão da redução de capital ora deliberada, a Sócia aprova a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, que, decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da presente ata de Reunião dos Sócios, nos termos do artigo 1.084 no Código Civil, para a manifestação dos credores, sem que haja oposição deles, passará a refletir o valor do capital social nos termos da redução ocorrida. 3.5. Os Sócios se comprometem a, após realizada a redução de capital, ratificar o efetivo capital social da Sociedade, por meio da celebração de Alteração de Contrato Social da Sociedade. 3.6. Por fim, os Sócios autorizam a diretoria da Sociedade a praticar todos os atos e trâmites necessários relacionados às deliberações ora aprovadas. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi encerrada, depois de lavrada e assinada esta ata. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024. Mesa: **SERGIO PASSOS RIBEIRO -** *Presidente;* **ROBERTO LEUZINGER -** *Secretário.* Sócios: **VINCI PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.** *(representada por seus diretores, os Srs. Roberto Leuzinger e Sergio Passos Ribeiro).* **GILBERTO SAYÃO DA SILVA**

COMPANHIA HOTÉIS PALACE

CNPJ nº 33.374.984/0001-20

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Cumprindo disposições Legais e Estatutárias, vimos apresentar o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022. Colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. **A Diretoria**.

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**113.301**	**58.790**
Caixa e equivalente de caixa	3	84.796	29.381
Contas a receber de clientes	4	19.167	21.789
Contas a receber - Partes relacionadas	15	542	205
Estoques	5	5.312	4.466
Despesas antecipadas		2.646	2.455
Outros créditos	6	838	494
Não circulante		**103.167**	**99.833**
Outros créditos	6	1.109	1.109
Depósitos judiciais	14	750	677
Investimentos		1	1
Imobilizado	8	101.293	98.020
Intangível		14	26
Total do ativo		**216.468**	**158.623**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**72.646**	**46.303**
Fornecedores	9	5.718	6.573
Fornecedores - Partes relacionadas	15	55	2.960
Salários e encargos sociais	10	11.145	9.875
Receita diferida	13	17.647	14.606
Impostos a recolher	11	2.770	2.333
Outras contas a pagar	12	2.938	5.366
Dividendos a pagar	16(b)	32.373	4.590
Não circulante		**6.800**	**6.799**
Mútuos - Partes relacionadas	15	0	623
Fornecedores - Partes relacionadas	15	4.927	4.927
Provisão para contingências	14	1.417	969
Receita diferida	13	456	280
Total do passivo		**79.446**	**53.102**
Patrimônio líquido		**137.022**	**105.521**
Capital social	16	78.837	78.837
Reserva de capital		111	111
Reserva de reavaliação		278	278
Reserva de lucro		57.796	26.295
Total do passivo e patrimônio líquido		**216.468**	**158.623**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendo adicional	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**78.837**	**111**	**11.631**	**278**	**-**	**(19.271)**	**71.586**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.635	**35.635**
Reserva legal	-	-	962	-	-	(962)	-
Reserva de investimentos	-	-	13.702	-	-	(13.702)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.700)	**(1.700)**
Em 31 de dezembro de 2022	**78.837**	**111**	**26.295**	**278**	**-**	**-**	**105.521**
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(13.703)	-	-	-	**(13.703)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59.284	**59.284**
Reserva legal	-	-	2.964	-	-	(2.964)	-
Reserva de investimentos	-	-	42.240	-	-	(42.240)	-
Dividendos obrigatórios do ano	-	-	-	-	-	(14.080)	**(14.080)**
Em 31 de dezembro de 2023	**78.837**	**111**	**57.796**	**278**	**-**	**-**	**137.022**

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	268.063	207.185
Custos de serviços e produtos vendidos	18	(100.247)	(84.274)
Lucro bruto		**167.816**	**122.911**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(96.149)	(68.539)
Com vendas	18	(12.956)	(7.782)
Outras receitas e despesas, líquidas	18	128	213
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**58.839**	**46.803**
Receitas financeiras	19	710	7.157
Despesas financeiras	19	(265)	(6.054)
Resultado financeiro, líquido		**445**	**1.103**
Resultado antes do IR e contribuição social		**59.284**	**47.906**
IR e contribuição social	7	-	(12.271)
Lucro líquido do exercício		**59.284**	**35.635**

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**59.284**	**35.635**
Resultado abrangente do exercício	**59.284**	**35.635**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

Fluxo de caixa - atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro antes do IR e contribuição social	**59.284**	**47.906**
Ajustes por:		
Depreciação	13.571	12.991
Amortização	13	47
Juros e variação cambial do empréstimo	(28)	(724)
Provisão (Reversão) de contingências, PECLD e outras	432	124
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber	2.622	(4.126)
Estoques	(847)	(864)
Depósitos judiciais	(130)	122
Outros créditos e despesas antecipadas	(535)	796
Fornecedores	(855)	2.301
Salários e encargos sociais	1.269	2.291
Impostos a recolher	437	(1.260)
Receita diferida	3.217	578
Transações com partes relacionadas	(3.242)	904
Outras contas a pagar	(2.354)	2.415
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**72.854**	**63.501**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(16.844)	(10.934)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(16.844)**	**(10.934)**
Fluxo de caixa - atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – Partes relacionadas	(595)	(29.540)
Pagamento de dividendos provisionados em períodos anteriores	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(595)**	**(29.540)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**55.415**	**23.027**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**29.381**	**6.354**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	55.415	23.027
No fim do exercício	**84.796**	**29.381**

Notas explicativas da administração às Dfs. em 31/12/2023 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Cia. Hotéis Palace ("Cia.") é uma S.A. de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sua sede localizada na Av. Nossa Sra. de Copacabana, 327, Copacabana, RJ/RJ. Os principais objetivos e atividades da Cia. são a exploração da atividade hoteleira do Belmond Copacabana Palace Hotel que contém 241 quartos, 3 restaurantes, 2 bares, 13 salões e 1 teatro localizados nas suas dependências, diretamente, ou por delegação a terceiros. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação**: As Dfs. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC, e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Dfs., e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Dfs. foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de Dfs. requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Dfs., estão divulgadas a seguir. **(i)** Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A elaboração das Dfs. em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos e de receitas e despesas. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e elaboradas com base nas informações disponíveis. Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os principais julgamentos são apresentados a seguir: • Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment): para determinar os valores recuperáveis dos ativos não circulantes avaliados nos testes de recuperabilidade, é necessário estimar os valores justos de reposição, líquidos dos custos de venda, ou dos valores em uso. Para a avaliação do valor recuperável em uso é necessário adotar premissas relativas aos fluxos de caixa operacionais e outras premissas macroeconômicas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio, outras; • Impostos diferidos ativos: para o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos é necessário avaliar o lucro tributável futuro, utilizando-se premissas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio, crescimento de mercado, outras; • Provisões para contingências: os litígios e as reclamações a que está exposta a Cia. são avaliados e monitorados pelo departamento jurídico. Em diversas situações, o departamento jurídico da Cia. é assessorado por consultores jurídicos especialistas externos que consubstanciam a posição da Administração na constituição ou não de suas provisões para demandas judiciais; **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (i)** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas Dfs. da Cia. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"). As Dfs. estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Cia. **(ii)** Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro". Os ganhos e as perdas cambiais relacionados caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa são compostos por montantes em dinheiro, depósitos em conta corrente bancária e aplicações financeiras de liquidez imediata não sujeitas a alterações de valor significativas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. **2.4. Instrumentos financeiros: (i) Classificação:** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado), quando aplicável. A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31/12/2023 e 2022, os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado. **(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(iii) Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Cia. mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos mensurados ao custo amortizado são os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **(iv) Impairment de ativos financeiros:** A Cia. avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **(v) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5. Estoques:** Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o valor de custo ou de realização. O custo é determinado pelo método da média ponderada e inclui os gastos incorridos na aquisição dos estoques, e custos de produção ou conversão. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas de venda. Caso seja identificado a necessidade de redução ao valor de realização uma provisão é constituída. **2.6. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Cia. questiona a legitimidade de determinados passivos ou de ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, ou por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, em alguns casos os valores em questão podem ter sido depositados em juízo, sem que haja o reconhecimento do pedido ou a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não há a possibilidade de resgate dos depósitos realizados, a menos que ocorra um desfecho favorável da questão para a Cia. (decisão judicial ou administrativa transitado em julgado ou acordo judicial ou extrajudicial homologado em juízo). Tais depósitos são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante. **2.7. Imobilizado:** A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação de acordo com as vidas úteis do ativo imobilizado estimadas para o período corrente e comparativo são os seguintes:

Grupo do ativo imobilizado	% ao ano
Edifícios e construções	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Moveis e utensílios	10%
Benfeitorias e Melhorias	10%
Veículos	20%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Os juros de empréstimos para financiamento de projetos de construção, incorridos durante as fases de construção, são capitalizados como custos do projeto. O custo histórico dos ativos é classificado em categorias específicas de custo com base em suas características próprias. Cada categoria de custo representa um componente com vida útil específica. As vidas úteis são examinadas regularmente e, se houver mudanças relevantes nas estimativas, estas serão alteradas prospectivamente. O reconhecimento do custo de substituição de uma peça de um item do imobilizado é incluído no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados à peça fluirão para a Cia. e se o custo puder ser mensurado com segurança. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos nas demonstrações do resultado à medida que são incorridos. Despesas de depreciação são registradas em "Custo dos produtos vendidos", e "Despesas comerciais, gerais e administrativas", dependendo da função dos ativos não circulantes correspondentes. **2.8. Ativos intangíveis:** A Cia. possui ativos intangíveis de vida útil definida que compreendem basicamente softwares e marcas e patentes. Ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em suas vidas úteis, que variam de três a cinco anos. Despesas de amortização são registradas em "Custo dos produtos vendidos", "Despesas comerciais, gerais e administrativas", dependendo da função dos ativos não circulantes correspondentes. **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (impairment) e respectiva reversão:** A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Adicionalmente, a Administração revisa se há indicação de que perda por desvalorização reconhecida em exercícios anteriores possa ter diminuído ou possa não mais existir. A Administração considera as seguintes indicações: • Se há indicações observáveis de que o valor do ativo tenha aumentado significativamente durante o exercício; • Mudanças significativas, com efeito favorável sobre a Cia., tenham ocorrido durante o exercício, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado; • As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o exercício, e essas diminuições possivelmente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente; • Mudanças significativas, com efeito favorável sobre a Compahia, tenham ocorrido durante o exercício, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o exercício para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence; • Há evidência disponível advinda dos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa definidas pela Cia. pelo "valor em uso" estão detalhadas na nota explicativa nº 8. **2.10. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11. Adiantamentos de Clientes:** Adiantamentos de clientes representam depósitos efetuados por hóspedes e clientes para confirmação de reservas, diárias de hospedagem e eventos nos salões de confraternização. Esses saldos são revertidos quando do reconhecimento da receita ou da devolução ao depositante. **2.12. IR e contribuição social - corrente e diferido**: As despesas com IR e contribuição social compõem os impostos correntes e diferidos. As despesas com IR e contribuição social são reconhecidas nas demonstrações do resultado, exceto no caso de se relacionarem aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio, caso em que são reconhecidas no patrimônio. Os impostos correntes são impostos a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. Os impostos correntes e diferidos são mensurados considerando as alíquotas promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legalmente executável de compensação de ativos e passivos fiscais e se eles se referirem ao IR e à contribuição social cobrados da mesma entidade pela mesma autoridade fiscal. Os impostos diferidos passivos são gerados por diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as bases fiscais. O ativo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são analisados na data do balanço e reduzidos na medida em que não for mais provável que os benefícios fiscais relacionados serão realizados. **2.13. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Cia. tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de outras receitas e despesas operacionais, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço. A Cia. é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Cia. e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15. Patrimônio líquido**: **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Cia. compra ações do capital da Cia. (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do IR), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Cia. até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do IR e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Cia. **2.16. Reconhecimento de receita**: A receita líquida representa o valor dos produtos e dos serviços vendidos pela Cia. em suas atividades normais, após deduções de vendas e impostos. A receita líquida de vendas de serviços e bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações e é reconhecida quando todas as seguintes condições são satisfeitas: • São transferidos ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e serviços. • Não há envolvimento contínuo da Cia. na gestão dos produtos e serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos e serviços. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos sejam associados à transação. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida quando os produtos e serviços são entregues e a titularidade legal é transferida, conforme orientação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida de vendas conforme essas são reconhecidas. **2.17. Normas novas e alteradas no exercício corrente:** Não foram identificados impactos materiais na adoção das novas normas vigentes em 2023:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Cia. pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data de vigência
CPC 03 e CPC 40 - Demonstração dos fluxos de caixa / Instrumentos financeiros	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 / IFRS 7	01/01/24
CPC 06 – Arrendamentos	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento).	IFRS 16	01/01/24
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante (Alteração ao CPC 26/IAS 1).	IAS 1	01/01/24

A Cia. está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	3.004	29.381
Aplicações financeiras (i)	81.792	-
	84.796	**29.381**

(i) As aplicações financeiras referem-se às aplicações em CDBs, com vencimento de curto prazo, de liquidez imediata e são remunerados á de juros de 2% a 20% do CDI.

4. Contas a receber de clientes	2023	2022
Clientes	18.252	21.112
Receita a faturar (i)	923	705
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(8)	(28)
	19.167	**21.789**

i) Reconhecimento de receita a faturar proveniente dos fornecimentos de serviços e mercadorias. Trata-se de serviços prestados ao final do exercício para os quais o faturamento não ocorreu até 31 de dezembro. ii) A Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é calculada de acordo com a expectativa futura de recebimento das duplicatas a receber e leva em consideração as garantias reais recebidas. O impacto referente à provisão da PECLD no resultado do exercício findo em 31/12/23 foi credor de R$ 20 (2022 de R$ 33), sendo reconhecido esses impactos em despesas comerciais e administrativas. A seguir é demonstrada a composição dos saldos vencidos e a vencer de clientes:

			Saldo vencido e com perda por redução ao valor recuperável		
	2023	**A vencer**	**0 - 90 dias**	**90 - 180 dias**	**> 180 dias**
Contas a receber	19.175	19.167	8	-	-
PECLD	(8)	-	(8)	-	-
	19.167	**19.167**	**-**	**-**	**-**

			Saldo vencido e com perda por redução ao valor recuperável		
	2022	**A vencer**	**0 - 90 dias**	**90 - 180 dias**	**> 180 dias**
Contas a receber	21.816	21.788	5	-	23
PECLD	(28)	-	(5)	-	(23)
	21.788	**21.788**	**-**	**-**	**-**

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Em R$ mil
Saldo em 31/12/2021	**(61)**
Constituição de provisão	(35)
Reversão de provisão	68
Saldo em 31/12/2022	**(28)**
Constituição de provisão	(14)
Reversão de provisão	34
Saldo em 31/12/2023	**(8)**

5. Estoques	2023	2022
Bebidas	2.722	1.958
Alimentos	1.421	1.365
Outros	1.169	1.143
Total	**5.312**	**4.466**

BT

COMPANHIA HOTÉIS PALACE

CNPJ nº 33.374.984/0001-20

6. Outros créditos

	2023	2022
Circulante		
Adiantamento de funcionários	228	165
Adiantamento de terceiros	169	170
Impostos a recuperar (i)	441	87
Outros créditos	-	72
Total	**838**	**494**

(i) A composição de Impostos a recuperar de 2023 é formada por retenções de imposto retidos na fonte não utilizadas e créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de insumos e serviços em função do enquadramento no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.

Não circulante	2023	2022
Precatório ICMS sobre fornecimento de água	1.109	1.109
Total	**1.109**	**1.109**

7. IR e contribuição social: 7.1. Despesa com IR e contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do IR e contribuição social	59.284	47.906
IR e CS a taxa nominal (34%)	(20.157)	(16.288)
Diferenças temporárias para os quais nenhum tributo diferido foi reconhecido	(541)	183
Baixa tributos diferidos (Nota 7.2)	-	(10.902)
Compensação de prejuízo fiscal	2.925	4.891
Alíquota Zero PERSE – IRPJ e CSLL (i)	17.773	9.845
IR e contribuição social do exercício	-	**(12.271)**
Despesa com tributos correntes	-	(1.369)
Receita (despesa) com tributos diferidos (Nota 7.2)	-	(10.902)
IR e contribuição social do exercício	-	**(12.271)**

(i) Impostos reduzidos a alíquota zero conforme Lei 14.148/21 (PERSE – Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) a partir de março de 2022. A alíquota estatutária combinada de IR no Brasil é 34%, composta por 25% de IR (IRPJ) e 9% de contribuição social (CSLL). **7.2. Saldos patrimoniais de IR e contribuição social diferido:** No ano de 2022, devido à redução à alíquota zero do IRPJ e CSLL implementada pela Lei Federal nº 14.148/21, a empresa baixou o seu saldo de créditos fiscais diferidos (substancialmente compostos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social), devido à expectativa de não realização completa deste ativo nos próximos 3 anos. Em 31/12/2023, o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social acumulada totalizam R$ 7.080 (2022 – R$ 16.489) e R$ 14.194 (2022 – R$ 20.559), sem prazo de prescrição para fins de compensação, Ltda. a 30% do lucro tributável do exercício que houver compensação.

8. Imobilizado:

	Terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios e outros	Obras em andamento e adiantamento a fornecedores	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2021	**443**	**186.650**	**40.402**	**45.078**	**1.081**	**273.654**
Adições	-	2.633	3.391	2.759	2.151	10.934
Baixas	-	(147)	(154)	(583)	-	(884
Transferências	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**443**	**189.136**	**43.639**	**47.254**	**3.232**	**283.704**
Adições	-	3.703	4.343	5.214	3.584	16.844
Baixas	-	-	(734)	(63)	-	(797)
Transferências	-	-	2	-	(2)	-
Em 31 de dezembro de 2023	**443**	**192.839**	**47.250**	**52.405**	**6.814**	**299.751**
Depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2021	-	**(109.663)**	**(28.221)**	**(35.693)**	-	**(173.577)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(8.436)	(2.551)	(2.004)	-	(12.991)
Baixas	-	148	154	582	-	884
Em 31 de dezembro de 2022	-	**(117.951)**	**(30.618)**	**(37.115)**	-	**(185.684)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(8.324)	(2.880)	(2.367)	-	(13.571)
Baixas	-	-	734	63	-	797
Em 31 de dezembro de 2023	-	**(126.275)**	**(32.764)**	**(39.419)**	-	**(198.458)**
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2023	**443**	**66.564**	**14.486**	**12.986**	**6.814**	**101.293**
Em 31 de dezembro de 2022	**443**	**71.185**	**13.021**	**10.139**	**3.232**	**98.020**

Impairment de ativos não financeiros: A Administração analisou o valor de uso determinado junto com as principais premissas financeiras e operacionais utilizadas na preparação dessas Dfs. findo em 31/12/23 não identificando a necessidade de registrar ajustes no valor residual do ativo imobilizado.

9. Fornecedores	2023	2022
Mercadorias	4.187	5.092
Serviços	1.531	1.481
	5.718	**6.573**

10. Salários e encargos sociais	2023	2022
Obrigações sociais	4.639	3.976
Salários	3.972	3.787
Encargos sociais	2.491	2.054
Outras obrigações sociais	43	58
	11.145	**9.875**

11. Impostos a recolher	2023	2022
Impostos sobre serviços de qualquer natureza (“ISSQN”)	1.517	1.181
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	5	3
IR retido na fonte (“IRRF”)	846	624
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)	382	498
Programa de Integração social (“PIS”)	1	-
Contribuições sociais retidas na fonte (“CSRF”)	19	27
	2.770	**2.333**

12. Outras contas a pagar	2023	2022
Comissões (i)	782	610
Serviços públicos (ii)	1.027	1.216
Outras contas a pagar (iii)	1.129	3.540
	2.938	**5.366**

(i) Se refere a comissões a agências de viagens; (ii) Se refere as contas a pagar com fornecedores de serviços de energia elétrica, água, gás e telefonia; e (iii) Demais contas a pagar, onde substancial parte do valor se refere a despesas realizadas no mês corrente cujo fornecedor não efetuou o faturamento como custos e despesas com período de pacote e evento do Réveillon e demais eventos.

13. Receita diferida	2023	2022
Circulante		
Hospedagem	11.996	10.564
Eventos	4.081	2.968
Outros adiantamentos (Clube Piscina, SPA, etc.)	1.570	1.074
	17.647	**14.606**
	2023	**2022**
Não Circulante		
Hospedagem (i)	456	280
	456	**280**

(i) Refere-se a adiantamento de clientes cuja a realização da receita se dará com prazo superior a 12 meses. **14. Provisões para contingências:** A Administração da Cia. acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas Dfs., a provisão para riscos tributários, cíveis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado líquido dos depósitos judiciais conforme abaixo: Processos com risco de perda provável. O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado líquido dos depósitos judiciais conforme abaixo:

	2023			2022
Natureza jurídica	**Depósitos judiciais**	**Provisões**	**Provisão líquida**	**Provisão líquida**
Fiscais	-	253	253	253
Trabalhistas	(58)	1.222	1.164	716
	(58)	**1.475**	**1.417**	**969**

A movimentação no saldo de provisões para contingências dos exercícios de 2022 e 2023 avaliadas como perdas prováveis estão apresentadas a seguir:

Natureza jurídica	2022	Adições	Baixas	Depósitos judiciais	2023
Fiscais	253	-	-	-	253
Trabalhistas	716	506	-	(58)	1.164
	969	**506**	**-**	**(58)**	**1.417**

A movimentação no saldo de depósitos judiciais remanescentes é apresentada como segue:

	2022	Adições	Baixas	Contingências	2023
Fiscais	30	-	-	-	30
Trabalhistas	561	143	(5)	(58)	641
Outros	86	4	(11)	-	79
Total	**677**	**147**	**(16)**	**(58)**	**750**

Processos com risco de perda possível: A Cia., possui ainda, outros processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possíveis ou remotos. Os processos cujo desfecho negativo contra a Cia. seja considerado possível somente são divulgados em notas explicativas quando são relevantes. Em 31/12/2023 estas ações somam o montante de R$ 1.308 (2022 - R$ 70.881, sendo o principal processo, em 2022, relacionado a IPTU, conforme indicado a seguir). **Processo IPTU:** No exercício findo em 31/12/2022, a Cia. era parte em um processo movido pela Prefeitura do RJ, em uma cobrança de IPTU incidente sobre o Prédio Principal do Copacabana Palace Hotel referente aos exercícios de 1990 a 1999. Esse processo representava um risco de perda possível de R$ 68.953 em 31/12/2022. Em 11/05/2023, a Prefeitura da Cidade do RJ, criou através do Decreto Municipal nº 52.449 e do Edital PGM nº 21 de 12/05/2023 um programa especial de quitação de débitos tributários com o Município do RJ existentes até 31/12/2022 (Programa Carioca em Dia), o que alcança o caso da Cia. Diante dos seus benefícios, a Cia. optou por aderir ao referido programa e, com isto, renunciar à continuidade dos processos judiciais e quitar os tributos cobrados com uma redução de 100% dos acréscimos moratórios e multas.

15. Partes relacionadas: Ativo circulante:	2023	2022
Signature Boutique Ltda	383	-
Belmond USA INC	92	71
Island Hotel (Madeira) Limited	27	-
Mount Nelson Hotel Limited	14	-
Belmond Peru Management S.A.	13	-
Venice Simplon-Orient Express Ltd	7	-
Perurail S.A.	6	-
Belmond Management Ltd	-	128
Belmond Italia SPA	-	6
Total	**542**	**205**
Passivo Circulante		
Fornecedores - partes relacionadas	**2023**	**2022**
Belmond Management Ltd	55	-
Signature Boutique Ltda	-	2.960
	55	**2.960**
Passivo não circulante:		
Fornecedores - partes relacionadas	**2023**	**2022**
Belmond UK Ltd	4.927	4.927
Mútuo passivo – partes relacionadas	**2023**	**2022**
Belmond Dollar Treasury Ltd (i)	-	623

(i) O mútuo passivo se refere a contrato firmado junto a parte relacionada em 5/08/2020, em moeda estrangeira (dólar americano) registrado pela moeda original e convertido pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço. O vencimento deste contrato de mútuo ocorre em 5/08/2027 e o contrato é atualizado pela LIBOR + spread de 0,75%. O valor principal do mútuo foi quitado em 2022 e os juros em 2023. Reconhecimento nas demonstrações do resultado do exercício. Em 31/12/2023, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários. A remuneração paga foi de R$ 2.623 (R$ 2.675 em 31/12/2022). Os benefícios de curto prazo incluem salários, férias, prêmio, encargos sociais e benefícios indiretos que incluem alimentação, assistência médica, entre outros. **16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social era de R$ 78.837, composto por 2.860.810 ações ordinárias sem valor nominal.

	Participação societária - Ações			
	2023		2022	
Acionistas	**Participação %**	**Quantidade**	**Participação %**	**Quantidade**
Belmond Interfin Ltd	87,42	2.500.863	87,42	2.500.863
Belmond Brasil Hotéis SA	8,98	256.774	8,98	256.774
Belmond Brasil Serv. Hoteleiros	1,98	56.699	1,98	56.699
Outros	1,62	46.474	1,62	46.474
	100	**2.860.810**	**100**	**2.860.810**

A Cia. não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído.

16.2. Dividendos:	2023	2022
Lucro líquido do exercício	59.284	35.635
Absorção prejuízos acumulados	-	(19.271)
Dividendos prescritos e não reclamados	-	2.868
Constituição da reserva legal	(2.964)	(962)
Base de cálculo do dividendo	56.320	18.270
Dividendo mínimo obrigatório	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	14.080	4.568
Dividendos adicionais exercício 2022 aprovados	13.703	0
Baixa de dividendos prescritos e não reclamados	-	(2.868)
Total de dividendos computados na demonstração das mutações do patrimônio líquido	27.783	1.700
Saldo inicial passivo dividendos	4.590	2.890
Movimentação total dos dividendos	27.783	1.700
Saldo final passivo dividendos	32.373	4.590

Os dividendos declarados em exercícios anteriores e não reclamados pelos acionistas no prazo de 3 anos após a data que foram colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Cia. (art. 287, II da Lei. 6.404/76). Os dividendos obrigatórios e adicionais referentes ao exercício social encerrado em 2023 estão sujeitos à aprovação dos acionistas a ser deliberada na próxima AGO. **17. Receita operacional líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas é como segue:

	2023	2022
Receita bruta de serviços	212.328	158.188
Receita bruta de mercadorias	70.897	59.799
(-) Descontos e abatimentos	(3.436)	(2.008)
(-) Impostos sobre vendas	(11.726)	(8.794)
Receita operacional líquida	**268.063**	**207.185**

18. Custos e despesas por natureza: A Cia. apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	2023	2022
Custos com folha de pagamento operacional	53.384	43.118
Custos produtos vendidas	24.162	22.107
Impostos e taxas diversas	19.976	3.655
Despesas com pessoal	17.366	15.247
Serviços públicos	14.179	12.837
Depreciação e amortização	13.571	12.991
Despesas comerciais diversas	12.956	7.782
Comissões	12.782	9.325
Custos com material para prestação de serviços	12.412	12.540
Custos com serviços tomados para prestação de serviços	10.289	6.509
Manutenção	5.937	4.813
Serviços de terceiros	5.690	4.677
Outros	6.520	4.781
Total	**209.224**	**160.382**
Custo de serviços e produtos vendidos	100.247	84.274
Despesas gerais e administrativas	96.149	68.539
Despesas com vendas	12.956	7.782
Outras receitas (despesas), líquidas	(128)	(213)
Total	**209.224**	**160.382**

19. Resultado financeiro, líquido	2023	2022
Despesas de juros do empréstimo	-	(442)
Imposto sobre operações financeiras	(59)	(59)
Variação cambial sobre empréstimo	(13)	(5.213)
Variações cambiais diversas	(167)	(261)
Outras despesas financeiras	(26)	(79)
Despesas financeiras	**(265)**	**(6.054)**
Receita de aplicações financeiras	604	433
Juros recebidos	39	287
Variação cambial sobre empréstimo	41	6.380
Variações cambiais diversas	19	47
Outras receitas financeiras	7	10
Receitas financeiras	**710**	**7.157**
Resultado financeiro, líquido	**445**	**(1.103)**

20. Seguros: A Cia. possui Cob. de seguros com a finalidade de cobrir possíveis prejuízos relacionados com as suas operações determinada pela Administração considerando a natureza e o seu nível de risco.

Seguro	Cobertura	Limite de Cobertura	Final de vigência
Riscos Nomeados e Operacionais (i)	Danos Materiais, Lucros Cessantes, além de edifícios, máquinas, móveis, utensílios, instalações, mercadorias e matérias primas, que constituam partes integrantes do estabelecimento segurado, conforme especificado na Apólice de Seguros.	1.071.151	30/06/24
Responsabilidade Civil Geral (i)	Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais (Cob. Ampla - (Produtos e Operações Completadas em Território Nacional, Responsabilidade Civil Empregador e Danos Morais Riscos Não Profissionais), conforme especificado na Apólice de Seguros.	24.143	30/06/24
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O)	Responsabilidade Civil, incluindo custos de defesa de diretores estatutários e as pessoas físicas que ocupam cargos de administração e sejam responsáveis pela tomada de decisões que impactem a situação administrativa, financeira, operacional ou jurídica da entidade, nos termos da apólice de seguros.	25.121	01/10/24
Garantia de Compra e venda de Energia no Mercado Livre	Garantia Financeira referente ao Contrato de Comercialização de Compra e Venda de Energia Elétrica nº AMR 0089,	443	27/01/24

(i) Os seguros de responsabilidade civil e riscos nomeados e operacionais foram renovados para o período 01/07/24 a 30/06/25.

Contador

Victor Rodrigues Bastos
CRC RJ: 119932/O-2

Serviços não financeiros tiveram recorde de ocupação em 2022

IBGE: setor alcançou total de 14,2 milhões de pessoas com trabalho

O setor de serviços não financeiros alcançou, em 2022, um contingente de 14,2 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa um recorde no volume de mão de obra dentro da série histórica que começou em 2007 e um patamar 13,9% maior do que ocorreu em 2013. A evolução na comparação com o ano de 2021 é de 5,8%, o que corresponde a 773,1 mil pessoas a mais ocupadas. No acumulado entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e 2022, o volume de mão de obra avançou 10,3%.

Entre as 34 atividades analisadas, cinco concentraram 47,3% das pessoas ocupadas do setor: Serviços de alimentação (11,6%); Serviços técnico-profissionais (11,4%); Transporte rodoviário de cargas (8,4%); Serviços para edifícios e atividades paisagísticas (8,2%); e Serviços de escritório e apoio administrativo (7,7%).

Os são dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2022, divulgada nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o analista da PAS, Marcelo Miranda, as 14,2 milhões de pessoas ocupadas receberam R$ 518 bilhões em salários e remunerações, trabalhavam em aproximadamente 1,6 milhão de empresas que geraram de receita operacional líquida R$ 2,7 trilhões e de valor adicionado bruto, R$ 1,5 trilhão. “O que mostra um pouco a importância do setor de serviços dentro do país”, comentou em videoconferência.

Segundo a Agência Brasil, apesar da alta de 10,3% no volume de mão de obra no acumulado entre 2019 e 2022, o segmento dos Serviços prestados, principalmente, às famílias, registrou redução de 3,2% ou 92,4 mil empregos a menos. A explicação neste caso foi o período da pandemia, quando grande parte da população passava por isolamento e não usava este tipo de atividade. No entanto, depois desse período vem registrando recuperação.

“Esse segmento possui atividades muito intensas em presenciais como restaurantes, hotelaria e isso explica um pouco essa perda de participação, mas a gente percebe que após 2020, em 2021 e 2022 vem se recuperando e ganhando mais participação ao longo dos últimos dois anos”, indicou.

Também considerando o volume de pessoas ocupadas, o maior avanço no emprego em 2022 foi na atividade de Serviços técnico-profissionais, que teve crescimento de 166,1 mil pessoas, ficando em um patamar mais elevado, se comparado a 2021, e também em relação ao período pré-pandemia. No acumulado de 2019 a 2022 foram 353,8 mil pessoas a mais ocupadas.

A Pesquisa Anual de Serviços analisa a atividade nos segmentos de Serviços prestados principalmente às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

“O objetivo da PAS, diferente das pesquisas conjunturais, é ver as mudanças estruturais e grandes alterações que ocorreram ao longo de um prazo, mas também algumas análises relevantes que a gente acha a partir de 2019 que é o ano pré pandemia. A gente achou que algumas comparações referentes a 2019 são importantes”, disse o analista.

As variáveis analisadas são Emprego e salários; Receita de prestação de serviços; Custos e despesas; e Regionalização de receita de serviços, empregos e salários.

“A pesquisa não tem nos seus questionamentos efeitos de causalidade, o porquê de determinada coisa acontecer. A gente não faz este tipo de pergunta. Temos apenas perguntas objetivas e numéricas e a gente apresenta as variáveis”, apontou Miranda.

Ao todo, 128 664 entidades empresariais do setor de serviços não financeiros participam da PAS. Para responder à pesquisa, a empresa precisa ter como atividade principal a de prestação de serviços não financeiros; ter situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE; e ser sediada em território nacional. Na Região Norte, se estende a apenas municípios das capitais, com exceção do Pará, onde é realizada nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

VALE ENERGIA S.A.
(Companhia Fechada)
CNPJ/MF Nº 02.207.392/0001-90 - NIRE: 33.3.0016641-6

VALE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Senhores acionistas, A administração da VALE ENERGIA S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Ao encerrarmos o exercício de 2023, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Vale S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2024.

Ludmila Lopes Nascimento Brasil - Diretora-Presidente **Juliana Martins das Chagas Pires** - Diretora

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita de vendas, líquida	3	353.649	716.520
Custo de comercialização de energia	4	(469.700)	(832.244)
Prejuízo bruto		**(116.051)**	**(115.724)**
Receitas (Despesas) operacionais			
Administrativas		(36)	(29)
Provisão para perda de PIS COFINS a recuperar	8	(102.288)	-
Instrumentos financeiros - Energia	5	96.210	(183.541)
Outras despesas operacionais, líquidas		(105)	(87)
Prejuízo operacional		**(122.270)**	**(299.381)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.710	2.348
Despesas financeiras		(228)	(350)
Prejuízo do exercício		**(119.788)**	**(297.383)**
Quantidade de ações ao final do exercício		33.816.060.000	21.116.060.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Prejuízo do exercício	**(119.788)**	**(297.383)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**(119.788)**	**(297.383)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		**(119.788)**	**(297.383)**
Ajustado por:			
Instrumentos financeiros - Energia	5	(96.210)	183.541
Juros e variações monetárias, líquidas		(357)	(387)
Provisão para processos judiciais		8	-
Provisão para perda de PIS COFINS a recuperar	8	102.288	-
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		62.751	(9.268)
Tributos a recuperar		(29.129)	(24.769)
Fornecedores		(76.092)	6.455
Tributos a recolher		19.104	8.666
Processos judiciais		8	-
Outros ativos e passivos		1	1
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(137.416)**	**(133.144)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11	140.000	127.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**140.000**	**127.000**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		2.584	(6.144)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.823	34.967
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**31.407**	**28.823**
Transações que não envolvem caixa:			
Aumento de capital mediante capitalização de AFAC		127.000	125.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.407	28.823
Contas a receber	7	25	62.776
Tributos antecipados sobre o lucro	9	2.648	3.430
Tributos a recuperar	8	136	136
		34.216	**95.165**
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	8	45	114.731
Outros		250	231
		295	**114.962**
Total do ativo		**34.511**	**210.127**
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	7	301	76.391
Tributos a recolher	8	63	23.599
Instrumentos financeiros - Energia	5	-	161.341
		364	**261.331**
Passivo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11	140.000	127.000
Instrumentos financeiros - Energia	5	-	696.585
Provisão para processos judiciais	10	173	165
		140.173	**823.750**
Total do passivo		**140.537**	**1.085.081**
Total do patrimônio líquido negativo	11	**(106.026)**	**(874.954)**
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		**34.511**	**210.127**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

Em milhares de reais

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido negativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**696.960**	**125.000**	**(1.399.531)**	**(577.571)**
Prejuízo do exercício	-	-	(297.383)	(297.383)
Transações com acionistas:				
Aumento de capital	125.000	(125.000)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**821.960**	**-**	**(1.696.914)**	**(874.954)**
Prejuízo do exercício	-	-	(119.788)	(119.788)
Transações com acionistas:				
Aumento de capital	127.000	-	-	127.000
Instrumento financeiro (nota 5)	-	-	761.716	761.716
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**948.960**	**-**	**(1.054.986)**	**(106.026)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Vale Energia S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade realiza a comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo com clientes e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Vale S.A. ("Vale"). A Sociedade apresenta prejuízos acumulados de R$ 1.054.986 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.696.914 em 2022), bem como capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo. Sua controladora, Vale, irá prestar o suporte financeiro para a Sociedade com objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses, de modo a permitir que a Sociedade possa cumprir com as suas obrigações contratuais a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações. Em setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o termo de cessão dos contratos de compra e venda de energia da Sociedade para Vale. Todos os impactos relacionados à essa cessão estão refletidos nessas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade. **b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 13 de Instrumentos Financeiros. Os eventos subsequentes foram avaliados até 27 de maio de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria. **c) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. **d) Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes. **e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 5 e 10.

3. Receita de vendas, líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita de comercialização de energia	389.696	789.571
Receita bruta	**389.696**	**789.571**
Menos:		
Impostos sobre vendas	(36.047)	(73.051)
Total	**353.649**	**716.520**
Partes relacionadas	353.522	8.902
Terceiros	127	707.618
Total	**353.649**	**716.520**

Em 2023 e 2022, as transações de receita de vendas com partes relacionadas foram realizadas com a Vale. As receitas da Sociedade são baseadas na comercialização de energia, a fim de atender à acionista Vale, empresas do grupo e terceiros, através de contratos de longo prazo estimados até 2029. Nos contratos constam preços praticados no mercado e toda sobra de energia é disponibilizada para venda. Em 2023, o volume de venda foi de 1.366.885 MWh comparado a 3.163.404 MWh em 2022, e o preço médio em 2023 foi de R$ 258,73/MWh comparado a R$ 226,50/MWh em 2022. Conforme mencionado na nota 1, a Sociedade realizou em setembro de 2023, a cessão dos contratos de compra e venda de energia para a sua controladora Vale. **Política contábil:** O reconhecimento de receita na Sociedade é efetuado por meio de contratos de longo prazo de comercialização de energia elétrica. Toda a oferta excedente é liquidada pela Sociedade na CCEE (Câmara de Comércio de Energia Elétrica), considerando o preço de mercado.

4. Custo de comercialização de energia: Em 2023, o custo de comercialização de energia refere-se a revenda do volume de 1.366.885 MWh de energia com o custo médio de R$ 342,88/MWh, enquanto em 2022 o volume revendido foi de 3.147.772 MWh com o custo médio de R$ 264,46/MWh. O aumento no custo médio refere-se a à compra de um volume menor a preços maiores. **Política contábil:** O custo de comercialização de energia é reconhecido no momento em que a sociedade realiza a revenda e pelo valor efetivamente pago pela Sociedade, pela compra da energia elétrica, conforme contratos de longo prazo.

5. Instrumentos financeiros - Energia: A Sociedade assinou contratos de longo prazo de compra e venda de energia com vencimentos até 2029. Devido às características da indústria de energia, todo o volume comprado precisa ser vendido aos seus clientes, ou repassada ao mercado por meio da CCEE, onde são efetuadas todas as liquidações de compra e venda de energia, imediatamente após a entrega pelas geradoras de energia. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía o montante de R$ 161.341 no passivo circulante e R$ 696.585 no passivo não circulante. A variação do valor financeiro dos contratos se deve basicamente à atualização de preços de energia do mercado entre 2023 e 2029. Em setembro de 2023, conforme mencionado na nota 1, todos os contratos de compra e venda de energia da Sociedade foram cedidos à Vale, sendo assim, o montante de R$ 761.716 registrado no passivo foi baixado contra a conta de patrimônio líquido da Vale Energia. A operação foi realizada com o objetivo de otimizar a alocação de custos, já que todos os contratos de energia da Vale Energia foram estabelecidos para atendimento ao consumo da Vale. Pelo fato das liquidações de energia entre o contas a receber e o contas a pagar ocorrerem concomitantemente, e pelo fato de que a Sociedade não utiliza a energia para uso próprio, os contratos foram mensurados a valor justo por meio do resultado. Assim, a Sociedade reconheceu como instrumento financeiro de energia elétrica uma receita de R$ 96.210 no período até setembro de 2023 e uma despesa de R$ 183.541 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em setembro de 2023, a Sociedade elaborou fluxo de caixa descontado considerando projeções para as realizações de seus contratos de compra e venda. A taxa utilizada foi de 5,46 % a.a. (6% a.a. em 31 de dezembro de 2022) representando uma estimativa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos considerados no fluxo de caixa. Em função da cessão dos contratos de compra e venda de energia da Sociedade para a Vale, a Sociedade não está mais exposta a variação dos preços de compra de venda de energia. **Estimativa e julgamento contábil crítico:** A Administração aplica julgamento e determina premissas na elaboração desta estimativa. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação. A Sociedade usa seu próprio julgamento para escolher entre os vários métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado, no final do ano. O valor justo destes instrumentos financeiros é calculado através da elaboração do fluxo de caixa descontado, considerando projeções para as realizações de seus contratos de compra e venda. A taxa utilizada representa a estimativa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos considerados no fluxo de caixa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	2	6.047
Aplicações financeiras	31.405	22.776
Total	**31.407**	**28.823**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possuía R$ 444 aplicados em fundos, R$ 4.648 (R$ 4.720 em 2022) em CDB e R$ 26.313 (R$ 18.056 em 2022) em notas compromissadas. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade reconheceu R$ 2.335 e R$ 1.867, respectivamente, como rendimento de aplicações financeiras em receitas financeiras. As demais receitas financeiras de R$ 375 e R$ 481 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, referem-se basicamente à atualização monetária dos demais ativos e outras receitas.

7. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber 31 de dezembro de 2023	Contas a receber 31 de dezembro de 2022	Fornecedores 31 de dezembro de 2023	Fornecedores 31 de dezembro de 2022
Partes relacionadas	-	567	277	-
Terceiros	25	62.209	24	76.391
Total	**25**	**62.776**	**301**	**76.391**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não detinha contas a receber de clientes vencidos há mais de 30 dias. **Política contábil:** O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para o contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial.

8. Outros tributos

	Tributos a recuperar 31 de dezembro de 2023	Tributos a recuperar 2022	Tributos a recolher 31 de dezembro de 2023	Tributos a recolher 2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	-	-	50	370
Imposto de renda retido na fonte	19	19	-	-
Impostos e contribuições federais brasileiras (i)	45	114.731	13	23.209
Outros	117	117	-	20
Total	**181**	**114.867**	**63**	**23.599**
Circulante	136	136	63	23.599
Não circulante	45	114.731	-	-
Total	**181**	**114.867**	**63**	**23.599**

A Sociedade reavaliou a recuperabilidade dos créditos de Pis e Cofins. Diante da cessão dos contratos de venda de energia para a Vale, reconheceu uma provisão para perda desses tributos, uma vez que a sua recuperação se torna pouco provável.

9. Tributos antecipados sobre o lucro

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Impostos de renda de pessoa jurídica - IRPJ	2.172	3.004
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	476	426
Total	**2.648**	**3.430**

10. Processos judiciais: A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, principalmente processos tributários. A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos. **Processos judiciais provisionados -** A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui uma provisão de natureza tributária no montante de R$ 173 (R$ 165 em 2022), referente a auto de infração de créditos de PIS. **Processos judiciais não provisionados -** Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes totalizavam R$ 2.966 (R$ 3.761 em 31 de dezembro de 2022) e referem-se basicamente à posição fiscal incerta decorrente de processos de IRPJ e CSLL. **Depósitos judiciais -** Correlacionados aos passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas. Os depósitos totalizam R$ 248 e R$ 230 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. **Política contábil:** Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa. **Estimativa e julgamento contábil crítico:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio Líquido negativo: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 948.960 (R$ 821.960 em 2022), correspondendo a 33.816.060.000 (21.116.060.000 em 2022) ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. Em 2023, na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de maio, houve a aprovação da capitalização de AFAC no montante de R$ 127.000. Em 2022, na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de fevereiro, houve capitalização do AFAC no montante de R$ 125.000, que foi registrado em 2021 no patrimônio líquido da Sociedade. **b) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) -** Refere-se à contribuição de recursos feita pelo acionista Vale. Os recursos têm como objetivo o futuro aumento de capital da Sociedade, por meios de deliberação de Assembleia Geral Ordinária -AGO/Assembleia Geral Extraordinária – AGE. Em 2023, a controladora Vale aportou em sua controlada um montante de R$ 140.000 (R$ 127.000 em 2022) para adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. **Política contábil:** AFAC são contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como instrumentos financeiros até que aumento de capital seja deliberado e aprovado em Assembleia Geral.

12. Partes relacionadas: Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo circulante			
Contas a receber com partes relacionadas	7		
Vale S.A.		-	567
		-	**567**
Passivo circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas	7		
Vale S.A.		277	-
		277	**-**
Passivo não circulante			
AFAC - adiantamento para futuro aumento de capital	11b		
Vale S.A.		140.000	127.000
		140.277	**127.000**

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas. A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo. Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita bruta		
Receita de venda energia		
Vale S.A.	389.555	9.809
	389.555	**9.809**

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado 31 de dezembro de 2023	Custo amortizado 31 de dezembro de 2022	Mensurado a valor justo por meio do resultado 31 de dezembro de 2023	Mensurado a valor justo por meio do resultado 31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalente de caixa	31.407	28.823	-	-
Contas a receber	25	62.776	-	-
Total dos ativos financeiros	**31.432**	**91.599**	**-**	**-**
Fornecedores	301	76.391	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	140.000	127.000	-	-
Instrumentos financeiros - Energia (i)	-	-	-	857.926
Total de passivos financeiros	**140.301**	**203.391**	**-**	**857.926**

(i) Os instrumentos financeiros de energia são classificados como valor justo de nível 2.

Política contábil: A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos: a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. **b) Gestão de risco de crédito -** A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. **c) Gestão de risco de mercado -** A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

MEMBROS DA DIRETORIA E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

DIRETORES

Ludmila Lopes Nascimento Brasil - **Diretora-Presidente**
Gustavo Duarte Pimenta - **Diretor**
Juliana Martins das Chagas Pires - **Diretora**

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Bárbara Matheus Rizzuti - **Contadora** - CRC-RJ 131054/O-1
Cecília Fernandes Albuquerque - **Gerente de Controladoria**

VALE ENERGIA S.A.
(Companhia Fechada)
CNPJ/MF Nº 02.207.392/0001-90 - NIRE: 33.3.0016641-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Vale Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vale Energia S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

CALENDÁRIO FISCAL

RIO DE JANEIRO – SETEMBRO 2024

OBRIGAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

DIA ESPECIFICAÇÃO

05 ICMS/CONTRIBUINTES DE GRANDE PORTE (DECRETO 31.235/2002) - Recolhimento do imposto, inclusive o destinado ao FECP, devido pelos contribuintes relacionados pela Resolução 393 Sefaz/2011, conforme determina o Decreto 42.859/2011, relativamente ao mês de agosto/2024. Na impossibilidade de apuração do imposto, deverá ser recolhido 95% do imposto apurado no período imediatamente anterior.

ICMS/OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO (DECRETO 45.520/2015) - Recolhimento do imposto, inclusive o destinado ao FECP, devido pelos contribuintes relacionados pela Resolução 958 Sefaz/2016, conforme determina o Decreto 45.520/2015, relativamente ao 3º decêndio de agosto/2024.

TAXA FLORESTAL – COMERCIALIZAÇÃO - Recolhimento referente ao mês de agosto/2024, relativamente a produtos ou subprodutos florestais extraídos para comercialização.

06 RELAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS E SERVIÇOS COM ICMS DIFERIDO - Apresentação da relação de aquisições à Repartição Fiscal de sua Jurisdição, pelos contribuintes autorizados, mediante decisão exarada em processo, a receber mercadorias e serviços com ICMS diferido, relativamente ao mês de agosto/2024, exceto aqueles amparados pelo Decreto 23.082/97.

RELAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS COM ICMS DIFERIDO - Apresentação à Repartição Fiscal de Jurisdição do estabelecimento destinatário, pelos fornecedores ou prestadores de serviço, da relação de fornecimentos ou serviços com ICMS diferido, relativamente ao mês de agosto/2024, exceto aqueles amparados pelo Decreto 23.082/97.

TAXA FLORESTAL – CONSUMO PRÓPRIO - Recolhimento referente ao mês de agosto/2024, relativamente a produtos ou subprodutos florestais extraídos para consumo próprio.

09 ICMS/SERVIÇO DE TRANSPORTE – INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL – RESPONSABILIDADE - Recolhimento, referente a agosto/2024, pelos contribuintes substitutos tributários em relação ao serviço de transporte, quando remetente ou destinatário da mercadoria ou bem e contratante do serviço.

10 DAR – DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO AO REGIME Entrega da DAR a DEF 02 – Comércio Exterior, relativamente às importações ocorridas em agosto/2024.

ICMS/CONTRIBUINTES EM GERAL - Recolhimento, inclusive do diferencial de alíquota, pelos comerciantes, industriais e prestadores de serviço de transporte intermunicipal e interestadual, entre outros, referente a agosto/2024, exceto aqueles com prazo específico.

RELAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS PELA INDÚSTRIA NAVAL COM DIFERIMENTO DO ICMS - Apresentação da relação de aquisições à Repartição Fiscal de sua Jurisdição, pelos estabelecimentos da indústria naval, inclusive o contratante que realizar a importação de insumos e equipamentos, que adquirem mercadorias amparadas pelo diferimento do ICMS, conforme dispõe o Decreto 23.082/97, relativamente ao mês de agosto/2024.

RELAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE MERCADORIAS PARA A INDÚSTRIA NAVAL COM DIFERIMENTO DO ICMS - Apresentação da relação de fornecimentos à Repartição Fiscal de sua Jurisdição, pelos contribuintes que fornecerem mercadorias para a indústria naval amparadas pelo diferimento do ICMS, conforme dispõe o Decreto 23.082/97, relativamente ao mês de agosto/2024.

14 DEVEC – DECLARAÇÃO DO VALOR DE AQUISIÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA EM AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - Prestação das informações pela aquisição de energia elétrica por meio de contratos de comercialização firmados, ainda que com terceiros, situados neste ou em outro Estado, em ambiente de contratação livre, referente ao consumo ocorrido no mês de agosto/2024.

16 ICMS/CONTRIBUINTES DE GRANDE PORTE (DECRETO 31.235/2002) - Recolhimento do imposto complementar, se for o caso, inclusive o destinado ao FECP, devido pelos contribuintes relacionados pela Resolução 393 Sefaz/2011, conforme determina o Decreto 42.859/2011, relativamente ao mês de agosto/2024.

ICMS/OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO (DECRETO 45.520/2015) - Recolhimento do imposto, inclusive o destinado ao FECP, devido pelos contribuintes relacionados pela Resolução 958 Sefaz/2016, conforme determina o Decreto 45.520/2015, relativamente ao 2º decêndio de setembro/2024.

20 EFD – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – ARQUIVO DIGITAL - Entrega, pelos contribuintes obrigados à EFD, referente ao mês de agosto/2024.

FOT – FUNDO ORÇAMENTÁRIO TEMPORÁRIO - Depósito do montante equivalente ao percentual de 10% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização de benefício, referente ao mês de agosto/2024. Nota: Estão excluídos da obrigação de realizar depósito no FOT os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, quanto aos benefícios fiscais concedidos no âmbito: a) da Lei Complementar 123, de 14-12-2006; e b) do regime normal de apuração, inclusive quanto a optante pelo Simples Nacional na condição de contribuinte substituto ou contribuinte substituído. Veja Orientação sobre este tema no Portal COAD.

25 ICMS/OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO (DECRETO 45.520/2015) - Recolhimento do imposto, inclusive o destinado ao FECP, devido pelos contribuintes relacionados pela Resolução 958 Sefaz/2016, conforme determina o Decreto 45.520/2015, relativamente ao 2º decêndio de setembro/2024.

30 DIMP – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MEIOS DE PAGAMENTOS - Transmissão do arquivo eletrônico, com as informações relativas às operações realizadas pelos beneficiários de pagamentos que utilizem instrumentos de pagamento, ou pelos estabelecimentos e usuários dos serviços intermediados, pelas instituições, os intermediadores financeiros e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), e os intermediadores de serviços e negócios, inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou inscritos no Cadastro de Pessoa Física – CPF, ainda que não inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS, relativamente ao mês de agosto/2024.

Obs: A Dimp será apresentada por cada número de inscrição no CNPJ e será gerada, validada e transmitida de acordo com as regras estabelecidas pelo Ato Cotepe 65/2018.

ICMS/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

DIA ESPECIFICAÇÃO

02 ICMS/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA/OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - Recolhimento do imposto devido pelo contribuinte substituto optante pelo Simples Nacional, referente às saídas realizadas no mês de julho/2024.

SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS - Remessa pelo importador, referente ao mês de agosto/2024.

SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS - Remessa pelos transportadores revendedores retalhistas, referente ao mês de agosto/2024.

03 SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS - Remessa pelo contribuinte que tiver recebido o combustível de outro contribuinte substituído, exceto TRR, referente ao mês de agosto/2024.

05 SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS Remessa pelo contribuinte que tiver recebido o combustível exclusivamente de contribuinte substituto, referente ao mês de agosto/2024.

09 ICMS/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - Recolhimento do imposto retido a favor do Estado do Rio de agosto, relativo às operações de saídas internas e interestaduais sujeitas ao regime de substituição tributária, referente aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024, exceto cimento.

ICMS/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – REMESSA PARA PONTO DE VENDA - Recolhimento do imposto retido pelo substituto na remessa de mercadorias para ponto de venda fixo dispensado de inscrição, referente ao mês de agosto/2024.

10 GIA-ST – GUIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - Entrega pelos contribuintes substitutos de outros Estados, via internet, relativamente às operações sujeitas ao regime de substituição tributária, destinadas a este Estado, referente a agosto/2024.

ICMS/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – CIMENTO - Recolhimento do imposto retido a favor do RJ, relativo às operações com cimento, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024.

13 SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS - Remessa pelas refinarias de petróleo ou suas bases, em relação às operações, cujo imposto tenha sido anteriormente retido por refinaria de petróleo ou suas bases, referente ao mês de agosto/2024.

23 SCANC – SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS - Remessa pelas refinarias de petróleo ou suas bases, em relação às operações, cujo imposto tenha sido anteriormente retido por outros contribuintes, referente ao mês de agosto/2024.

27 DeSTDA – DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E ANTECIPAÇÃO - Apresentação pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto os Microempreendedores Individuais – MEI e os estabelecimentos impedidos de recolher o ICMS pelo Simples Nacional em virtude de a empresa ter ultrapassado o sublimite estadual, referente ao mês de agosto/2024.

ISS/OUTRAS OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS (Município do Rio de Janeiro)

DIA ESPECIFICAÇÃO

03 CONSTRUÇÃO CIVIL – DECLARAÇÃO DE MATERIAIS - Prazo final para declarar, através de aplicativo do sistema da Nota Carioca, os documentos fiscais de aquisição de materiais para incorporação às obras de construção civil para comprovação das deduções fiscais informadas nas Notas Cariocas emitidas no mês de agosto/2024.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTO ECONÔMICO - Declaração, por meio da internet, no aplicativo da Nota Carioca, referente à ausência de movimento econômico no mês de agosto/2024.

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS TOMADOS - Prazo final para cadastro no sistema da Nota Carioca das Notas Fiscais de Serviços Tomados no mês de agosto/2024.

04 ISS/CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS - Recolhimento do imposto pelos prestadores de serviços, inclusive as sociedades de profissionais, bem como pelos tomadores de serviços (no caso de responsabilidade pela retenção), exceto aqueles com prazo específico, referente ao mês de agosto/2024.

06 IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO - Recolhimento da 8ª cota, relativas ao exercício de 2024.

ISS/IPTU (Município de Niterói)

DIA ESPECIFICAÇÃO

10 IPTU E TAXA DE COLETA IMOBILIÁRIA DE LIXO - Recolhimento da 8ª parcela pelos contribuintes que optaram pelo pagamento parcelado em 11 vezes, relativamente ao exercício de 2024.

ISS/CONTRIBUINTES EM GERAL - Recolhimento do imposto devido com base no preço dos serviços, bem como por estimativa e pela retenção na fonte, referente ao mês de agosto/2024.

NOTA: As Tabelas de Recolhimento em Atraso são divulgadas no Portal COAD, em Tabelas Dinâmicas.

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A. - MBR

CNPJ Nº 33.417.445/0001-20 - (Companhia Fechada)

VALE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. ("MBR" ou "Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a legislação societária vigente, vem submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2023 a Diretoria externa seu reconhecimento pelo que recebemos de nossos clientes, fornecedores, empregados, acionistas e da controladora Vale S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2024.

Rodrigo Sebollela Duque Estrada Regis - Diretor-Presidente **João Barbosa Campbell Penna** - Diretor **João Marcelo de Moura e Cunha** - Diretor

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de participação em coligada	9	396.383	287.866
Outras despesas operacionais, líquidas	3	(1.435)	(1.745)
Lucro operacional		**394.948**	**286.121**
Receitas financeiras	4	292.292	267.039
Despesas financeiras	4	(13.624)	(12.468)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**673.616**	**540.692**
Tributos sobre o lucro	5	(94.042)	(85.831)
Lucro líquido do exercício		**579.574**	**454.861**
Lucro básico e diluído por ação – Em R$		0,55	0,43

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**673.616**	**540.692**
Ajustado por:			
Resultado de participação em coligada	9	(396.383)	(287.866)
Outros		(2.350)	(1.192)
Variações de ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(53.619)	(45.927)
Fornecedores - Terceiros		274	(48)
Fornecedores - Partes relacionadas		(6)	3
Outros ativos e passivos, líquidos		2.867	(636)
Caixa gerado pelas operações		**224.399**	**205.026**
Tributos sobre o lucro pagos		(43.301)	(30.717)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**181.098**	**174.309**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Dividendos recebidos de coligada	9	69.795	55.857
Compra de ações da Vale	8	-	(573.385)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**69.795**	**(517.528)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		250.893	(343.219)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.257.212	2.600.431
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**2.508.105**	**2.257.212**
Transações que não envolvem caixa:			
Aumento de capital via conversão de dividendos	10	-	6.313.942
Transferência de ações para compensação de dividendo a pagar	8	(102.366)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Lucro líquido do exercício	**579.574**	**454.861**
Outros resultados abrangentes:		
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Resultado de participação em coligada (nota 9)	156	(130)
Total do resultado abrangente	**579.730**	**454.731**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.508.105	2.257.212
Dividendos a receber	9 e 11	94.433	68.367
Contas a receber - Partes relacionadas		811	
Tributos sobre o lucro a recuperar		32	464
Tributos a recuperar	7	1	47.130
Outros		-	2
		2.603.382	**2.373.175**
Ativo não circulante			
Investimentos em ações	8	-	102.366
Tributos diferidos sobre o lucro	5 (a)	10.266	9.632
		10.266	**111.998**
Investimentos	9	2.117.746	1.815.640
		2.128.012	**1.927.638**
Total do ativo		**4.731.394**	**4.300.813**
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - Terceiros		33	39
Fornecedores - Partes relacionadas	11	277	3
Dividendos a pagar	10 (c)	649.628	234.777
Tributos a recolher sobre o lucro	5 (c)	17.626	64.702
Outros		1.544	1.519
Total do passivo		**669.108**	**301.040**
Total do patrimônio líquido		**4.062.286**	**3.999.773**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.731.394**	**4.300.813**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.600.000**	**2.198.603**	**775.719**	**3.609**	**3.156.971**	**-**	**8.734.902**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	454.861	454.861
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(130)	-	-	(130)
Transações com acionistas:							
Aumento de capital via conversão de dividendos (nota 10a)	1.000	6.312.942	-	-	(3.156.971)	-	3.156.971
Capitalização de reserva legal AGOE de 18/04/2022 (nota 10a)	1.000	254.319	(255.319)	-	-	-	-
Capitalização de reserva legal AGE de 23/05/2022 (nota 10a)	519.900	-	(519.900)	-	-	-	-
Capitalização de reserva de capital (nota 10a)	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-	-
Redução de capital com entrega de ações (nota 10a)	(8.119.400)	-	-	-	-	-	(8.119.400)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 10c)	-	-	-	-	-	(227.431)	(227.431)
Dividendo adicional proposto (nota 10c)	-	-	-	-	227.430	(227.430)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.500**	**3.765.864**	**500**	**3.479**	**227.430**	**-**	**3.999.773**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	579.574	579.574
Outros resultados abrangentes	-	-	-	156	-	-	156
Transações com acionistas:							
Dividendos de exercício anteriores	-	-	-	-	(227.430)	-	(227.430)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 10c)	-	-	-	-	-	(289.787)	(289.787)
Dividendo adicional proposto (nota 10c)	-	-	-	-	289.787	(289.787)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.500**	**3.765.864**	**500**	**3.635**	**289.787**	**-**	**4.062.286**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. As operações eram realizadas por meio de minas e usinas de beneficiamento localizadas nos municípios de Nova Lima, Itabirito e Brumadinho em Minas Gerais. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2021, aprovou a incorporação reversa da Empreendimentos Brasileiros de Mineração ("EBM") pela Sociedade, com a consequente versão da integralidade do patrimônio da EBM para MBR e o cancelamento de todas as ações ordinárias de emissão da MBR as quais eram de titularidade da EBM. Em decorrência do processo de incorporação, a EBM foi extinta e a MBR a sucedeu a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações. Adicionalmente, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2021 aprovou a cisão parcial da Sociedade com a incorporação da parcela cindida pela Vale S.A. ("Vale" ou "Companhia"), controladora da Sociedade. Com isso, a MBR a passou a ter por objeto social a participação societária em outras empresas. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade. **b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 02 de maio de 2024, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria. A Sociedade apresentou somente suas demonstrações financeiras individuais, uma vez que seus acionistas não fizeram nenhuma objeção quanto a não apresentação de suas demonstrações financeiras consolidadas, assim como pelo fato de a controladora final ter publicado demonstrações financeiras consolidadas, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. **c) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. **d) Políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes. **e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas na nota 5.

3. Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Doações	(960)	(720)
Serviços contratados	(874)	(206)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	399	(819)
Total	**(1.435)**	**(1.745)**

4. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(13.592)	(12.417)
Outras	(32)	(51)
	(13.624)	**(12.468)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	290.322	265.228
Outras	1.970	1.811
	292.292	**267.039**
Resultado financeiro, líquido	**278.668**	**254.571**

5. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	Base de cálculo 31 de dezembro de 2023	2022	IRPJ e CSLL (alíquota de 34%) 31 de dezembro de 2023	2022
Provisão para perda - Mútuo Fundação Caemi	30.195	28.329	10.266	9.632
Total	**30.195**	**28.329**	**10.266**	**9.632**

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

b) Reconciliação do imposto de renda: O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está conciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**673.616**	**540.692**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação -34%	**(229.029)**	**(183.835)**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Resultado de participação em coligada	134.770	97.874
Outros ajustes não dedutíveis	217	130
Tributos sobre o lucro	**(94.042)**	**(85.831)**

c) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2023	2022
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	94.676	86.431
Antecipações	(24.579)	(21.729)
Compensações	(52.471)	-
Total	**17.626**	**64.702**

Política contábil: Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	2022
Caixa e bancos	112	37
Aplicações financeiras	2.507.993	2.257.175
Total	**2.508.105**	**2.257.212**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Os saldos de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 referem-se a FIDC no montante de R$ 2.275.672 (R$ 1.560.079 em 2022) e aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) no montante de R$ 232.321 (R$ 697.096 em 2022).

7. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2023	2022
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF") a recuperar	1	47.130
Total	**1**	**47.130**

A variação apresentada de imposto de renda retido na fonte ("IRRF") está relacionada a compensação efetuada durante o ano de 2023 com tributos sobre lucro a recolher, conforme descrito na nota 5 (c).

8. Investimentos em ações

Em 2021, o Conselho de Administração da Vale aprovou dois programas de recompra de ações, limitado ao máximo de 470.000.000 de ações e seus respectivos ADRs, que poderiam ser realizados pela Vale e/ou suas subsidiárias integrais. O Conselho de Administração determinou que as ações recompradas seriam canceladas e, portanto, não poderiam ser alienadas conforme o regulamento da Comissão de Valores Mobiliários. No âmbito destes programas, durante o exercício de 2022, a MBR recomprou 6.835.800 ações (83.454.283 em 2021) correspondentes ao montante de R$ 573.385 (R$ 7.648.381 em 2021), com objetivo de transferência para Vale S.A e cancelamento quando for determinado pela Companhia. Essas ações foram contabilizadas como ativo financeiro e mensuradas ao custo amortizado principalmente em função da restrição para negociação destas ações, que foram adquiridas para futuro cancelamento. No momento da transferência para a Vale, o montante de ações adquirido foi contabilizado como uma redução do patrimônio líquido da MBR. Durante o exercício de 2022, na Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a redução do capital social da Sociedade, no montante de R$ 8.119.400, mediante entrega à única acionista Vale de 89.138.483 ações ordinárias emitidas pela própria acionista Vale, todas de propriedade da Sociedade. Ao final do exercício de 2022 a Sociedade permaneceu com o montante de R$ 102.366, correspondentes a 1.151.600 ações emitidas pela acionista Vale S.A, registrado com ativo financeiro. Durante o exercício de 2023, na Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a transferência do saldo de ações emitidas pela Vale S.A. a título de pagamento parcial de dividendos para a Vale. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui saldo residual de investimentos em ações.

9. Investimentos

	% de participação	% do capital votante	Investimentos 31 de dezembro de 2023	2022	Resultado de participação 31 de dezembro de 2023	2022	Dividendos recebidos 31 de dezembro de 2023	2022
Coligada								
MRS Logística S.A.	33,13	20,12	2.117.746	1.815.640	396.383	287.866	69.795	55.857
Total			**2.117.746**	**1.815.640**	**396.383**	**287.866**	**69.795**	**55.857**

As variações dos investimentos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**1.815.640**	**1.596.271**
Resultado de participações societárias no resultado do exercício	396.383	287.866
Resultado de participações societárias em outros resultados abrangentes	156	(130)
Dividendos declarados	(94.433)	(68.367)
Saldo no final do exercício	**2.117.746**	**1.815.640**

As informações financeiras resumidas de sua coligada são as seguintes:

	31 de dezembro de 2023 MRS Logística S.A.	2022 MRS Logística S.A.
Ativos circulantes	4.617.106	2.018.837
Ativos não circulantes	13.437.650	12.513.335
Total dos ativos	**18.054.756**	**14.532.172**
Passivos circulantes	3.332.156	2.660.319
Passivos não circulantes	8.336.798	6.358.220
Total dos passivos	**11.668.954**	**9.018.539**
Patrimônio líquido	**6.385.802**	**5.513.633**
Lucro líquido	**1.200.149**	**874.175**

MRS Logística S.A. – Sociedade anônima de capital aberta, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A moeda funcional da Sociedade é o real. **Política contábil:** Os investimentos em coligadas ("investidas") são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade ou com até, no máximo, 60 dias de defasagem. A variação cambial de investimentos no exterior é contabilizada no resultado abrangente como resultado de participação em coligada. A composição das investidas diretas no final do exercício é a seguinte:

	Localização	Atividade principal	% de participação	% do capital votante
Coligada direta				
MRS Logística S.A.	Brasil	Logística	33,1%	20,0%

10. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é de R$ 2.500 correspondendo a 1.060.259.134 ações ordinárias escrituradas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2022, foi aprovada a emissão de 1.175.165.784 novas ações ordinárias mediante a conversão dos dividendos declarados na AGO realizada em 18 de abril de 2022 no valor de R$ 6.313.942 e mediante a capitalização da reserva legal no valor de R$ 255.319. A emissão de novas ações em 2022 destinou o montante de R$ 2.000 para o capital social, que passou a ser de R$ 2.602.000 e o montante de R$ 6.567.261 para reserva de capital da companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2022, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R$ 5.519.900, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R$ 5.000.000 e mediante a capitalização da reserva legal no montante de R$ 519.900. Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2022, foi aprovada a redução do capital social no montante de R$ 8.119.400, passando seu saldo ao valor de R$ 2.500. **b) Reserva de lucros: Reserva legal -** Constitui uma exigência para todas as sociedades por ações e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Uma vez que o limite foi atingido, não há mais constituição de reserva legal. Em 31 de dezembro de 2021, a reserva legal excedeu o limite de 20% do capital social, e, portanto, nenhum valor foi destinado à constituição dessa reserva dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023. A redução dessa reserva ocorreu através de Assembleias ocorridas ao longo do exercício de 2022. **c) Remuneração aos acionistas da Sociedade -** 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	31 de dezembro de 2023	2022
Lucro líquido do exercício	**579.574**	**454.861**
Dividendos mínimos obrigatórios	289.787	227.431
Dividendo adicional proposto (condicionado à aprovação em assembleia de acionistas)	289.787	227.430
Remuneração total do exercício	**579.574**	**454.861**

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos dividendos a pagar referem-se ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R$227.431 e o saldo de dividendos a pagar da EBM que foram incorporados no valor de R$ 7.346. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2023 foi aprovada a destinação do montante de R$ 227.430 a título de dividendo adicional, sendo ainda aprovado que a parcela dos dividendos do exercício no valor de R$ 102.366, seria quitada mediante entrega à única acionista Vale de 1.151.600 ações ordinárias emitidas pela própria Vale, todas de propriedade da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos dividendos a pagar referem-se ao saldo remanescente dos dividendos do exercício de 2022 no montante de R$ 352.495, o saldo de dividendos a pagar da EBM que foram incorporados no montante de R$ 7.346 e o dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023 no montante de R$ 289.787.

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A. - MBR

CNPJ Nº 33.417.445/0001-20 - (Companhia Fechada)

VALE

11. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Nota	31 de dezembro de 2023	2022
Ativo circulante			
Aplicações financeiras - Bradesco		2.437.946	892.561
Contas a receber com partes relacionadas - Vale Holdings B.V.		811	-
Dividendo a receber - MRS Logística S.A.	9	94.433	68.367
		2.533.190	**960.928**
Ativo não circulante			
Investimentos em ações - Vale S.A.	8	-	102.366
		-	**102.366**
Passivo circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale S.A.		277	3
		277	**3**
Dividendo a pagar			
Vale S.A.	10 (c)	649.628	234.777
		649.905	**234.780**

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas. A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

12. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado 31 de dezembro de 2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.508.105	2.257.212
Investimentos em ações	-	102.366
Contas a receber - Partes relacionadas	811	-
Total dos ativos financeiros	**2.508.916**	**2.359.578**
Fornecedores - Terceiros	33	39
Fornecedores - Partes relacionadas	277	3
Total de passivos financeiros	**310**	**42**

Política contábil: A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

13. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. **b) Gestão de risco de crédito -** A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. **c) Gestão de risco de mercado -** A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

MEMBROS DA DIRETORIA E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

DIRETORES

Rodrigo Sebollela Duque Estrada Regis - **Diretor-Presidente**
João Barbosa Campbell Penna - **Diretor**
João Marcelo de Moura e Cunha - **Diretor**

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Adriano Angelo Ventura - **Contador - CRC-RJ 103727/O-0**
Cecília Fernandes Albuquerque - **Gerente de Controladoria**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causa da por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Sociedade. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de Maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

ROCK CITY S.A.

CNPJ/ME nº 19.165.784/0001-36 - NIRE 33.3.0031094-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **Rock City** S.A anuncia seu resultado do ano 2023. Todas as informações financeiras a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados, de acordo com a legislação societária brasileira e alinhado com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS. **Introdução:** Criado em 1985 e com 39 anos de vida, o Rock in Rio é parte relevante da história da música mundial. O evento já soma 22 edições, 130 dias e mais de 3.800 atrações musicais. Nascido no Rio de Janeiro, o Rock in Rio conquistou não só o Brasil como, também, Portugal, Espanha e, em maio de 2015, chegou aos Estados Unidos da América, sempre com a ambição de levar todos os estilos de música aos mais variados públicos. Muito mais que um evento de música, o Rock in Rio pauta-se também por ser um evento responsável e sustentável. Em 2001, através do projeto social “Por um mundo melhor”, assumiu o compromisso de conscientizar as pessoas para o fato de que pequenas atitudes no dia-a-dia são o caminho para fazer do mundo um lugar melhor para todos. Em 2013, o Rock in Rio recebeu a certificação da norma ISO 20121 - Eventos Sustentáveis, um reconhecimento do poder realizador da marca que desenvolve diversas ações com vista à construção de um mundo melhor. **Highlights 2023:** Em 2022, o festival Rock in Rio Lisboa e Rock in Rio Brasil foram realizados em junho e setembro de 2022 respectivamente. A Companhia realizou em setembro de 2023 o primeiro festival na cidade de São Paulo, denomidado “The Town”. Em 2023, a Companhia anunciou a edição do Rock in Rio Brasil edição 40 anos a ser realizada em setembro de 2024. **Perspectivas:** Em março de 2023, a Companhia anunciou a organização do festival Lollapalooza Brasil em colaboração com a C3 Presents, o festival continuará sendo realizado no autódromo de Interlagos, na cidade de São Paulo. A partir de 2024, o Brasil contará com o Rock in Rio, The Town e Lollapalooza. **Considerações finais:** Em cumprimento às disposições previstas, a Companhia contratou os serviços de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender a regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes às companhias abertas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram prestados pelos auditores e partes a eles relacionadas, serviços que não aqueles de auditoria independente. **Agradecimentos:** A Rock City S.A. agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, entidades governamentais e todos aqueles que dedicaram seu tempo e eficiência ao desempenho da Companhia, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades, assim como os resultados até então alcançados.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.308	18	67.334	53.235
Contas a receber	6	-	-	11.915	13.241
Impostos a recuperar	7	-	-	1.749	3.279
IR e CS a recuperar	7	51	31	6.384	5.593
Despesas antecipadas	8	-	-	18.584	4.196
Dividendos a receber	9	13.084	70.981	-	-
ISS diferidos		-	-	3.927	252
Outras ativos		-	-	1.260	1.988
		16.443	**71.030**	**111.153**	**81.784**
Não circulante					
Empréstimos com partes relacionadas	15	-	1.271	-	-
Despesas antecipadas	8	-	-	-	589
Impostos a recuperar	7	-	-	33.898	33.757
Impostos diferidos	14	-	-	20.636	19.242
Depósitos judiciais		-	-	6.962	5.989
Outros ativos		-	-	161	76
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	-	480	480
Outras contas a receber com partes relacionadas	15	-	113	454	457
Investimentos	9	221.998	212.987	3.405	355
Imobilizado	10	-	-	29.292	27.353
Intangível	10.d	-	-	163.011	163.134
		221.998	**214.371**	**258.299**	**251.432**
Total do ativo		**238.441**	**285.401**	**369.452**	**333.216**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Fornecedores	11	103	-	16.112	28.544
Passivo de arrendamento		-	-	8	109
IR e CS a pagar	12	-	-	-	508
Tributos e encargos sociais a recolher	12	-	-	5.525	907
Dividendos a pagar	17	12.188	67.298	15.459	85.041
Adiantamentos de clientes		-	-	1.032	519
Receitas diferidas	13	-	-	83.932	140
Outras contas a pagar		-	-	2.191	962
		12.291	**67.298**	**124.259**	**116.730**
Não circulante					
Empréstimos - partes relacionada	15	112	112	112	112
Tributos e encargos sociais a recolher	12	-	-	1.759	2.641
Outras contas a pagar com partes relacionadas	16	68	1.502	40	42
Impostos diferidos	14	9.579	9.579	9.579	9.579
Receitas diferidas	13	-	-	19.281	1.800
Outras contas a pagar		-	-	202	207
		9.759	**11.193**	**30.973**	**14.381**
Patrimônio líquido	17				
Capital social		60.416	60.416	60.416	60.416
Reserva de lucros		156.127	146.933	156.127	146.933
Ajuste de avaliação patrimonial		(152)	(439)	(152)	(439)
		216.391	**206.910**	**216.391**	**206.910**
Participação de acionistas não controladores		-	-	(2.171)	(4.805)
Patrimônio líquido total		**216.391**	**206.910**	**214.220**	**202.105**
Total do passivo e patrimônio líquido		**238.441**	**285.401**	**369.452**	**333.216**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros (prejuízos acumulados)	Resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**60.416**	**96.165**	**-**	**-**	**(4.723)**	**151.858**	**(18.518)**	**133.340**
Lucro liquido do exercício	-	-	-	118.066	-	118.066	29.239	147.305
Constituição de reserva de legal	-	-	5.903	(5.903)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(67.298)	-	(67.298)	-	(67.298)
Reserva de lucros	-	44.865	-	(44.865)	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de IR	-	-	-	-	56	56	14	70
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	4.228	4.228	(15.540)	(11.312)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**60.416**	**141.030**	**5.903**	**-**	**(439)**	**206.910**	**(4.805)**	**202.105**
Lucro liquido do exercício	-	-	-	21.381	-	21.381	4.544	25.925
Constituição de reserva de legal	-	-	1.069	(1.069)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.188)	-	(12.188)	-	(12.188)
Reserva de lucros	-	8.125	-	(8.125)	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de IR	-	-	-	-	(489)	(489)	(122)	(611)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	776	776	(1.788)	(1.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**60.416**	**149.155**	**6.972**	**-**	**(152)**	**216.391**	**(2.171)**	**214.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	18	-	-	415.556	647.384
(-) Custos dos serviços prestados	19	-	-	(372.190)	(467.296)
Lucro (prejuízo) bruto		**-**	**-**	**43.366**	**180.088**
Despesas administrativas e gerais	20	(378)	(239)	(18.763)	(19.756)
Despesas comerciais		-	-	(440)	(252)
Outras receitas (despesas)		-	-	772	38
Equivalência patrimonial	9	21.806	118.301	3.049	(25)
		21.428	**118.062**	**(15.382)**	**(19.995)**
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		**21.428**	**118.062**	**27.984**	**160.093**
Resultado financeiro	21				
Despesas financeiras		(84)	-	(15.082)	(33.500)
Receitas financeiras		37	4	11.455	23.981
		(47)	**4**	**(3.627)**	**(9.519)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**21.381**	**118.066**	**24.357**	**150.574**
IR e contribuição social					
Impostos correntes	14	-	-	(2.334)	(2.486)
Impostos diferidos	14	-	-	3.902	(783)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**21.381**	**118.066**	**25.925**	**147.305**
Atribuído aos acionistas controladores		21.381	118.066	21.381	118.066
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	4.544	29.239

Demonstrações dos Resultados Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**21.381**	**118.066**	**25.925**	**147.305**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	(741)	86	(926)	107
Impostos diferidos sobre hedges de fluxo de caixa	252	(30)	315	(37)
Ajustes acumulados de conversão	776	4.228	(1.012)	(11.312)
Resultados abrangentes total	**21.668**	**122.350**	**24.302**	**136.063**
Resultados abrangentes atribuídos aos:				
Acionistas controladores	21.668	122.350	21.668	13.713
Acionistas não controladores	-	-	2.634	
Resultados abrangentes total	**21.668**	**122.350**	**24.302**	**136.063**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.381	118.066	25.925	147.305
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	5.865	3.594
Equivalência patrimonial	(21.806)	(118.301)	(3.049)	25
IR e CS corrente	-	-	2.334	2.486
IR e CS diferidos	-	-	(3.902)	783
Juros e variação cambial empréstimos	-	-	1.751	4.728
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	71	2.696
Receita diferida	-	-	(1.940)	(167.554)
Despesas antecipadas	-	-	4.785	35.463
Créditos tributários	-	-	(1.654)	(19.750)
Outras despesas/ receitas	-	-	63	(144)
Outras provisões	-	-	821	2.641
	(425)	**(235)**	**31.070**	**12.273**
(Aumento)/redução em ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(1.840)	(8.909)
Impostos a recuperar	-	-	3.042	(5.333)
Imposto de renda a recuperar	(20)	10	(1.104)	(1.489)
Adiantamento a fornecedores	-	-	865	(1.314)
Despesas antecipadas	-	-	(15.662)	(7.440)
ISS diferido	-	-	(3.675)	3.551
Depósito judicial	-	-	(973)	(5.989)
Outras contas a receber com partes relacionadas	1.384	-	2.818	2.094
Outros ativos	-	-	58	136
Fornecedores	103	-	(3.557)	26.081
Tributos e encargos sociais	-	-	3.735	(3.446)
IR e CS a pagar	-	-	(523)	488
Adiantamento recebido de cliente	-	-	975	461
Receitas diferidas	-	-	103.213	1.940
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.368)	214	(2.774)	(2.086)
Outros passivos	-	-	(3.642)	3.916
Juros pagos	(67)	-	(67)	(792)
Dividendos recebidos	70.981	-	70.981	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**70.588**	**(11)**	**182.940**	**14.142**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	**-**	**-**	**(7.833)**	**(16.542)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**-**	**-**	**(7.833)**	**(16.542)**
Dividendos distribuídos	(67.298)	-	(156.024)	-
Arrendamento mercantil	-	-	(101)	(136)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.826)	(12.048)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(67.298)**	**-**	**(160.951)**	**(12.184)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**3.290**	**(11)**	**14.156**	**(14.584)**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalente de caixa	-	-	(57)	(1.381)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	18	29	53.235	66.438
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	**3.308**	**18**	**67.334**	**53.235**
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalente de caixa	**3.290**	**(11)**	**14.156**	**(14.584)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Rock City S.A. (“Rock City” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.A Companhia foi constituída em 12 de setembro de 2013, com a denominação social de A.H.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., tendo alterado sua denominação social para Rock City S.A. em 13 de dezembro de 2013. A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2014 com a aquisição da Rock World S.A. (“Rock World”). As demonstrações financeiras da Companhia incluem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo tem por objeto: (i) a promoção e realização de eventos cuja principal atração seja a música, abertos ao público em geral, que envolvam ou não atrações secundárias de natureza diversa, atividades sociais e comércio de gêneros alimentícios e outros produtos, além de serviços em geral, e que envolvam uma pluralidade de dias e atrações de música, músicos ou bandas de música, no Brasil ou no exterior, com a designação Rock in Rio (Festival Rock in Rio) e The Town (Festival The Town); (ii) criação e negociação de conteúdo cultural e artístico relacionado aos festivais e/ou que utilize as marcas, citados anteriormente; (iii) licenciamento e/ou cessão de uso da marca Rock in Rio e The Town e marcas a ela relacionadas; (iv) administração de programa de fidelidade que utilize a marca Rock in Rio e The Town; e (v) campanhas relacionadas aos eventos e às marcas relacionadas aos eventos; e (vi) produzir e realizar eventos esportivos, culturais, artísticos e exploração de feiras de jogos eletrônicos. Em 2022, o festival Rock in Rio Brasil e Lisboa foram realizados em setembro e junho de 2022, respectivamente. Em 2023, a Companhia realizou novo festival denominado “The Town”, na cidade de São Paulo. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é decorrente da realização do festival The Town no ano. Considerando a posição de caixa ao final do ano, os contratos firmados de patrocínio de eventos futuros e a programação de eventos para o ano de 2024, a Companhia seguirá com o curso normal das suas atividades e por isso apresenta as demonstrações financeiras em base de continuidade. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais políticas contábeis:** a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Tendo em vista as incertezas inerentes ao processo de estimativa e à construção de julgamentos, os reais valores de liquidação das transações podem apresentar divergências significativas em relação aos valores registrados nas demonstrações contábeis. As estimativas incluem contingências, provisão para recuperabilidade do imposto diferido ativo, valor justo dos derivativos, vida útil dos ativos e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber. d) Moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. A moeda funcional das controladas localizadas na Europa é o Euro e das controladas localizadas nos Estados Unidos é o dólar americano, conforme descrito no item (2.1 b). e) Sazonalidade: Devido ao calendário sazonal para a realização dos festivais, o Grupo apresenta saldos mais elevados de receita quando da realização destes festivais. Essa sazonalidade também resulta em saldos mais elevados em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, despesas antecipadas, contas a pagar a fornecedores e receitas diferidas para o Grupo, em diferentes épocas do ano. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, US$1 era equivalente a R$4,8413 (R$5,2177 em 31 de dezembro de 2022) e EUR 1 era equivalente a R$5,3516 (R$5,5694 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. c) Controladas no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos de sua respectiva moeda funcional, para Real (moeda funcional da Rock World S.A.) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio médias de cada mês. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentados no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. d) Contas a receber: O saldo de contas a receber é composto, principalmente, pelos valores a receber referentes a contratos de patrocínio celebrados e ingressos vendidos. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, deduzido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável do ativo. e) Despesas antecipadas: Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado. f) Imobilizado: Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens apresentadas na nota explicativa no 10. Os gastos incorridos com reparos, consertos, reformas ou reposição de partes dos bens, quando representam um aumento da eficiência, produtividade ou da vida útil do bem, são acrescidos ao imobilizado. Nesses casos, os valores contábeis dos itens substituídos são baixados. O Grupo revisa anualmente as vidas úteis e o valor residual dos bens que compõem o ativo imobilizado com o objetivo de identificar evidências que indiquem a necessidade de alteração das expectativas anteriores. Essas evidências podem incluir fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização do bem, entre outros fatores. Quando são identificadas evidências e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada a redução ao valor recuperável do ativo. g) Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: • O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. se: (a) A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado ou ; (b) As decisões relevantes sobre como e para que finalidade o ativo é usado são predeterminadas e: (i) Tem o direito de operar o ativo; e (ii) Projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. h) Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. i) Provisões: Provisões são reconhecidas quando as seguintes condições são atendidas: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam necessários para liquidar a obrigação; iii) for possível estimar de forma confiável o valor da obrigação. j) Ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há evidências de redução nos seus valores recuperáveis. Caso sejam identificadas tais evidências e o valor contábil líquido do ativo exceda o valor recuperável, são registradas as perdas estimadas com o intuito de ajustar o saldo contábil do ativo ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. k) Imposto de renda e contribuição social: Para as empresas situadas no Brasil, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. Para apuração do imposto de renda é aplicada a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R$240 mil, enquanto para contribuição social é aplicada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos do balanço e as bases fiscais, e são apresentados líquidos de provisões para perdas. O Grupo reavalia anualmente os montantes registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, a fim de concluir se é esperado que os mesmos sejam realizáveis, tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros aprovada pela Administração. l) Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC): Para as empresas situadas na Europa, o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é efectuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a revisões, correções e eventuais ajustamentos pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Por outro lado, as contribuições para a Segurança Social estão também sujeitas a revisões, correções e eventuais ajustamentos durante dez anos até ao exercício de 2000 e de cinco anos para os exercícios após 2001, inclusive. Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos, e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizá-los. Assim, no cálculo dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis considera-se uma taxa de imposto sobre o rendimento que varia de 21% a 25%, e um prazo de recuperabilidade máximo permitido em cada localidade. Para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributárias, considera-se a mesma taxa de imposto apresentada acima. Os impostos diferidos ativos e passivos deverão ser classificados na respectiva categoria de não correntes. m) Imposto sobre o rendimento nos Estados Unidos: A Companhia optou por utilizar o Método de Impostos a Pagar (Taxes Payable Method). De acordo com esse método, a despesa com impostos sobre o lucro representa o valor que a Companhia espera pagar, com base no lucro tributável apurado no ano. No ano em curso, a Companhia apurou prejuízo e, portanto, não há provisão para impostos sobre o lucro. Durante 2016 e 2017, os Estados Unidos impôs um sistema de taxas progressivas de impostos sobre o lucro, com tarifas que variam de 15% a 35% sobre o lucro tributável, líquido. A taxa incremental de 35% não é utilizada até que o lucro tributável líquido alcance 10 (dez) milhões de dólares. A taxa nos Estados Unidos passou a ser de 21% em 2018 e períodos subsequentes. Os prejuízos apurados pela Companhia em um exercício podem ser compensados com lucros apurados em exercícios subsequentes. Se o lucro apurado exceder as perdas acumuladas, o imposto será calculado sobre os ganhos líquidos, após a compensação das perdas dos exercícios anteriores. n) Reconhecimento de receitas: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As principais receitas do Grupo podem ser resumidas como segue: (1) Vendas de ingressos - as receitas provenientes de vendas de ingressos que têm origem na venda dos ingressos, principalmente via internet, e são reconhecidas no momento da prestação dos serviços, ou seja, quando os eventos são realizados. A entrega do ingresso para o cliente não é considerada uma obrigação de desempenho distinta para os eventos realizados pelo grupo porque o cliente não pode receber os benefícios do ingresso, a menos que a Companhia também cumpra sua obrigação de entregar o evento. A receita recebida da venda de ingressos antes da realização dos eventos é registrada como receita diferida no passivo até a data da realização do evento (inclusive no caso de pré-venda de ingressos no ano anterior ao da realização do evento). (2) Receitas com patrocínio - as receitas de patrocínio são oriundas de contratos que proporcionam aos patrocinadores oportunidades estratégicas para expor suas marcas através da sua associação com o evento. Esses programas também podem incluir eventos ou programas personalizados para as marcas específicas dos patrocinadores, que são tipicamente experimentados exclusivamente pelos clientes dos patrocinadores. Os acordos de patrocínio usualmente contém vários elementos, que fornecem vários benefícios distintos ao patrocinador durante o prazo do contrato. A contraprestação é recebida em pagamentos parcelados durante o ano, normalmente antes de fornecer o benefício ao patrocinador ou realizar o evento. Conforme o CPC 30/IAS 18, a receita recebida antes do evento era registrada como receita diferida no passivo, exceto a parcela de igual valor aos gastos com marketing incorridos pelo Grupo. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a totalidade das receitas de patrocínio recebidas antes da realização do evento passou a ser registrada como receita diferida. o) Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados inclui os cachês dos artistas que se apresentam nos festivais e as despesas de viagem, despesas de marketing e publicidade específica dos festivais, despesas relacionadas com a produção dos espetáculos e outros custos relacionados com a produção dos eventos. Estes custos são principalmente de natureza variável. O Grupo reconhece os custos relacionados ao evento no ano em que ocorre o festival para que não haja o descasamento entre receitas e custos relacionadas ao mesmo, exceto os custos relacionados à viagem,marketing e publicidade específica dos festivais na qual não são diferidos, impactando assim o exercício em que o fato gerador ocorrer. p) Custos de marketing: Os custos de marketing são reconhecidos para resultado no ano em que ocorrem, bem como as receitas de patrocínio equivalentes aos respectivos custos. q) Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas incluem salários e remunerações aos funcionários, honorários legais, consultoria e outros honorários profissionais, aluguel, depreciação de ativos imobilizados e outras despesas administrativas. r) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem, basicamente, os ganhos obtidos em aplicações financeiras, aumento no valor justo de ativos financeiros e ganhos de variações monetárias e/ou cambiais sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros.

ROCK CITY S.A.

CNPJ/ME nº 19.165.784/0001-36 - NIRE 33.3.0031094-1

redução no valor justo de ativos financeiros e perdas estimadas na recuperação de ativos financeiros. s) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. t) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento: Ativos financeiros:* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira registrados separadamente. Os derivativos da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações normalmente reconhecidas no resultado do exercício. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. *Hedge de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Companhia. **4. Demonstrações financeiras consolidadas:** a) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixe de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. b) Operação das controladas e coligadas: No ano de 2012 a Rock World passou a deter 100% das ações da Better World S/A, empresa portuguesa, constituída em 2003, que tem por objeto a promoção, produção e realização de espetáculos de música, artes e afins, ne se limitando à produção de eventos ao vivo. A Companhia Better World S/A adquiriu 60% da controlada Rock in Rio Madrid S.A e criou a investida Better SL, ambas tem por objeto a promoção, produção e realização de espetáculos de música, artes e afins, em Madrid e Espanha com exceção de Madrid, respectivamente. Também em 2012, a Rock World adquiriu 50% do capital da Rock Official Comércio de Roupas Ltda. que tem por objeto o desenvolvimento e comercialização dos produtos oficiais da marca "Rock in Rio". Em 03 de fevereiro de 2014, a Companhia fundou uma subsidiária integral nos Estados Unidos, o Rock in Rio EUA, Inc. (a Delaware Corporation), com o objetivo de promover edições do evento Rock in Rio no país, a partir de Las Vegas (Nevada). Em abril de 2018, a Companhia uniu-se à CCXP Eventos Ltda na criação de uma joint venture Game Experience Eventos Ltda (Game XP), empresa que tem como objetivo de produzir e realizar eventos esportivos, culturais, artísticos e exploração de feiras de jogos eletrônicos, cada associada participando com 50% do capital social. Em novembro de 2018, a controlada Rock World adquiriu 100% da empresa Like Fest Eventos Ltda., que tem como objetivo produzir e realizar eventos esportivos, culturais e artísticos. Em novembro de 2022, a Companhia Rock World celebrou com a empresa Ticketmaster Brasil Ltda. um instrumento particular de constituição de uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), na qual detém 49% da participação e ingressa na qualidade de sócio participante. Na outra parte a Ticketmaster Brasil Ltda ingressou na qualidade de sócio ostensivo e detém 51% de participação. A Sociedade em Conta de Participação tem como objetivo desenvolver conjuntamente a atividade de bilheteria. Os investimentos estão apresentados na nota explicativa nº 9. c) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Rock City S/A. e de sua controlada Rock World S/A e suas subsidiárias Better World S/A e Rock In Rio USA INC e suas subsidiárias, conforme a seguir:

Rock City S.A
Rock World S.A. (80%)
Better World S.A. (100%)
Rock in Rio USA Inc (100%)
Like Fest Eventos Ltda. (100%)
Rock Official (50%)
Game Experience Eventos Ltda.(50%)
Ticketmaster Brasil Ltda - SCP (49%)
Rock in Rio Madrid S.A (60%)
Rock World LLC (60%)
Better SL (100%)

d) Participações em coligadas:

	Percentagem de participação	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Controladas diretas		
Rock World S.A.	**80%**	80%
Controladas indiretas		
Better World S.A.	**80%**	80%
Rock in Rio Madrid S.A.	**48%**	48%
Better SL	**80%**	80%
Rock in Rio USA, Inc.	**80%**	80%
Rock World USA LLC	**48%**	48%
Like Fest Eventos Ltda.	**80%**	80%
Rock Official	**40%**	40%
Game Experience Eventos Ltda.	**40%**	40%
Ticketmaster Brasil Ltda. (SCP)	**39%**	39%

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, após a realização de ajustes para alinhar as políticas contábeis da investida com aquelas da Companhia, a partir da data em que a influência significativa começa e até a data em que a influência significativa deixa de existir. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida exceder sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, incluindo qualquer participação de longo prazo que faz parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é descontinuado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui as seguintes coligadas:

	Percentagem de participação	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Rock Official	**50%**	**50%**
Game Experience Eventos Ltda.	**50%**	**50%**
Ticketmaster Brasil Ltda.	**49%**	**49%**

5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa	**-**	1	**-**	14
Depósitos bancários	**-**	-	**64.023**	3.855
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**3.308**	17	**3.311**	49.366
	3.308	18	**67.334**	53.235

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por investimentos em fundos de investimento de renda fixa. Essas aplicações são remuneradas, substancialmente, com base na variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem conversibilidade imediata em caixa sem perda de valor. A remuneração média das aplicações financeiras é em torno de 12,88% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (4,8% a.a. em 31 de dezembro de 2022). **6. Contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição.

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Ingressos a receber parcelamento cartão de crédito	**3.752**	5.243
Patrocínios a receber	**11.501**	11.041
Contas a receber com as lojas na Cidade do Rock	**950**	346
Direito de transmissão TV	**50**	655
Outras contas a receber de clientes	**1.960**	3.016
Rock in Rio Club repasse da ticketeira	**810**	57
Subtotal	**19.023**	20.358
Provisão para perda de crédito esperada	**(7.108)**	(7.117)
Total circulante	**11.915**	13.241

A perda esperada é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela administração e expectativa de perdas futuras, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.A movimentação da provisão para perdas esperadas no exercício foi a seguinte:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo inicial	**(7.117)**	(4.645)
Contituição de provisão	**(95)**	(2.696)
Reversão de provisão	**24**	-
Ajuste de conversão (*)	**80**	224
Saldo final	**(7.108)**	(7.117)

(*) Refere-se ao efeito de conversão nas controladas Better World S/A e Rock in Rio EUA, Inc, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	**10.187**	11.185
Vencidos até 30 dias	**604**	77
Vencidos de 31 a 60 dias	**-**	199
Vencidos de 61 a 90 dias		1.666
Vencidos de 91 a 180 dias	**480**	1.535
Vencidos há mais de 180 dias	**7.752**	5.696
	19.023	20.358

7. Impostos a recuperar e imposto de renda e contibuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Cofins (a)	**-**	-	**739**	921
PIS (a)	**-**	-	**161**	164
ISS a recuperar	**-**	-	**724**	709
Outros impostos a recuperar	**-**	-	**125**	1.486
IR sobre aplicação financeira	**15**	7	**3.818**	2.656
IR e CS a recuperar	**36**	24	**1.473**	1.405
Saldo negativo de IRPJ	**-**	-	**680**	1.118
Saldo negativo de CSLL	**-**	-	**413**	413
Total Impostos a recuperar – circulante	**51**	31	**8.133**	8.872
Cofins (a)	**-**	-	**27.851**	27.666
PIS (a)	**-**	-	**6.047**	6.091
Total Impostos a recuperar - não circulante	**-**	-	**33.898**	33.757

(a) O saldo refere-se aos valores de créditos de PIS e COFINS não-cumulativos apurados sobre os custos de serviços e insumos. Os créditos apurados referem-se ao período de 2015 a 2019 em razão do recente reconhecimento pelo STJ da ilegalidade das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil no. 247/2002 e 404/2004. Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de impostos a recuperar foram reclassificados para a rubrica do não circulante, em função da na Lei 14.148/2021 (PERSE), refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na qual a Companhia faz parte deste programa que prevê alíquota 0% para apuração de PIS e COFINS para os próximos 5 anos. Sendo a expectativa de recuperabilidade do imposto diferido a partir de 2027. **8. Despesas antecipadas:** Referem-se substancialmente aos gastos com a organização e produção do evento Rock in Rio, sendo apropriados ao resultado no momento que o evento Rock In Rio (Lisboa e Brasil) é realizado. O saldo é composto como a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Serviços de produção	**7.356**	3.140
Cachês artísticos	**1.419**	32
Serviços profissionais	**8.848**	1.060
Outros	**961**	553
	18.584	4.785
Circulante	**18.584**	4.196
Não circulante	**-**	589

9. Investimentos em controladas e coligadas: Composição dos investimentos:

	Percentual de participação		Saldo dos investimentos	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Controladora				
Rock World	**80%**		**221.998**	212.987
Total			**221.998**	212.987
Consolidado				
Rock Official (a)	**50%**		**35**	35
Game Experience Eventos Ltda.	**50%**		**312**	312
Like Fest Eventos Ltda. (a)	**100%**		**8**	8
SCP - Ticketmaster			**3.050**	-
Total			**3.405**	355

(a) O valor de R$35 e de R$8 refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na Rock Official e Like Fest, respectivamente. Do valor de R$221.998, R$134.343 refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na Rock World S.A. O saldo está sujeito a teste de impairment anualmente, conforme abaixo. Teste de redução ao valor recuperável sobre o ágio e ativo intangível com vida útil indefinida. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para a unidade geradora de caixa (UGC) Rock World S.A. como segue:

	Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Valor da UGC	**212.419**	203.408
Valor em uso	**367.735**	815.735
Perda por redução ao valor recuperável	**-**	-

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor em uso da UGC é superior ao valor contábil, e portanto, não houve reconhecimento de redução ao valor recuperável como resultado do teste efetuado pela Companhia. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Em percentual		
Taxa de desconto	**12%**	15%
Taxa de crescimento na perpetuidade	**3,50%**	4,75%
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (em 5 anos)	**4,64%**	18,48%

A taxa de desconto é uma taxa pós os impostos baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC. Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA (Lucro Antes do Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) projetada pela Administração. O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos.

Informações contábeis das controladas e coligadas

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativo	**Passivo**	**Lucro liquido (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)**	**Ativo**	**Passivo**	**Lucro liquido (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)**
Controlada direta								
Rock World S.A.	**234.916**	**160.567**	**27.258**	**74.349**	217.329	154.240	147.876	63.088
Controladas indiretas								
Better World S.A.	**40.258**	**50.626**	**(2.426)**	**(10.368)**	24.242	34.187	2.531	(9.945)
Rock Official	**57**	**1.588**	**(1)**	**(1.531)**	57	1.587	(1)	(1.530)
Rock In Rio USA	**-**	**27.335**	**(3.452)**	**(27.335)**	2.395	27.278	(2.340)	(24.882)
Game Experience Eventos Ltda.	**1.119**	**1.014**	**(222)**	**105**	1.341	1.014	(65)	392
Like Fest Eventos Ltda.	**1**	**26**	**-**	**(25)**	1	26	-	(25)
SCP - Ticketmaster	**235.004**	**228.564**	**8.176**	**6.440**	2.557	4.403	(2.676)	(1.846)

Mutação dos investimentos no exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	**Equivalência patrimonial**	**dividendos propostos a receber**	**Outros resultados abrangentes**	**Saldo em 31 de dezembro de 2023**
Rock World S.A.	212.987	**21.806**	**(13.084)**	**289**	**221.998**
	212.987	**21.806**	**(13.084)**	**289**	**221.998**

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	**Equivalência patrimonial**	**dividendos propostos a receber**	**Outros resultados abrangentes**	**Saldo em 31 de dezembro de 2022**
Rock World S.A.	161.382	118.301	(70.981)	4.285	212.987
	161.382	118.301	(70.981)	4.285	212.987

10. Imobilizado: O imobilizado do Grupo está composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

a) Composição do imobilizado:

		Consolidado					
		31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Móveis e utensílios	10-12%	**1.716**	**(1.673)**	**43**	1.759	(1.689)	70
Máquinas e equipamentos	10%	**40.654**	**(12.494)**	**28.160**	30.044	(9.635)	20.409
Equipamentos eletrônicos	12-25%	**2.160**	**(2.067)**	**93**	2.223	(2.069)	154
Benfeitoria imóveis de terceiros	20%	**10.122**	**(9.336)**	**786**	10.122	(9.091)	1.031
Imobilizações em andamento	-	**-**	**-**	**-**	2.916	-	2.916
Conteiner	10%	**-**	**-**	**-**	5.717	(3.323)	2.394
Cenografia	5%	**1.704**	**(1.704)**	**-**	1.836	(1.835)	1
Outros	10%	**608**	**(398)**	**210**	742	(364)	378
		56.964	**(27.672)**	**29.292**	55.359	(28.006)	27.353

b) Movimentação do custo

	Consolidado					
	2022	**Baixas**	**Adições**	**Variação cambial (*)**	**Transferências**	**2023**
Móveis e utensílios (a)	1.759	**-**	**-**	**(43)**	**-**	**1.716**
Máquinas e equipamentos(d)	30.044	**-**	**7.893**	**(200)**	**2.917**	**40.654**
Equipamentos eletrônicos	2.223	**-**	**-**	**(63)**	**-**	**2.160**
Benfeitoria em imóveis de terceiros (b)	10.122	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.122**
Imobilizações em andamento	2.917	**-**	**-**	**-**	**(2.917)**	**-**
Conteiner (c)	5.717	**(5.305)**	**-**	**(412)**	**-**	**-**
Cenografia	1.836	**-**	**-**	**(132)**	**-**	**1.704**
Outros	741	**(105)**	**-**	**(29)**	**-**	**608**
	55.359	**(5.410)**	**7.893**	**(879)**	**-**	**56.964**

	Consolidado					
	2021	**Baixas**	**Adições**	**Variação cambial (*)**	**Transferências**	**2022**
Móveis e utensílios (a)	1.910	-	-	(151)	-	1.759
Máquinas e equipamentos(d)	13.478	-	16.758	(192)	-	30.044
Equipamentos eletrônicos	2.431	-	12	(220)	-	2.223
Benfeitoria em imóveis de terceiros (b)	9.091	-	1.031	-	-	10.122
Imobilizações em andamento	2.917	-	-	-	-	2.917
Conteiner (c)	6.115	-	-	(398)	-	5.717
Cenografia	1.964	-	-	(128)	-	1.836
Outros	848	-	-	(107)	-	741
	38.754	**-**	**17.801**	**(1.196)**	**-**	**55.359**

(a) Móveis e utensílios baixa Rock In Rio USA, Inc; (b) Conteiner ativo destinado para venda reclassificado para imobilizado; (c) Em julho de 2020 a Companhia reavaliou seus ativos e realizou a baixa de equipamentos (zipline) na empresa Rock in Rio USA, Inc.; (*) Refere-se ao efeito de conversão nas controladas Better World S/A e Rock in Rio EUA, Inc, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação. A despesa de depreciação reconhecida na demonstração do resultado consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$5.865 (R$3.594 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou e não identificou fatores de indicadores de impairment dos seus ativos imobilizados. A Administração da Companhia entende que a recuperação dos recursos aplicados na aquisição do imobilizado é plenamente viável por meio dos fluxos futuros líquidos de caixa. c) Intangível: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo do intangível consolidado apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Ágio	**134.343**	134.343
Marca - "Rock in Rio"	**28.174**	28.174
Outros ativos intangíveis	**494**	617
Total	**163.011**	163.134

O teste de recuperabilidade do ágio e da marca está apresentado na nota explicativa 9. **11. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de contas a pagar apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	**15.777**	24.948
Vencidas até 30 dias	**134**	1.428
Vencidos de 31 a 60 dias	**5**	155
Vencidos de 61 a 90 dias	**4**	21
Vencidos há mais de 90 dias	**89**	1.992
Total	**16.009**	28.544

12. Tributos e encargos sociais a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Imposto sobre serviço	**2.780**	316
IR retido na fonte de prestadores de serviço	**395**	311
Contribuições previdenciárias	**235**	217
Imposto Valor Acrescentado (IVA) - *Better World*	**2.025**	-
IOF sobre empréstimos	**1.759**	2.641
Outros	**90**	63
Circulante	**7.284**	3.548
Tributos e encargos a recolher - Circulante	**5.525**	907
Tributos e encargos a recolher - Não circulante	**1.759**	2.641
Imposto de renda e contribuição social - Circulante	**-**	508

13. Receitas diferidas:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Patrocínios	**57.963**	140
Venda de ingressos	**39.345**	-
Outras receitas (a)	**5.905**	1.800
	103.213	1.940
Circulante	**83.932**	140
Não circulante	**19.281**	1.800

(a) Essas receitas referem-se basicamente à cessão de marca, licenciamento e vendas do Rock in Rio Club. Estas receitas referem-se basicamente a Patrocínio dos festivais a serem realizados no Rio de Janeiro e São Paulo, referente

BT

ROCK CITY S.A.

CNPJ/ME nº 19.165.784/0001-36 - NIRE 33.3.0031094-1

ao Lollapalooza e Rock in Rio a serem realizados em março e setembro de 2024, respectivamente, e ao The Town a ser realizado em setembro de 2025. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	**21.381**	118.066	**24.357**	150.574
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
IR e CS à alíquota nominal	**(7.270)**	(40.142)	**(8.281)**	(51.195)
Efeito de alíquota de entidade no exterior	**-**	-	**(998)**	174
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	**7.414**	40.222	**1.037**	-
Incentivo Fiscal - PERSE (*)	**-**	-	**10.292**	51.727
Ajuste prejuízo fiscal controladas no exterior não reconhecido	**-**	-	**(925)**	(624)
Despesas não dedutíveis	**-**	-	**(418)**	(1.684)
Outros	**(144)**	(80)	**861**	(1.667)
IR e CS do exercício	**-**	-	**1.568**	(3.269)
Resultado com IR e CS diferidos no exercício	**-**	-	**3.902**	(783)
Resultado com IR e CS correntes no exercício	**-**	-	**(2.334)**	(2.486)
Alíquota efetiva do IR e da CS	**0%**	0%	**6%**	-2%

(*) Esta lei se refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. A Companhia faz parte deste programa como previsto na Lei 14.148/2021 (PERSE), portanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo de IRPJ e da CSLL referente a produção dos eventos. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, estão apresentados abaixo:

	Consolidado
Impostos diferidos em 31/12/2021	24.089
Adição - IRPJ e CSLL diferidos	(783)
IRPJ e CSLL corrente	(2.486)
Outros	(1.578)
Impostos diferidos em 31/12/2022	19.242
Adição - IRPJ e CSLL diferidos	**3.902**
IRPJ e CSLL corrente	**(2.334)**
Outros	**(173)**
Impostos diferidos em 31/12/2023	**20.636**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa Rock World S.A.	**11.959**	11.191
Better World S.A	**13.946**	13.105
Rock In Rio Madrid	**10**	86
Rock In Rio USA, Inc.	**915**	538
Like Fest Eventos Ltda	**-**	-
Diferenças temporárias - Instrumentos financeiros derivativos	**277**	(36)
Diferenças temporárias - Variação cambial	**(5.546)**	(5.018)
Impostos diferidos ativo bruto	**21.561**	19.866
Impostos diferidos não reconhecidos (a)	**(925)**	(624)
Impostos diferidos (b)	**20.636**	19.242

reconhecido se refere aos prejuízos fiscais das controladas Rock in Rio Madrid e Rock in Rio USA, Inc em função da ausência de expectativa de resultados tributáveis futuros. (b) Expectativa de realização dos impostos diferidos ativos.

Em	Consolidado
2024	1.115
2026	1.137
2027 (*)	11.959
2028	1.384
> 2030	5.041
	20.636

(*) Em função da na Lei 14.148/2021 (PERSE), refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na qual a Companhia faz parte deste programa que prevê alíquota 0% para apuração de IRPJ e CSLL para os próximos 5 anos. Sendo a expectativa de recuperabilidade do imposto diferido a partir de 2027. A Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferido passivo em uma combinação de negócios dado que parte do valor pago foi alocado a um intangível com vida útil indefinida, Marca. Esse imposto diferido foi reconhecido considerando a diferença de base contábil e fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias - intangível	**9.579**	9.579	**9.579**	9.579
Impostos diferidos passivo	**9.579**	9.579	**9.579**	9.579

15. Partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora 31/12/2023				
	Empréstimos a receber	Outros contas a receber	Fornecedores	Empréstimos a pagar	Custos serviços prestados
Rock World S/A	-	-	68	-	-
Outros	-	-	-	112	-
	-	-	68	112	-

	Controladora 31/12/2022				
	Empréstimos a receber	Outros contas a receber	Fornecedores	Empréstimos a pagar	Custos serviços prestados
Rock World S/A	1.384	113	1.502	-	-
Outros	-	-	-	112	-
	1.384	113	1.502	112	-

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Outras contas a receber	Empréstimos a pagar partes relacionadas	Fornecedores partes relacionadas	Outras contas a receber	Empréstimos a pagar partes relacionadas	Fornecedores partes relacionadas
Live Nation	**75**	**-**	**40**	78	-	42
Rock World S/A	**-**	**112**	**-**	-	112	-
Rock Official	**17**	**-**	**-**	17	-	-
Game Experience Eventos Ltda.	**333**	**-**	**-**	333	-	-
Like Fest Eventos Ltda.	**29**	**-**	**-**	29	-	-
	454	**112**	**40**	457	112	42

A Companhia, atualmente, vem avaliando alternativas para prorrogação ou liquidação dos prazos dos empréstimos vencidos com suas subsidiárias. Remuneração paga ao pessoal-chave da administração:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração pessoal-chave da administração	**1.320**	**1.110**
	1.320	**1.110**

16. Adiantamento para futuro aumento de capital:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Rock Official	**480**	480
	480	480

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em dezembro de 2023 o Capital Social é representado por 7.810.302 ações (7.810.302 em dezembro de 2022), sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de lucros: É composto como segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**146.933**	96.165
Resultado do exercício constituição de reserva legal	**1.069**	5.903
Resultado do exercício constituição de reserva de retenção de lucros	**8.125**	44.865
Absorção de parte do prejuízo	**-**	-
Saldo final	**156.127**	146.933

c) Outros resultados abrangentes: Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações financeiras das controladas com moeda funcional (Euro ou dólar americano) diferente da controladora, além dos efeitos de mudança no valor justo de instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge. d) Dividendos: O acordo de acionistas da Companhia, mediante deliberação em assembléia geral, estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 60% sobre o lucro líquido do exercício ou em um período intermediário, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro, constituiu reserva legal de R$1.069 (R$5.903 em 31 de dezembro de 2022) e destinou R$12.188 (R$67.298 em 31 de dezembro de 2022) à título de dividendos mínimos obrigatórios.

	2022	2021
Lucro liquido (prejuizo) do exercício	**21.381**	118.066
(-) Reserva legal (5%)	**(1.069)**	(5.903)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**20.312**	**112.163**
Dividendos mínimos obrigatórios	**12.188**	**67.298**

18. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínio	**132.193**	195.067
Venda de ingressos	**271.482**	407.610
Outras receitas (a)	**33.662**	72.673
(-) Impostos sobre vendas	**(21.781)**	(27.966)
	415.556	647.384

	31/12/2023	31/12/2022
Receita por região:		
Brasil	**415.504**	531.131
Portugal	**52**	116.253
	415.556	647.384

(a) O valor de outras receitas corresponde às receitas de direitos autorais, consultoria, cessão de uso de marcas e serviços de produção.

19. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Marketing e publicidade	**(24.726)**	(17.444)
Caches de artistas	**(130.908)**	(173.230)
Serviços profissionais	**(85.490)**	(120.604)
Infraestrutura	**(49.921)**	(48.619)
Custos Gerais	**(16.043)**	(17.296)
Cenografia	**(18.280)**	(16.929)
Hospedagem e passagens aéreas	**(8.741)**	(13.341)
Custos comerciais	**(16.448)**	(21.296)
Custos com aluguel	**(4.019)**	(22.782)
Custo com direitos autorais	**(11.559)**	(11.108)
Custos com depreciação de equipamentos	**(3.029)**	(1.580)
Outros custos	**(3.026)**	(3.067)
	(372.190)	(467.296)

20. Despesas administrativas e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	**-**	-	**(8437)**	(8.528)
Despesas administrativas	**(48)**	(39)	**(3.400)**	(2.456)
Provisão para perda de crédito esperada	**-**	-	**(68)**	(2.696)
Serviços de terceiros	**(330)**	(200)	**(4.022)**	(4.062)
Depreciação	**-**	-	**(2.836)**	(2.014)
	(378)	(239)	**(18.763)**	(19.756)

21. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos financeiros	**37**	4	**3.410**	11.210
Resultados de derivativos	**-**	-	**-**	-
Variação cambial	**-**	-	**7.064**	12.421
Outras receitas financeiras	**-**	-	**981**	350
Receitas financeiras	**37**	4	**11.455**	23.981
IOF	**(1)**	-	**(1)**	(3.145)
Despesas bancárias	**-**	-	**-**	(265)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos	**-**	-	**-**	(792)
Juros e multa (a)	**(83)**	-	**(83)**	-
Outras despesas financeiras	**-**	-	**(133)**	(100)
Resultados de derivativos	**-**	-	**(4.826)**	(12.048)
Variação cambial	**-**	-	**(10.039)**	(17.150)
Despesas financeiras	**(84)**	-	**(15.082)**	(33.500)
Total	**(47)**	4	**(3.627)**	(9.519)

22. Direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui um contrato de aluguel com a Concessionária Rio Mais, proprietária dos imóveis, que atualmente compõem o Parque Olímpico do Município do Rio de Janeiro, onde foi realizado a Edição do Rock In Rio 2022. O acordo ainda prevê que futuramente, caso a Concessionária concorde, a seu exclusivo critério, com a renovação das condições a serem posteriormente ajustadas a realização do Rock in Rio 2024. O referido contrato prevê que a Companhia pague o aluguel fixo de R$7.181, para a próxima edição do Rock in Rio Brasil, e o valor do aluguel variável em razão da quantidade de ingressos vendidos em cada umas das edições previstas. A Rock World não possui direito de controlar o ativo identificado, nesse caso o Parque Olímpico, pois apenas poderá utilizá-lo por um período curto para a realização dos festivais, descaracterizando assim a aplicabilidade do do CPC06/IFRS 16. Por isso, para o contrato em questão a contabilização permanecerá a mesma conforme IAS 17, reconhecendo a despesa de aluguel de acordo com a competência. **23. Instrumentos financeiros: 23.1. Instrumentos derivativos:** A Companhia, suas coligadas e controladas, têm por política contratar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos inerentes às suas operações, principalmente aqueles referentes aos gastos com produção dos eventos realizados. A Companhia, suas coligadas e controladas não adquirem instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo. a) NDF - Non-Deliverable Forward: A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, As operações de NDF - Non-Deliverable Forward, são contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação do dólar norte-americano perante o ao real brasileiro em relação aos custos de produção do evento Rock in Rio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção foram classificados como Hedge de fluxo de caixa, uma vez que visa proteger Companhia contra mudanças nas taxas de câmbio em 100% das operações que envolvem cachês de artistas internacionais. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. As mudanças nas politicas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente. As operações de NDF - Non-Deliverable Forward, contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação do dólar norte-americano perante o ao real brasileiro em relação aos custos de produção do evento Rock in Rio. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou perda líquida no montante de R$4.826 (perda de R$12.049 em 31 de dezembro de 2022) tendo todas as operações liquidadas dentro do exercício. **23.2. Gerenciamento de riscos financeiros:** O Grupo está exposto a riscos advindos de instrumentos financeiros associados a suas operações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração avaliou que o Grupo está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco cambial; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A estratégia de gerenciamento de riscos do grupo é definida pela alta administração em conjunto com o Conselho de Administração. A diretoria é responsável por supervisionar a gestão desses riscos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do grupo . A seguir estão demonstrados os instrumentos financeiros e os principais riscos financeiros aos quais o Grupo está exposto, as estratégias de gerenciamento de riscos aplicadas e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

	Controladora 31/12/2023		Consolidado 31/12/2023	
	Valor contabil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	**3.308**	**3.308**	**67.334**	**67.334**
Contas a receber	**-**	**-**	**11.915**	**11.915**
Outras contas a receber	**-**	**-**	**595**	**596**
Empréstimos a receber partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**-**	**480**	**480**
Outros ativos financeiros	**-**	**-**	**161**	**161**
Outras contas a receber com partes relacionadas	**-**	**-**	**454**	**454**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	**103**	**103**	**16.112**	**16.112**
Fornecedores - partes relacionadas	**-**	**-**	**40**	**40**
Passivos financeiros de arrendamento	**-**	**-**	**8**	**8**
Adiantamentos de clientes	**-**	**-**	**1.032**	**1.032**
Outras contas a pagar	**-**	**-**	**2.393**	**2.393**

	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
	Valor contabil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	18	18	53.235	53.235
Contas a receber	-	-	13.241	13.241
Outras contas a receber	-	-	352	352
Empréstimos a receber partes relacionadas	1.271	1.271	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	480	480
Outros ativos financeiros	-	-	76	76
Outras contas a receber com partes relacionadas	113	113	457	457
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	-	28.544	28.544
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	42	42
Passivos financeiros de arrendamento	-	-	109	109
Adiantamentos de clientes	-	-	519	519
Outras contas a pagar	-	-	1.015	1.015

A tabela a acima apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros e passivos financeiros do Grupo e suas controladas e coligadas e inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo com base em inputs de nível 2 da hierarquia de valor justo, considerando instrumentos similares disponíveis no mercado. Não ocorreram transferências entre o Nível 1, Nível 2 e Nível 3 durante o ano. Considerando-se o vencimento de curto prazo dos empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. As tabelas abaixo mostram os principais riscos financeiros que o Grupo está exposto, as estratégias de gestão de risco utilizados e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo também tem um risco relacionado com a concentração geográfica de suas operações no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa (Portugal e Espanha), estando sujeito a partir de efeitos negativos das forças econômicas e políticas dentro desses mercados/áreas geográficas.

a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da falha de um cliente, ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que expõem a Companhia ao risco de crédito referem-se aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos com partes relacionadas e outros ativos financeiros. Com o intuito de minimizar esse risco, a Companhia efetua transações apenas em instituições financeiras com reconhecida liquidez, mediante definição da Administração. O risco de crédito vinculado aos saldos de contas a receber é gerenciado através da seleção criteriosa dos clientes, em sua maioria empresas de renome nacionalmente e internacionalmente. A Administração acompanha constantemente os saldos de clientes e avalia, a cada data de divulgação, a necessidade de registro de perdas estimadas. Historicamente, o índice de inadimplência verificado é praticamente nulo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, essa exposição máxima, apresentava os seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**3.308**	18	**67.334**	53.235
Contas a receber	**-**	-	**12.128**	13.241
Outras contas a receber	**-**	-	**595**	352
Empréstimos a receber partes relacionadas	**-**	1.384	**-**	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	**-**	-	**454**	457
Outros ativos financeiros	**-**	-	**161**	76
	3.308	1.402	**80.672**	68.976

b) Risco cambial: O risco cambial decorre da possibilidade de ocorrência de variações nas taxas de câmbio, que afetem os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e, consequentemente, as receitas e despesas da Companhia. O grupo está exposto a oscilações na taxa de câmbio, provenientes da aquisição de equipamentos e serviços no exterior, dos saldos com partes relacionadas com sede no exterior, dos investimentos em subsidiárias no exterior e dos saldos de empréstimos e financiamentos contratados. Para os custos de produção do evento Rock in Rio, a Controladora Rock World S.A. contrata operações de NDF com o objetivo de mitigar o risco combial, conforme divulgado na nota explicativa 23.1 - Instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial:

	Consolidado Valor contabil	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**16.938**	1.446
Contas a receber	**1.754**	4.855
Outras contas a receber	**595**	352
Outras contas a receber-partes relacionadas	**522**	1.959
Outros ativos financeiros	**161**	76
Fornecedores	**(326)**	(5.340)
Outras contas a pagar	**(411)**	392
Fornecedores - partes relacionadas	**(40)**	(42)
	19.193	3.698

c) Risco de liquidez: A área financeira dispõe de mecanismos para previsão e controle tempestivo das projeções de fluxo de caixa, com o intuito de assegurar que a Companhia tenha plena capacidade de honrar suas obrigações. Para tanto são monitorados constantemente os níveis de endividamento da Companhia e sua controlada. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2023	Consolidado Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Em milhares de reais						
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	**16.112**	**16.112**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores - partes relacionadas	**40**	**-**	**-**	**40**	**-**	**-**
Empréstimos a pagar partes relacionadas	**1.032**	**1.032**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo de arrendamento	**8**	**8**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras contas a pagar	**2.393**	**2.191**	**-**	**204**	**-**	**-**
	19.585	**19.343**	**-**	**244**	**-**	**-**

31 de dezembro de 2022	Consolidado Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Em milhares de reais						
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	28.544	28.544	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	42	42	-	-	-	-
Empréstimos a pagar partes relacionadas	1.383	-	-	1.383	-	-
Passivo de arrendamento	109	55	54	-	-	-
Outras contas a pagar	1.012	1.012	-	-	-	-
	31.093	29.655	54	1.383	-	-

d) Risco de taxa de juros: A Companhia não possui ativos relevantes sujeitos a variações de taxas de juros. O risco de taxa de juros advém, de operações de empréstimos e financiamentos contratadas pela Companhia e suas controladas também não traz risco de taxas de juros uma vez que as taxas para as operações mais relevantes, são pré fixados. **24. Provisão para contingências e Depósitos judiciais:** Durante o curso normal dos negócios, a Companhia está ocasionalmente envolvida com reclamações e litígios. As provisões são constituídas quando a probabilidade de perda é considerada provável e o montante desta perda pode ser razoavelmente estimado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram constituídas provisões por não existirem processos relevantes com expectativa de perda provável. Não são estabelecidas provisões para as contingências cuja probabilidade de perda é possível. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 discussões judiciais de perda possível cujo o risco financeiro é de aproximadamente R$5.679 (R$3.882 em dezembro de 2022). A determinação da probabilidade e a estimativa do valor real de tais perdas são inerentemente imprevisíveis e, portanto, é possível que o resultado final de tais reclamações e litígios possam ser diferentes dos valores das causas. A Companhia também era parte envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis em andamento e que está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As causas trabalhistas somam R$1.143 (R$573 na esfera administrativa), havendo um único processo significativo, no montante de R$159 mil que ainda transita na esfera judicial referente a reclamação trabalhista sendo a Rock World ré solidaria no processo. Em 30 de agosto de 2017, a Companhia entrou com o mandado de segurança contra Receita Federal do Brasil visando a exclusão do ISS (Imposto sobre serviços) da base de cálculo das contribuições sociais PIS e COFINS, bem como a recuperação/repetição dos valores recolhidos a maior nos últimos 5 anos, onde em 2018 foi concedida liminar a favor da Companhia. A Receita Federal entrou com Recurso Especial e extraordinário e aguarda-se nova decisão. Em 2020 a Companhia apresentou foi nova liminar, no valor de R$4.017. A sentença foi considerada procedente e aguarda-se julgamento dos recursos extraordinário. Em Dezembro de 2021, foi ajuizada pela Companhia a ação ordinária com liminar, a qual foi deferida, para afastar a incidência e determinando a suspensão da exigibilidade do ISS - importação sobre todo e qualquer serviço prestado por músicos, artistas e técnicos de espetáculos estrangeiros, contratados para espetáculos e/ou eventos artísticos produzidos pela Rock World S.A. O Município apresentou contestação sobre a referida liminar em novembro de 2022 e até presente data aguarda-se a julgamento do STJ. Em agosto de 2022 foi ajuizado o mandado de segurança visando o não reconhecimento da Companhia, à luz do artigo 4º da Lei nº 14.148/2021 de não recolher o PIS/COFINS – Importação, previsto na Lei nº 10.865/2004, quando das remessas de valores ao exterior, notadamente para o pagamento dos cachês das bandas internacionais que se apresentam no ROCK IN RIO, durante o prazo de vigência do PERSE. No entanto, a Companhia optou por depositar judicialmente os valores na ordem de R$6.962. A sentença foi considerada improcedente e foi apresentado recurso de apelação o qual aguarda julgamento. A Companhia por ser uma produtora de eventos tem como uma de suas principais fontes de receita, os patrocínios. Em razão dos recebimentos destes valores, a Rock World tem como obrigação o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços) sobre tal receita, em razão das contrapartidas entregue aos patrocinadores, consistentes - notadamente - na inserção de textos, desenhos, marcas e outros materiais de propaganda e publicidade dos patrocinadores, em qualquer meio de divulgação do festival. Em 23 de julho de 2021 o município do Rio de Janeiro majorou a alíquota de ISS sobre o patrocínio em mais de 66%, restringindo a alíquota de 3% apenas e tão somente a inserção de textos, desenhos e marcas e outros materiais de propaganda e publicidade quando efetuada pela internet. Com isso, ao alterar o texto legal e limitar a alíquota a 3% as contrapartidas descritas acima, o município entendeu que a alíquota sobre os patrocínios, prevista para o Rock in Rio 2021, este realizado em 2022, deveria estar sujeito a alíquota de 5%. Diante deste fato, em setembro de 2022, a Companhia impetrou o mandado de segurança contra o município do Rio de Janeiro, uma vez que o evento inicialmente estava previsto para ocorrer em 2021, e somente em decorrência da covid-19 teve que ser adiado, e por estas circunstâncias a alíquota aplicável deveriam ser de 3% sobre patrocínios sobre o referido evento. Considerando que o pedido acima foi protocolado no ano do evento, a Companhia optou por depositar judicialmente o valor devido a fim de permitir a imediata conversão em renda do valor até o fim da presente ação, no valor aproximado de R$2.871 e aguarda julgamento. Com base na experiência da Companhia, nas informações atuais e na legislação aplicável, não se acredita que seja razoavelmente possível que qualquer processo ou eventuais sinistros relacionados terão um efeito material nas demonstrações financeiras. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas amparada por seus consultores legais. **25. Compromissos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante consolidado de R$103.213 (R$1.940 em 31 de dezembro de 2022) relativos à compromissos futuros decorrentes, principalmente, de diversos contratos de patrocínios e venda de ingressos que são reconhecidos no resultado após a realização do festival, veja nota 13.

DIRETORIA

Roberto Medina - Diretor

Luis Fernando Moura Justo - Diretor

Duarte de Sampaio e Melo Marques Leite - Diretor

CONTADOR

Carlos Santana de Freitas - CRC - RJ nº 103.558/O-6

ROCK CITY S.A.

CNPJ/ME nº 19.165.784/0001-36 - NIRE 33.3.0031094-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Rock City S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rock City S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado , da época daauditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC-2SP015199/F

EY Building a better working world

Leonardo Donato
Contador CRC-1RJ090794/O

Gastos com alimentação fora de casa passam de R$ 61 bilhões

Sudeste e Nordeste são os maiores consumidores

O Instituto Foodservice Brasil (IFB) revelou que os gastos com alimentação fora de casa no segundo trimestre de 2024 atingiram R$ 61,4 bilhões, marcando um novo recorde histórico. O estudo CREST (Consumer Eating Share Trends) do IFB mostra um aumento de 3% em relação ao mesmo período do ano passado, refletindo um crescimento robusto no setor. Apesar da leve queda de 1% no tráfego de visitas, que totalizou 3,1 bilhões, o ticket médio subiu 4%, alcançando R$ 19,74, sinalizando uma estabilização em patamares elevados.

O Índice Desenvolvimento Foodservice (IDF) revelou um crescimento anual notável de 15,7% nas vendas nominais e uma recuperação consistente de 12% nas mesmas lojas. No entanto, a inflação, medida pelo IPCA, subiu para 10,3% em junho de 2024, uma alta significativa em comparação com 4,7% no mesmo mês de 2023.

O relatório CREST destaca que, apesar dos resultados positivos, o setor enfrenta desafios contínuos. A persistência de preços elevados e a redução da renda disponível afetam o consumo fora de casa. A aceitação crescente de marmitas e a crescente popularidade das apostas esportivas, que consumem parte do orçamento dos consumidores, são fatores adicionais de pressão para o setor de foodservice. Atualmente, 22% dos brasileiros afirmam participar de apostas online, o que impacta o consumo em bares e restaurantes.

No cenário socioeconômico, observou-se um crescimento nas classes A e C, enquanto as classes B experimentaram uma redução significativa. O Nordeste mostrou uma tendência sazonal de baixa no tráfego, enquanto Sudeste e Nordeste foram responsáveis por quase 70% do tráfego total. O Sul e o Centro-Oeste apresentaram um desempenho positivo, impulsionado especialmente por Paraná e Santa Catarina, com destaque para o Rio Grande do Sul, especialmente em junho.

O CREST também revelou que quase 80% do aumento de gastos entre o primeiro e o segundo trimestre de 2024 veio de quatro segmentos principais: fine dining, lanchonetes, supermercados/hipermercados e redes de não empratados. Embora o tráfego tenha mostrado uma tendência mais fraca, o primeiro semestre de 2024 demonstrou um avanço significativo e pulverizado, importante para a recuperação do setor.

"Apesar do resultado histórico, os desafios no tráfego permanecem, especialmente no segmento de fast food, onde as lanchonetes se destacaram positivamente. No entanto, o full service mostrou estabilidade, e o segmento de conveniência teve uma boa performance", afirma Ingrid Devisate, vice-presidente executiva do IFB.

Os canais de venda mantiveram-se estáveis, apesar de uma nova queda no delivery. Houve variações nos períodos do dia, com crescimento pela manhã e durante o almoço, mas redução à tarde e à noite. Em termos de dias da semana, sexta-feira e sábado continuam sendo os mais movimentados, enquanto a segunda-feira apresentou um forte declínio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, com **CNPJ** sob o nº **33.094.269/0001-33,** situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, **CONVOCA** todos os trabalhadores bancários, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará por meio de plenária a ser realizada às 18:00hs através da plataforma Zoom, seguida de votação de forma remota/virtual das 19:00 horas até as 22:00 horas do dia 04/09/2024 **(quarta-feira)**, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação sobre a seguinte pauta: 1- Avaliação da proposta apresentada pela FENABAN; 2- Organização e mobilização da campanha salarial nacional unificada 2024. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

JOSE FERREIRA PINTO
Presidente

ECIA IRMÃOS ARAUJO ENGENHARIA COMÉRCIO S/A

CNPJ nº 33.503.251/0001-48 / NIRE: 333001581-71

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da **ECIA IRMÃOS ARAUJO ENGENHARIA COMÉRCIO S/A** ("Companhia") para que se reúnam em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada de forma exclusivamente presencial, às 17:00 horas do dia 12 de setembro de 2024, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Ivan Raposo, nº 431, parte, Barra da Tijuca, CEP 22.621-040, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aumento do capital social da Companhia, no valor de, no mínimo, R$727.720,00 (setecentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte reais) e, no máximo, R$791.000,00 (setecentos e noventa e um mil reais), mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, realizados pelos acionistas da Companhia, entre 1º de novembro de 2022 e 11 de setembro de 2023, conforme refletido nas Demonstrações Financeiras da Companhia e/ou integralização em moeda corrente nacional, com a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) fixação do preço de emissão das ações a serem emitidas em caso de aprovação do item (i) da ordem do dia, com base no valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023, para os fins do artigo 170, inciso II da Lei nº 6.404/1976; e (iii) fixação do prazo para exercício, pelos acionistas, do direito de preferência para a subscrição de ações a serem emitidas em caso de aprovação dos itens (i) e (ii) da ordem do dia, para os fins do artigo 171, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976, data a partir da qual poderá ser realizada nova assembleia geral extraordinária da Companhia para homologar o valor final do aumento do capital social da Companhia e fixar a quantidade final de ações a serem emitidas em decorrência do aumento de capital, com base no preço de emissão fixado na forma do item (ii) da ordem do dia acima. A Companhia esclarece que: (a) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, os documentos relacionados a este Edital de Convocação e pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, inclusive, mas não apenas, as solicitações, pela Companhia, de AFACs realizados entre 1º de novembro de 2022 e 11 de setembro de 2023 e os respectivos comprovantes bancários relativos aos AFACs realizados por cada acionista; e (b) para participação na Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia os respectivos documentos de identificação, sendo que: (b.i) no caso de acionistas pessoa jurídica, deverão igualmente ser apresentados os documentos de representação societária pertinentes; e (b.ii) no caso de qualquer dos acionistas desejar constituir um procurador para, na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, representá-lo na Assembleia Geral Extraordinária, será necessária a apresentação do correspondente instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024. **ECIA IRMÃOS ARAUJO ENGENHARIA COMÉRCIO S/A. Por seus Diretores: Fernando Azevedo de Araujo e Denise Araujo Nogueira.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO -
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares do Município do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os integrantes das categorias de hotéis restaurantes, bares e similares, associados e não associados, que mantém relação de emprego com as empresas do comércio de Hotéis, Motéis, Hostel, Restaurantes, Comida a Quilo, Bares, Churrascarias, Lanchonetes, Botequins,Casa de Chá, Sorveterias, Cafés, Pensões, Hospedarias, Pousadas, todos os meios de hospedagens, Quiosques, Pizzarias, Pastelarias, gastronomia em geral e similares, estabelecidas no Município do Rio de Janeiro-RJ, a **PARTICIPAREM da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** a qual realizar-se-á no próximo dia **04 /09/2024(quatro de setembro de 2024) às 09:00 horas,** na sede da entidade na **Rua do Senado, n.264 – Centro -Rio de Janeiro-RJ, telefone (21) 2221.6007 e-mail** contato@sindicatohoteleirorj.com.br , para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e deliberação sobre a Ata da Assembleia anterior; 2) Apresentação, discussão e deliberação da proposta de concessão ou não de autorização para o desconto e recolhimento da contribuição sindical de toda a categoria profissional(associados ou não), servindo a deliberação da assembleia geral extraordinária, na hipótese de sua aprovação, como prévia e expressa autorização ao desconto da contribuição sindical na folha de pagamento de todos os empregados da categoria profissional na base territorial, em favor do sindicato e demais credores/beneficiários indicados no artigo 589 da CLT, caput, c.c. o inciso II, alínea "a" até "e"; 3) Autorização para a Diretoria do Sindicato profissional notificar todas as empresas da categoria econômica, comunicando a expressa autorização para o desconto da contribuição sindical e recolhimento a seu favor de todos os integrantes da categoria que mantenham contrato de trabalho na base territorial, caso a proposta seja aprovada, notificação essa que será inserida no bojo dos próprios Editais que serão publicados na forma do artigo 605 da CLT. O item 1 será votado por aclamação e os itens 02 e 03 serão votados por escrutínio secreto. Em conformidade com o artigo 106 do Estatuto Social do sindicato, o quórum para instalação, funcionamento e validade da Assembleia será o da maioria absoluta dos votos associados e não-associados, em primeira convocação, e de qualquer número de sócios e não sócios presentes, em segunda convocação uma hora após o horário marcado, ou seja, as 10:00 horas, no mesmo dia e local. Os sócios serão identificados pela carteira social onde conste o número da matrícula no sindicato; os não-sócios deverão exibir a CTPS onde conste o contrato de trabalho em qualquer empresa da base territorial do sindicato cuja atividade econômica esteja dentro do âmbito de sua representação. Afixe-se no quadro de Avisos do sindicato e publique-se na forma estatutária.Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

MARIA CONCEIÇÃO CORREIA CASSIANO
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e similares (setor de hotelaria e gastronomia), sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada apenas pelo Município do Rio de Janeiro/RJ, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, **a ser realizada no dia 04 de setembro de 2024, às 09:00 horas,** na Rua do Senado No. 264, Rio de Janeiro, RJ, Telefone (21) 2221.6007, a fim de deliberarem, por escrutínio secreto, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: **a -** apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do setor patronal de hotelaria e gastronomia (paritária categoria econômica), visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; **b -** deliberar e aprovar sobre as formas e meios de custeio das despesas e atividades sindicais, como contribuições, taxas de expediente, taxas de reembolso, cotas de participação negocial etc., a serem descontadas dos salários/remunerações dos sócios e/ou de toda a categoria profissional, como for decidido pela Assembleia, bem como, se for o caso, as consequências para os membros da categoria profissional que se opuserem e/ou não concordarem em pagar as verbas de custeio sindical aprovadas; **c -** discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; **d -** votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente do sindicato para negociar e firmar a norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso. Em primeira convocação e para que a Assembleia se instale no horário marcado, o quorum para instalação/funcionamento da Assembleia Geral será o de metade mais um dos seus componentes (art.106 do Estatuto da entidade). Em segunda convocação e para que a reunião se instale uma hora após o horário marcado, o quórum para o funcionamento da Assembleia será o de qualquer número de seus componentes votantes (art.106 do Estatuto da entidade, parte final). Na forma do art.111, §2º., do Estatuto Social, a Assembleia poderá se prolongar por período de até 15(quinze) dias, contados da data de sua realização (data supra), para que compareçam e votem o maior número possível de empregados da categoria profissional (sócios e não-sócios), e desde que comprovem pertencer ao quadro de sócios ou à categoria, exibindo a carteira social ou a CTPS atualizada ou contracheque do mês. Rio de Janeiro, RJ, **29 de agosto de 2024.**

MARIA CONCEIÇÃO CORREIA CASSIANO
Presidente

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - RJ EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO E PRESENCIAL, com prazo de 05 dias, extraído da Execução MOVIDA POR CUKIER & CUKIER ADVOGADOS ASSOCIADOS em face de KATIA MARIA DE AZEVEDO BONIFACIO E OUTRO (Processo nº 0123172-44.2018.8.19.0001): A Dra. RENATA GOMES CASANOVA DE OLIVEIRA E CASTRO, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a KATIA MARIA DE AZEVEDO BONIFACI, JOSÉ MELO DE SOUZA e FRANCISCO CARLOS DA CRUZ, de que no dia **10/09/2024,** às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, serão apregoados e vendidos a quem mais der acima das avaliações; ou no dia **11/09/2024,** no mesmo horário e local, a quem mais der a partir de 50% das avaliações, os bens: **1) R Buarque de Macedo, n 36, apt 505, Glória/RJ.** Avaliação: R$ 438.765,88. Cf. o 9º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 451643, em nome de José Melo de Souza, constando: 1) Av-3: Averbação da presente ação de execução; 2) Av-4: Indisponibilidade (proc nº 0184496-35.2018.8.19.0001). IPTU: R$ 466,00. Funesbom: não deve. Condomínio: não deve. **2) R Conde de Bonfim, n 193, apt 701, Tijuca/RJ.** Avaliação: R$ 712.078,28. Cf. o 11º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 55.718, em nome de Kátia Maria de Azevedo, constando: 1) Av-3: Averbação da presente ação de execução; 2) Av-4: Indisponibilidade (proc nº 0184496-35.2018.8.19.0001). IPTU: não deve. Funesbom: R$ 306,80. Condomínio: não deve. **3) R Conde de Bonfim, 193, apt 703, Tijuca/RJ.** Avaliação: R$ 549.766,32. Cf. o 11º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 55.728, registrado em nome de Kátia Maria de Azevedo, constando: 1) Av-3: Averbação da presente ação de execução; 2) Av-4: Indisponibilidade (proc nº 0184496-35.2018.8.19.0001). IPTU: R$ 1.037,00. Funesbom: não deve. Condomínio: não deve. **4) R Barão de Itapagipe, n 71, bloco 01. apto 306, Rio Comprido/RJ.** Avaliação: R$ 376.982,62. Cf. o 11º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 126396 em nome de Kátia Maria de Azevedo e Francisco Carlos da Cruz, constando, no R.6, penhora sobre 50% do imóvel oriunda do presente feito. IPTU: não deve. Funesbom: R$ 384,28. Condomínio: não deve. **Bens móveis:** um espelho decorativo: R$ 900,00; uma mesa de jantar com seis cadeiras: R$ 3.500,00; uma TV Samsung 55 polegadas: R$ 1.700,00. um quadro autoria Lucia Pimentel: R$ 500,00; uma TV Samsung 40 polegadas: R$ 900,00; sete bandejas prateadas: R$ 1.200,00; uma TV Sony 32 polegadas: R$ 600,00; um violão: R$ 100,00; uma mesa tipo bar avaliada em R$ 300,00. Os imóveis serão vendidos livres e desembaraçados de débitos (art. 130, parágrafo único, do CTN). Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Proposta de pagamento parcelado deverá ser nos termos do art. 895, I e II do CPC. Arrematação, adjudicação ou remição: à vista; mais 5% de comissão ao leiloeiro; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 22/08/2024.

ROCK WORLD S.A.

CNPJ/ME nº 13.212.200/0001-50 / NIRE 33.3.0029682-4

Relatório da Administração

A Rock World S.A ("Companhia") anuncia seu resultado do ano 2023. Todas as informações financeiras a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados, de acordo com a legislação societária brasileira e alinhado com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS. **Introdução:** Criado em 1985 e com 39 anos de vida, o Rock in Rio é parte relevante da história da música mundial. O evento já soma 22 edições, 130 dias e mais de 3.800 atrações musicais. Nascido no Rio de Janeiro, o Rock in Rio conquistou não só o Brasil como, também, Portugal, Espanha e, em maio de 2015, chegou aos Estados Unidos da América, sempre com a ambição de levar todos os estilos de música aos mais variados públicos. Muito mais que um evento de música, o Rock in Rio pauta-se também por ser um evento responsável e sustentável. Em 2001, através do projeto social "Por um mundo melhor", assumiu o compromisso de conscientizar as pessoas para o fato de que pequenas atitudes no dia-a-dia são o caminho para fazer do mundo um lugar melhor para todos. Em 2013, o Rock in Rio recebeu a certificação da norma ISO 20121 - Eventos Sustentáveis, um reconhecimento do poder realizador da marca que desenvolve diversas ações com vista à construção de um mundo melhor. **Highlights 2023:** Em 2022, o festival Rock in Rio Lisboa e Rock in Rio Brasil foram realizados em junho e setembro de 2022 respectivamente. A Companhia realizou em setembro de 2023 o primeiro festival na cidade de São Paulo, denomidado "The Town". Em 2023, a Companhia anunciou a edição do Rock in Rio Brasil edição 40 anos a ser realizada em setembro de 2024. **Perspectivas:** Em março de 2023, a Companhia anunciou a organização do festival Lollapalooza Brasil em colaboração com a C3 Presents para o ano de 2024, o festival continuará sendo realizado no autódromo de Interlagos, na cidade de São Paulo. A partir de 2024, o Brasil contará com o Rock in Rio, The Town e Lollapalooza. **Considerações finais:** Em cumprimento às disposições previstas, a Companhia contratou os serviços de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender a regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes às companhias abertas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram prestados pelos auditores e partes a eles relacionadas, serviços que não aqueles de auditoria independente. **Agradecimentos:** A Rock World S.A. agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, entidades governamentais e todos aqueles que dedicaram seu tempo e eficiência ao desempenho da Companhia, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades, assim como os resultados até então alcançados.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**47.088**	51.771	**64.026**	53.217
Contas a receber	6	**10.161**	8.386	**11.915**	13.241
Impostos a recuperar	7	**1.749**	2.099	**1.749**	3.279
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	**4.896**	4.181	**6.333**	5.562
Adiantamento a fornecedores		**472**	1.366	**665**	1.529
Despesas antecipadas	8	**14.079**	4.171	**18.584**	4.196
ISS diferidos		**3.927**	252	**3.927**	252
Outros ativos		**20**	119	**595**	459
		82.392	72.345	**107.794**	81.735
Não circulante					
Empréstimos com partes relacionadas	15	**54.156**	54.417	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	**17.309**	17.309	**480**	480
Despesas antecipadas	8	**-**	-	**-**	589
Impostos a recuperar	7	**33.898**	33.757	**33.898**	33.757
Impostos diferidos	14	**6.690**	6.137	**20.636**	19.242
Depósitos judiciais	24	**6.962**	5.989	**6.962**	5.989
Outros ativos		**128**	15	**161**	76
Outras contas a receber com partes relacionadas	15	**447**	1.881	**522**	1.959
Investimentos	9	**3.405**	355	**3.405**	355
Imobilizado	10	**29.035**	24.506	**29.292**	27.353
Intangível		**494**	617	**494**	617
		152.524	144.983	**95.850**	90.417
Total do ativo		**234.916**	217.328	**203.644**	172.152

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	11	**15.683**	23.204	**16.009**	28.544
Passivo de arrendamento		**-**	-	**8**	109
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	**-**	-	**-**	508
Tributos e encargos sociais a recolher	12	**3.232**	712	**5.525**	907
Dividendos a pagar	17	**16.355**	88.726	**16.355**	88.726
Adiantamentos de clientes		**857**	57	**1.032**	519
Receitas diferidas	13	**63.430**	140	**83.932**	140
Outras contas a pagar		**1.780**	621	**2.191**	961
		101.337	113.460	**125.052**	120.414
Não circulante					
Empréstimos - partes relacionadas	15	**-**	1.384	**-**	1.384
Tributos e encargos sociais a recolher	12	**1.759**	2.641	**1.759**	2.641
Receitas diferidas	13	**19.281**	1.800	**19.281**	1.800
Fornecedores - partes relacionadas	15	**546**	568	**40**	42
Capital a integralizar		**154**	154	**154**	154
Outras provisões		**-**	-	**50**	52
Provisão para passivo a descoberto de controlada/coligada	9	**37.490**	34.233	**-**	-
		59.230	40.780	**21.284**	6.073
Patrimônio líquido	17				
Capital social		**2.000**	2.000	**2.000**	2.000
Reserva de lucros		**73.696**	62.793	**73.696**	62.792
(-) Ações em tesouraria		**(392)**	(392)	**(392)**	(392)
Ajuste de avaliação patrimonial		**(955)**	(1.313)	**(955)**	(1.313)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**74.349**	63.088	**74.349**	63.088
Patrimônio líquido atribuível à participação de acionistas controladores		**74.349**	63.088	**74.349**	63.088
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**(17.041)**	(17.423)
Patrimônio líquido		**74.349**	63.088	**57.308**	45.665
Total do passivo e patrimônio líquido		**234.916**	217.328	**203.644**	172.152

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de acionistas não controladores	contro patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000	(392)	400	3.243	-	(6.668)	(1.417)	(18.234)	(19.651)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	147.876	-	147.876	(335)	147.541
Dividendos	-	-	-	-	(88.726)	-	(88.726)	-	(88.726)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	59.150	(59.150)	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de imposto de renda	-	-	-	-	-	70	70	-	70
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	5.285	5.285	1.147	6.432
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.000	(392)	400	62.393	-	(1.313)	63.088	(17.422)	45.666
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.258**	**-**	**27.258**	**(909)**	**26.349**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(16.355)**	**-**	**(16.355)**	**-**	**(16.355)**
Constituição de reserva de retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**10.903**	**(10.903)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Hedge de fluxo de caixa, líquido de imposto de renda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(611)**	**(611)**	**-**	**(611)**
Ajustes acumulados de conversão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**969**	**969**	**1.290**	**2.259**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.000**	**(392)**	**400**	**73.296**	**-**	**(955)**	**74.349**	**(17.041)**	**57.308**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	18	**415.504**	531.131	**415.556**	647.384
(-) Custos dos serviços prestados	19	**(369.807)**	(361.081)	**(372.190)**	(467.296)
Lucro bruto		**45.697**	170.050	**43.366**	180.088
Despesas administrativas e gerais	20	**(15.032)**	(15.274)	**(18.385)**	(19.517)
Despesas comerciais		**(440)**	(252)	**(440)**	(252)
Outras receitas (despesas)		**168**	38	**772**	38
Equivalência patrimonial	9	**(2.829)**	166	**3.049**	(25)
		(18.133)	(15.322)	**(15.004)**	(19.756)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		**27.564**	154.728	**28.362**	160.332
Resultado financeiro	21				
Despesas financeiras		**(13.520)**	(30.134)	**(14.998)**	(33.500)
Receitas financeiras		**12.975**	24.764	**11.418**	23.978
		(545)	(5.370)	**(3.580)**	(9.522)
Lucro antes da tributação sobre o lucro		**27.019**	149.358	**24.782**	150.810
Imposto de renda e contribuição social					
Impostos correntes	14	**(2.319)**	(1.788)	**(2.334)**	(2.486)
Impostos diferidos	14	**2.558**	307	**3.901**	(783)
Lucro líquido do exercício		**27.258**	147.876	**26.349**	147.541
Atribuído aos acionistas controladores		**27.258**	147.876	**27.258**	147.876
Atribuído aos acionistas não controladores				**(909)**	(335)

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**27.258**	147.876	**26.349**	147.541
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	**(926)**	107	**(926)**	107
Impostos diferidos sobre hedges de fluxo de caixa	**315**	(37)	**315**	(37)
Ajustes acumulados de conversão	**969**	5.285	**2.259**	6.432
Resultados abrangentes total	**27.616**	153.231	**27.997**	154.043
Resultados abrangentes atribuídos aos:				
Acionistas controladores	**27.616**	153.231	**27.616**	153.231
Acionistas não controladores	**-**	-	**381**	812
Resultados abrangentes total	**27.616**	153.231	**27.997**	154.043

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro liquido do exercício	**27.258**	147.876	**26.349**	147.541
Ajustes para conciliar o prejuizo do exercício:				
Depreciação e amortização	**3.477**	2.883	**5.865**	3.594
Equivalência patrimonial	**2.829**	(166)	**(3.049)**	25
Imposto de renda e contribuição social corrente	**2.319**	1.788	**2.334**	2.486
Impostos de renda e contribuição social diferidos	**(2.558)**	(307)	**(3.901)**	783
Juros e variação cambial empréstimos	**(416)**	1.129	**1.751**	4.728
Provisão para perda de crédito esperada	**95**	2.310	**71**	2.696
Receita diferida	**(1.940)**	(123.480)	**(1.940)**	(167.554)
Custos diferidos	**4.171**	25.191	**4.785**	35.463
Créditos tributários	**(1.654)**	(19.525)	**(1.654)**	(19.750)
Outras despesas/ receitas	**-**	(254)	**63**	(144)
Outras provisões	**821**	2.641	**821**	2.641
	34.402	40.087	**31.495**	12.509
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Contas a receber	**(1.870)**	(8.430)	**(1.840)**	(8.909)
Impostos a recuperar	**1.863**	(4.683)	**3.042**	(5.334)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**(1.029)**	(1.772)	**(1.085)**	(1.499)
Adiantamento a fornecedores	**894**	(1.309)	**865**	(1.314)
Despesas antecipadas	**(14.079)**	(4.171)	**(15.662)**	(7.440)
ISS diferido	**(3.675)**	3.551	**(3.675)**	3.551
Outras contas a receber com partes relacionadas	**1.434**	(216)	**1.434**	2.094
Depósitos judiciais	**(973)**	(5.989)	**(973)**	(5.989)
Outros ativos	**-**	42	**58**	136
Fornecedores	**(2.695)**	25.956	**(3.660)**	26.081
Tributos e encargos sociais	**1.638**	(3.555)	**3.735**	(3.446)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**-**	-	**(523)**	488
Adiantamento de clientes	**800**	(1)	**975**	461
Receitas diferidas	**82.711**	1.940	**103.213**	1.940
Fornecedores - partes relacionadas	**(1.406)**	(2.300)	**(1.406)**	(2.300)
Outros passivos	**339**	87	**(3.641)**	3.916
Juros pagos parcelamento	**-**	(792)	**-**	(792)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**98.354**	38.445	**112.352**	14.153
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada	**(1.652)**	(12.892)	**-**	-
Aquisição de imobilizado	**(7.833)**	(16.530)	**(7.833)**	(16.542)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(9.485)**	(29.422)	**(7.833)**	(16.542)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Instrumentos financeiros derivativos	**(4.826)**	(12.049)	**(4.826)**	(12.049)
Arrendamento mercantil	**-**	-	**(101)**	(135)
Dividendos pagos	**(88.726)**	-	**(88.726)**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(93.552)**	(12.049)	**(93.653)**	(12.184)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(4.683)**	(3.026)	**10.866**	(14.573)
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalente de caixa	**-**	-	**(57)**	(1.381)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	**51.771**	54.797	**53.217**	66.409
	47.088	51.771	**64.026**	53.217
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício				
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(4.683)**	(3.026)	**10.866**	(14.573)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Rock World S.A. ("Rock World" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída em 7 de fevereiro de 2011, com a denominação social de Focuspar Participações S.A., tendo alterado sua denominação social para Rock World S.A. em 16 de dezembro de 2011. A Companhia iniciou suas operações em 7 de fevereiro de 2012. As demonstrações financeiras da Companhia incluem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). A Companhia tem por objeto: (i) a promoção e realização de eventos cuja principal atração seja a música, abertos ao público em geral, que envolvam ou não atrações secundárias de natureza diversa, atividades sociais e comércio de gêneros alimentícios e outros produtos, além de serviços em geral, e que envolvam uma pluralidade de dias e atrações de música, músicos ou bandas de música, no Brasil ou no exterior, com a designação Rock in Rio (Festival Rock in Rio) e The Town (Festival The Town); (ii) criação e negociação de conteúdo cultural e artístico relacionado aos festivais e/ou que utilize as marcas citadas no item anterior; (iii) licenciamento e/ou cessão de uso da marca Rock in Rio e The Town e marcas a ela relacionadas; (iv) administração de programa de fidelidade que utilize a marca Rock in Rio e The Town; e (v) campanhas relacionadas aos eventos e às marcas relacionadas aos eventos; e (vi) produzir e realizar eventos esportivos, culturais, artísticos e exploração de feiras de jogos eletrônicos. Em 2022, o festival Rock in Rio Brasil e Lisboa foram realizados em setembro e junho de 2022, respectivamente. Em 2023, a Companhia realizou novo festival denominado "The Town", na cidade de São Paulo. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é decorrente da realização do festival festival The Town no ano. Considerando a posição de caixa ao final do ano, os contratos firmados de patrocínio de eventos futuros e a programação de eventos para o ano de 2024, a Companhia seguirá com o curso normal das suas atividades e por isso apresenta as demonstrações financeiras em base de continuidade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2023. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Tendo em vista as incertezas inerentes ao processo de estimativa e à construção de julgamentos, os reais valores de liquidação das transações podem apresentar divergências significativas em relação aos valores registrados nas demonstrações contábeis. As estimativas incluem contingências, provisão para recuperabilidade do imposto diferido ativo, valor justo dos derivativos, vida útil dos ativos e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber. d) Moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. A moeda funcional das controladas localizadas na Europa é o Euro e das controladas localizadas nos Estados Unidos é o dólar americano, conforme descrito no item (2.1 b). e) Sazonalidade: Devido ao calendário sazonal para a realização dos festivais, a Companhia apresenta saldos mais elevados de receita quando da realização destes festivais. Essa sazonalidade também resulta em saldos mais elevados em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, despesas antecipadas, contas a pagar a fornecedores e receitas diferidas em diferentes épocas do ano. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, US$1 era equivalente a R$4,8413 (R$5,2177 em 31 de dezembro de 2022) e EUR 1 era equivalente a R$5,3516 (R$5,5694 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. c) Controladas no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos da sua respectiva moeda funcional, para Real (moeda funcional da Rock World S.A.) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio médias de cada mês. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. d) Contas a receber: O saldo de contas a receber é composto, principalmente, pelos valores a receber referentes a contratos de patrocínio celebrados e ingressos vendidos. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, deduzido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável do ativo. e) Despesas antecipadas: Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado. f) Imobilizado: Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens apresentadas na nota explicativa nº 10. Os gastos incorridos com reparos, consertos, reformas ou reposição de partes dos bens, quando representam um aumento da eficiência, produtividade ou da vida útil do bem, são acrescidos ao imobilizado. Nesses casos, os valores contábeis dos itens substituídos são baixados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis e o valor residual dos bens que compõem o ativo imobilizado com o objetivo de identificar evidências que indiquem a necessidade de alteração das expectativas anteriores. Essas evidências podem incluir fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização do bem, entre outros fatores. Quando são identificadas evidências e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada a redução ao valor recuperável do ativo. g) Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: • O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, se: (a) A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado ou; (a) As decisões relevantes sobre como e para que finalidade o ativo é usado são predeterminadas e: (i) Tem o direito de operar o ativo; e (ii) Projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. h) Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. i) Provisões: Provisões são reconhecidas quando as seguintes condições são atendidas: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam necessários para liquidar a obrigação; iii) for possível estimar de forma confiável o valor da obrigação. j) Ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há evidências de redução nos seus valores recuperáveis. Caso sejam identificadas tais evidências e o valor contábil líquido do ativo exceda o valor recuperável, são registradas as perdas estimadas com o intuito de ajustar o saldo contábil do ativo ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. k) Imposto de renda e contribuição social: Para as empresas situadas no Brasil, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. Para apuração do imposto de renda é aplicada a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R$240 mil, enquanto para contribuição social é aplicada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos do balanço e as bases fiscais, e são apresentados líquidos de provisões para perdas. A Companhia reavalia anualmente os montantes registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, a fim de concluir se é esperado que os mesmos sejam realizáveis, tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros aprovada pela Administração. l) Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC): Para as empresas situadas na Europa, o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é efectuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a revisões, correções e eventuais ajustamentos pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Por outro lado, as contribuições para a Segurança Social estão também sujeitas a revisões, correções e eventuais ajustamentos durante dez anos até ao exercício de 2000 e de cinco anos para os exercícios após 2001, inclusive. Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos, e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizá-los. Assim, no cálculo dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis considera-se uma taxa de imposto sobre o rendimento que varia de 21% a 25%, e um prazo de recuperabilidade máximo permitido em cada localidade.Para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributárias, considera-se a mesma taxa de imposto apresentada acima. Os impostos diferidos ativos e passivos deverão ser classificados na respectiva categoria de não correntes. m) Imposto sobre o rendimento nos Estados Unidos: A Companhia optou por utilizar o Método de Impostos a Pagar (Taxes Payable Method). De acordo com esse método, a despesa com impostos sobre o lucro representa o valor que a Companhia espera pagar, com base no lucro tributável apurado no ano. No ano em curso, a Companhia apurou prejuízo e, portanto, não há provisão para impostos sobre o lucro. Durante 2016 e 2017, os Estados Unidos impôs um sistema de taxas progressivas de impostos sobre o lucro, com tarifas que variam de 15% a 35% sobre o lucro tributável, líquido. A taxa incremental de 35% não é utilizada até que o lucro tributável líquido alcance 10 (dez) milhões de dólares. A taxa nos Estados Unidos passou a ser de 21% em 2018 e períodos subsequentes. Os prejuízos apurados pela Companhia em um exercício podem ser compensados com lucros apurados em exercícios subsequentes. Se o lucro apurado exceder as perdas acumuladas, o imposto será calculado sobre os ganhos líquidos, após a compensação das perdas dos exercícios anteriores. n) Reconhecimento de receitas: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As principais receitas do Grupo podem ser resumidas como segue: (1) Vendas de ingressos - as receitas provenientes de vendas de ingressos que têm origem na venda dos ingressos, principalmente via internet, e são reconhecidas no momento da prestação dos serviços, ou seja, quando os eventos são realizados. A entrega do ingresso para o cliente não é considerada uma obrigação de desempenho distinta para os eventos realizados pela Companhia porque o cliente não pode receber os benefícios do ingresso, a menos que a Companhia também cumpra sua obrigação de entregar o evento. A receita recebida da venda de ingressos antes da realização dos eventos é registrada como receita diferida no passivo até a data da realização do evento (inclusive no caso de pré-venda de ingressos no ano anterior ao da realização do evento). (2) Receitas com patrocínio - as receitas de patrocínio são oriundas de contratos que proporcionam aos patrocinadores oportunidades estratégicas para expor suas marcas através da sua associação com o evento. Esses programas também podem incluir eventos ou programas personalizados para as marcas específicas dos patrocinadores, que são tipicamente experimentados exclusivamente pelos clientes dos patrocinadores. Os acordos de patrocínio usualmente contêm vários elementos, que fornecem vários benefícios distintos ao patrocinador durante o prazo do contrato. A contraprestação é recebida em pagamentos parcelados durante o ano, normalmente antes de fornecer o benefício ao patrocinador ou realizar o evento. Conforme o CPC 30/IAS 18, a receita recebida antes do evento era registrada como receita diferida no passivo, exceto a parcela de igual valor aos gastos com marketing incorridos pelo Grupo. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a totalidade das receitas de patrocínio recebidas antes da realização do evento passou a ser registrada como receita diferida. o) Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados inclui os cachês dos artistas que se apresentam nos festivais e as despesas de viagem, despesas de marketing e publicidade específica dos festivais, as despesas relacionadas com a produção dos espetáculos e outros custos relacionados com a produção dos eventos. Estes custos são principalmente de natureza variável. O Grupo reconhece os custos relacionados ao evento no ano em que ocorre o festival para que não haja o descasamento entre receitas e custos relacionadas ao mesmo, exceto os custos à viagem, marketing e publicidade específica dos festivais na qual não são diferidos, impactando assim o exercício em que o fato gerador ocorrer. p) Custos de marketing: Os custos de marketing são reconhecidos para resultado no ano em que ocorrem, bem como as receitas de patrocínio equivalentes aos respectivos custos. q) Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas incluem salários e remunerações aos funcionários, honorários legais, consultoria e outros honorários profissionais, aluguel, depreciação de ativos imobilizados e outras despesas administrativas. r) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem, basicamente, os ganhos obtidos em aplicações financeiras, aumento no valor justo de ativos financeiros e ganhos de variações monetárias e/ou cambiais sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, redução no valor justo de ativos financeiros e perdas estimadas na recuperação de ativos financeiros. s) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segu-

continua >>>

BT

ROCK WORLD S.A.

CNPJ/ME nº 13.212.200/0001-50 / NIRE 33.3.0029682-4

rança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. t) CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento: Ativos financeiros:* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada,cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira registrados separadamente. Os derivativos da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo com as respectivas variações normalmente reconhecidas no resultado do exercício. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. *Hedge de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Companhia. **4. Demonstrações financeiras consolidadas:** a) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. b) Operação das controladas e coligadas: No ano de 2012, a Rock World passou a deter 100% das ações da Better World S.A., empresa portuguesa, constituída em 2003, que tem por objeto a promoção, produção e realização de espetáculos de música, artes e afins, não se limitando à produção de eventos ao vivo. A Companhia Better World S/A adquiriu 60% da controlada Rock in Rio Madrid S.A e criou a investida Better SL, ambas tem por objeto a promoção, produção e realização de espetáculos de música, artes e afins, em Madrid e Espanha com exceção de Madrid, respectivamente. Também em 2012, a Rock World adquiriu 50% do capital da Rock Official Comércio de Roupas Ltda. que tem por objeto o desenvolvimento e comercialização dos produtos oficiais da marca "Rock in Rio". Em 03 de fevereiro de 2014, a Companhia fundou uma subsidiária integral nos Estados Unidos, o Rock in Rio EUA, Inc. (a Delaware Corporation), com o objetivo de promover edições do evento Rock in Rio no país, a partir de Las Vegas (Nevada). Em abril de 2018, a Companhia uniu-se à CCXP Eventos Ltda na criação de uma joint venture Game Experience Eventos Ltda (Game XP), empresa que tem como objetivo de produzir e realizar eventos esportivos, culturais, artísticos e exploração de feiras de jogos eletrônicos, cada associada participando com 50% do capital social. Em novembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da empresa Like Fest Eventos Ltda., que tem como objetivo produzir e realizar eventos esportivos, culturais e artísticos. Em novembro de 2022, a Companhia celebrou com a empresa Ticketmaster Brasil Ltda. um instrumento particular de constituição de uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), na qual detém 49% da participação e ingressa na qualidade de socio participante. Na outra parte a Ticketmaster Brasil Ltda ingressou na qualidade de sócio ostensivo e detém 51% de participação. A Sociedade em Conta de Participação tem como objetivo desenvolver conjuntamente a atividade de bilheteria. Os investimentos estão apresentados na nota explicativa no 9. c) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As demonstrações financeiras consolidadass incluem as demonstrações da Rock World S/A. e de suas controladas Better World S/A e suas subsidiárias e Rock In Rio USA INC e suas subsidiárias, conforme a seguir:

Rock World S.A.
Better World A.A. (100%)
Rock in Rio USA Inc (100%)
Like Fest Eventos Ltda. (100%)
Rock Official (50%)
Game Experience Eventos Ltda.(50%)
Ticketmaster Brasil Ltda - SCP (49%)
Rock in Rio Madrid S.A (60%)
Rock World LLC (60%)
Better SL (100%)

	Percentagem de participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Better World S/A	**100%**	100%
Rock in Rio Madrid S/A	**60%**	60%
Better SL	**100%**	100%
Rock in Rio USA, Inc.	**100%**	100%
Rock World USA LLC	**60%**	60%
Like Fest Eventos Ltda.	**100%**	100%
Rock Official	**50%**	50%
Game Experience Eventos Ltda.	**50%**	50%
Ticketmaster Brasil Ltda. (SCP)	**49%**	49%

d) Participações em coligadas: As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, após a realização de ajustes para alinhar as políticas contábeis da investida com aquelas da Companhia, a partir da data em que a influência significativa começa a existir até a data em que a influência significativa deixa de existir. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida exceder sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, incluindo qualquer participação de longo prazo que faz parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é descontinuado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui as seguintes coligadas:

	Percentagem de participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Rock Official	**50%**	50%
Game Experience Eventos Ltda	**50%**	50%
Ticketmaster Brasil Ltda.	**49%**	49%

5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	**-**	12	**-**	13
Depósitos bancários	**47.085**	2.410	**64.023**	3.855
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**3**	49.349	**3**	49.349
	47.088	51.771	**64.026**	53.217

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por investimentos em fundos de investimento de renda fixa. Essas aplicações são remuneradas, substancialmente, com base na variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem conversibilidade imediata em caixa sem perda de valor. A remuneração média das aplicações financeiras é em torno de 12,88% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (4,8% a.a. em 31 de dezembro de 2022). **6. Contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos a receber parcelamento cartão de crédito	**3.225**	4.357	**3.752**	5.243
Patrocínios a receber	**9.478**	6.507	**11.501**	11.041
Contas a receber com as lojas na Cidade do Rock	**950**	346	**950**	346
Direito de transmissão TV	**50**	655	**50**	655
Outras contas a receber de clientes	**819**	1.540	**1.960**	3.016
Rock in Rio Club repasse da ticketeira	**810**	57	**810**	57
Subtotal	**15.332**	13.462	**19.023**	20.358
Provisão para perda de crédito esperada	**(5.171)**	(5.076)	**(7.108)**	(7.117)
Total circulante	**10.161**	8.386	**11.915**	13.241

A perda esperada é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela administração e expectativa de perdas futuras, em conformidade com os requerimentos do CPC 48, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. A movimentação da provisão para perdas esperadas no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(5.076)**	(2.766)	**(7.117)**	(4.645)
Contituição de provisão	**(95)**	(2.310)	**(95)**	(2.696)
Reversão de provisão	**-**	-	**24**	-
Ajuste de conversão (*)	**-**	-	**80**	224
Saldo final	**(5.171)**	(5.076)	**(7.108)**	(7.117)

(*) Refere-se ao efeito de conversão nas controladas Better World S/A e Rock in Rio EUA, Inc, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**9.148**	8.008	**10.187**	11.185
Vencidos até 30 dias	**243**	5	**604**	77
Vencidos de 31 a 60 dias	**-**	91	**-**	199
Vencidos de 61 a 90 dias	**-**	1.662	**-**	1.666
Vencidos de 91 a 180 dias	**480**	8	**480**	1.535
Vencidos há mais de 180 dias	**5.461**	3.688	**7.752**	5.696
Total	**15.332**	13.462	**19.023**	20.358

7. Impostos a recuperar e Imposto de renda e contibuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cofins (a)	**739**	921	**739**	921
PIS (a)	**161**	164	**161**	164
Imposto sobre Serviço a recuperar	**724**	709	**724**	709
Outros impostos a recuperar	**125**	306	**125**	1.486
Imposto de renda sobre aplicação financeira	**3.802**	2.649	**3.803**	2.649
Imposto de renda e Contibuição Social a recuperar	**-**	-	**1.437**	1.381
Saldo negativo de IRPJ	**680**	1.118	**680**	1.118
Saldo negativo de CSLL	**413**	413	**413**	413
Total impostos a recuperar - circulante	**6.645**	6.280	**8.082**	8.841
Cofins (a)	**27.851**	27.666	**27.851**	27.666
PIS (a)	**6.047**	6.091	**6.047**	6.091
Total impostos a recuperar - não circulante	**33.898**	33.757	**33.898**	33.757

(a) O saldo refere-se aos valores de créditos de PIS e COFINS não-cumulativos apurados sobre os custos de serviços e insumos. Os créditos apurados referem-se ao período de 2015 a 2019 em razão do recente reconhecimento pelo STJ da ilegalidade das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil no. 247/2002 e 404/2004. Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de impostos a recuperar foram reclassificados para a rubrica do não circulante, em função da na Lei 14.148/2021 (PERSE), refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na qual a Companhia faz parte deste programa que prevê alíquota 0% para apuração de PIS e COFINS para os próximos 5 anos. Sendo a expectativa de recuperabilidade do imposto diferido a partir de 2027. **8. Despesas antecipadas:** Referem-se substancialmente aos gastos com a organização e produção do evento Rock in Rio e Lollapalooza, sendo apropriados ao resultado no momento em que o evento é realizado (Lisboa e Brasil).

O saldo é composto como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de produção	**7.094**	2.551	**7.356**	3.140
Cachês artísticos	**81**	32	**1.419**	32
Serviços profissionais	**5.969**	1.060	**8.848**	1.060
Outros	**935**	528	**961**	553
	14.079	4.171	**18.584**	4.785
Circulante	**14.079**	4.171	**18.584**	4.196
Não circulante	**-**	-	**-**	589

9. Investimentos em controladas e coligadas:

Composição dos investimentos:

	Percentual de participação		Saldo dos investimentos	
Controladora	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rock Official (a)	**50%**	50%	**35**	35
G ame Experience Eventos Ltda.	**50%**	50%	**201**	312
Like Fest Eventos Ltda.	**100%**	100%	**8**	8
SCP -Ticketmaster	**49%**	49%	**3.161**	-
Total			**3.405**	355
Consolidado				
Rock Official (a)	**50%**	50%	**35**	35
Game Experience Eventos Ltda.	**50%**	50%	**201**	312
Like Fest Eventos Ltda. (b)	**100%**	100%	**8**	8
SCP -Ticketmaster	**49%**	49%	**3.161**	-
Total			**3.405**	355

	Percentual de participação		Saldo do passivo descoberto	
Controladora	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Better World	**-**	100%	**(10.793)**	(10.388)
Rock In Rio USA, Inc.	**-**	100%	**(26.672)**	(23.820)
Like Fest Eventos Ltda.	**-**	100%	**(25)**	(25)
Total			**(37.490)**	(34.233)

(a) O valor de R$35 refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na Rock Official. (b) O valor de R$8 refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na Like Fest Eventos.

Informações contábeis das controladas e coligadas:

	2023				2022			
	Ativo	Passivo	Lucro/ Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Lucro/ (Prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
Better World S.A.	**40.258**	**50.626**	**(2.426)**	**(10.368)**	24.242	34.187	2.531	(9.945)
Rock Official	**57**	**1.588**	**(1)**	**(1.531)**	57	1.587	(1)	(1.530)
Rock In Rio USA,Inc.	**-**	**27.335**	**(3.452)**	**(27.335)**	2.395	27.278	(2.340)	(24.882)
Game Experience Eventos Ltda.	**1.119**	**1.014**	**(222)**	**105**	1.341	1.014	(65)	392
Like Fest Eventos Ltda	**1**	**26**	**-**	**(25)**	1	26	-	(25)
SCP - Ticketmaster (i)	**235.004**	**228.564**	**8.176**	**6.440**	2.557	4.403	(2.676)	(1.846)

Mutação dos investimentos no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Investimento	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023
Better World S.A.	(10.388)	**1.652**	**(2.426)**	**369**	**(10.793)**
Rock Official (ágio)	35	**-**	**-**	**-**	**35**
Rock In Rio USA, Inc	(23.820)	**-**	**(3.452)**	**600**	**(26.672)**
Game Experience Eventos Ltda.	312	**-**	**(111)**	**-**	**201**
Like Fest Eventos Ltda.	(16)	**-**	**(1)**	**-**	**(17)**
SCP - Ticketmaster (i)	-	**-**	**3.161**	**-**	**3.161**
	(33.877)	**1.653**	**(2.829)**	**969**	**(34.085)**
Investimento	355				**3.405**
Provisão passivoa descoberto	(34.233)				**(37.490)**

Mutação dos investimentos no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Investimento	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Outros	Saldo em 31/12/2022
Better World S.A.	(30.797)	12.892	2.533	4.985	-	(10.388)
Rock Official (ágio)	35	-	-	-	-	35
Rock In Rio USA, Inc	(21.780)	-	(2.340)	300	-	(23.820)
Game Experience Eventos Ltda.	333	-	(27)	-	5	312
Like Fest Eventos Ltda.	(16)	-	-	-	-	(16)
SCP - Ticketmaster (i)	-	-	-	-	-	-
	(52.225)	12.892	166	5.285	5	(33.877)
Investimento	376					355
Provisão passivoa descoberto	(52.601)					(34.233)

(i) A SCP Ticketemaster foi constituída junto a companhia tickemaster brasil Ltda conforme instrumento particular de criação da sociedade nos padrões divulgado em Nota explicativa 4 letra "b" . A Rock World ingressou na qualidade de socio participante sem nenhuma obrigação legal ou financeira frente a terceiros, Com isso, a administração entende que a participação nos prejuízos da SCP deverá ter o reconhecimento por equivalência patrimonial limitado ao capital subscrito na sociedade, conforme previsto nas normas contábeis geralmente aceitas no brasil.

10. Imobilizado: O imobilizado da Companhia está composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023 e 2022: a) Composição do imobilizado:

a) Composição do imobilizado:

Controladora		31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	**643**	**(639)**	**4**	643	(636)	7
Máquinas e equipamentos	10%	**38.087**	**(9.927)**	**28.160**	27.278	(6.869)	20.409
Equipamentos eletrônicos	20%	**591**	**(506)**	**85**	591	(448)	143
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	**10.122**	**(9.336)**	**786**	10.122	(9.091)	1.031
Imobilizações em andamento	-	**-**	**-**	**-**	2.916	-	2.916
		49.443	**(20.408)**	**29.035**	41.550	(17.044)	24.506

Consolidado		31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10-12%	**1.716**	**(1.673)**	**43**	1.759	(1.689)	70
Máquinas e equipamentos	10%	**40.654**	**(12.494)**	**28.160**	30.044	(9.635)	20.409
Equipamentos eletrônicos	12-25%	**2.160**	**(2.067)**	**93**	2.223	(2.069)	154
Benfeitoria imóveis de terceiros	20%	**10.122**	**(9.336)**	**786**	10.122	(9.091)	1.031
Imobilizações em andamento	-	**-**	**-**	**-**	2.916	-	2.916
Conteiner	10%	**-**	**-**	**-**	5.717	(3.323)	2.394
Cenografia	5%	**1.704**	**(1.704)**	**-**	1.836	(1.835)	1
Outros	10%	**608**	**(398)**	**210**	742	(364)	378
		56.964	**(27.672)**	**29.292**	55.359	(28.006)	27.353

b) Movimentação do custo:

Controladora	31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2023
Móveis e utensílios	644	**-**	**-**	**-**	**644**
Máquinas e equipamentos	27.277	**7.893**	**-**	**2.916**	**38.086**
Equipamentos eletrônicos	591	**-**	**-**	**-**	**591**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10.122	**-**	**-**	**-**	**10.122**
Imobilizado em andamento	2.916	**-**	**-**	**(2.916)**	**-**
	41.550	**7.893**	**-**	**-**	**49.443**

Controladora	31/12/2021	Adições	Baixa	31/12/2022
Móveis e utensílios	644	-	-	644
Máquinas e equipamentos	10.519	16.758	-	27.277
Equipamentos eletrônicos	591	-	-	591
Benfeitoria em imóveis de terceiros	9.091	1.031	-	10.122
Imobilizado em andamento	2.916	-	-	2.916
	23.761	17.789	-	41.550

Consolidado	31/12/2022	Baixas	Adições	Variação cambial (*)	Transferências	31/12/2023
Móveis e utensílios	**1.759**	**-**	**-**	**(43)**	**-**	**1.716**
Máquinas e equipamentos	**30.044**	**-**	**7.893**	**(200)**	**2.917**	**40.654**
Equipamentos eletrônicos	**2.223**	**-**	**-**	**(63)**	**-**	**2.160**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	**10.122**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.122**
Imobilizações em andamento	**2.917**	**-**	**-**	**-**	**(2.917)**	**-**
Conteiner	**5.717**	**(5.305)**	**-**	**(412)**	**-**	**-**
Cenografia	**1.836**	**-**	**-**	**(132)**	**-**	**1.704**
Outros	**741**	**(105)**	**-**	**(29)**	**-**	**608**
	55.359	**(5.410)**	**7.893**	**(879)**	**-**	**56.964**

Consolidado	31/12/2021	Baixas	Adições	Variação cambial (*)	Transferências	31/12/2022
Móveis e utensílios	1.910	-	-	(151)	-	1.759
Máquinas e equipamentos	13.478	-	16.758	(192)	-	30.044
Equipamentos eletrônicos	2.431	-	12	(220)	-	2.223
Benfeitoria em imóveis de terceiros	9.091	-	1.031	-	-	10.122
Imobilizações em andamento	2.917	-	-	-	-	2.917
Conteiner	6.115	-	-	(398)	-	5.717
Cenografia	1.964	-	-	(128)	-	1.836
Outros	848	-	-	(107)	-	741
	38.754	-	17.801	(1.196)	-	55.359

(*) Refere-se ao efeito de conversão nas controladas Better World S/A e Rock in Rio EUA, Inc, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.
A despesa de depreciação reconhecida na demonstração do resultado individual e consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R$3.477 e R$5.865 respectivamente. (R$2.883 e R$3.594 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou e não identificou fatores de indicadores de impairment dos seus ativos imobilizados. A Administração da Companhia entende que a recuperação dos recursos aplicados na aquisição do imobilizado é plenamente viável por meio dos fluxos futuros líquidos de caixa.

continua >>>

BT

ROCK WORLD S.A.

CNPJ/ME nº 13.212.200/0001-50 / NIRE 33.3.0029682-4

11. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de contas a pagar apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**15.544**	20.602	**15.777**	24.948
Vencidos até 30 dias	**105**	953	**134**	1.428
Vencidos de 31 a 60 dias	**5**	2	**5**	155
Vencidos de 61 a 90 dias	**4**	7	**4**	21
Vencidos há mais de 90 dias	**25**	1.640	**89**	1.992
Total	**15.683**	23.204	**16.009**	28.544

12. Tributos e encargos sociais a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre serviço	**2.780**	316	**2.780**	316
Imposto de renda retido na fonte de prestadores de serviço	**136**	123	**395**	311
Contribuições previdenciárias	**226**	210	**235**	217
Imposto Valor Acrescentado (IVA) - Better World	**-**	-	**2.025**	-
IOF sobre empréstimos	**1.759**	2.641	**1.759**	2.641
Outros	**90**	63	**90**	63
	4.991	3.353	**7.284**	3.548
Tributos e encargos a recolher - Circulante	**3.232**	712	**5.525**	907
Tributos e encargos a recolher - Não circulante	**1.759**	2.641	**1.759**	2.641
Imposto de renda e contribuição social - Circulante	**-**	-	**-**	508

13. Receitas diferidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínios	**48.420**	140	**57.963**	140
Venda de ingressos	**29.376**	-	**39.345**	-
Outras receitas	**4.915**	1.800	**5.905**	1.800
	82.711	1.940	**103.213**	1.940
Circulante	**63.430**	140	**83.932**	140
Não circulante	**19.281**	1.800	**19.281**	1.800

Estas receitas referem-se basicamente a Patrocínio dos festivais a serem realizados no Rio de Janeiro e São Paulo, referente ao Lollapalooza e Rock in Rio a serem realizados em março e setembro de 2024, respectivamente, e ao The Town a ser realizado em setembro de 2025. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**27.019**	149.358	**24.782**	150.810
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(9.186)**	(50.782)	**(8.426)**	(51.275)
Efeito de alíquota de entidade no exterior	-	**(998)**	174	
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	**(962)**	57	**1.037**	-
Lei 14.148/2021 (PERSE) (*)	**10.292**	51.727	**10.292**	51.727
Ajuste prejuízo fiscal controladas no exterior não reconhecido	**-**	-	**(925)**	(624)
Despesas não dedutíveis	**(9)**	(11)	**(418)**	(1.684)
Outros	**104**	(2.472)	**1.005**	(1.587)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**239**	(1.481)	**1.567**	(3.269)
Resultado com imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	**2.558**	307	**3.901**	(783)
Resultado com imposto de renda e contribuição social correntes no exercício	**(2.319)**	(1.788)	**(2.334)**	(2.486)
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social	**1%**	9%	**6%**	8%

(*) Esta lei se refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. A Companhia faz parte deste programa como previsto na Lei 14.148/2021 (PERSE), portanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo de IRPJ e da CSLL referente a produção dos eventos. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, estão apresentados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos em 31/12/2021	7.655	24.089
Adição - IRPJ e CSLL diferidos	307	(783)
IRPJ e CSLL corrente	(1.788)	(2.486)
Outros	(37)	(1.578)
Impostos diferidos em 31/12/2022	6.137	19.242
Adição - IRPJ e CSLL diferidos	**2.558**	**3.901**
IRPJ e CSLL corrente	**(2.319)**	**(2.334)**
Outros	**314**	**(173)**
Impostos diferidos em 31/12/2023	**6.690**	**20.636**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
Imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rock World S.A.	**11.959**	11.191	**11.959**	11.191
Better World S.A.	**-**	-	**13.946**	13.105
Rock In Rio Madrid	**-**	-	**10**	86
Rock In Rio USA, Inc.	**-**	-	**915**	538
Diferenças temporárias - instrumentos financeiros derivativos	**277**	(36)	**277**	(36)
Diferenças temporárias - variação cambial	**(5.546)**	(5.018)	**(5.546)**	(5.018)
Impostos diferidos ativo bruto	**6.690**	6.137	**21.561**	19.866
Impostos diferidos não reconhecidos (a)	**-**	-	**(925)**	(624)
Impostos diferidos (b)	**6.690**	6.137	**20.636**	19.242

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL diferidos ativo				
Não circulante	**6.690**	6.137	**20.636**	19.242

(a) Imposto diferido não reconhecido se refere aos prejuízos fiscais das controladas Rock in Madrid, Rock in Rio USA, Inc. e Like Fest Eventos Ltda. Em função da ausência de expectativa de resultados tributáveis futuros. (b) Expectativa de realização de impostos diferidos.

Em	Controladora	Consolidado
2024	-	1.115
2026	-	1.137
2027 (*)	6.690	11.959
2028	-	1.384
> 2030	-	5.041
	6.690	20.636

(*) Em função da na Lei 14.148/2021 (PERSE), refere à ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na qual a Companhia faz parte deste programa que prevê alíquota 0% para apuração de IRPJ e CSLL para os próximos 5 anos. Sendo a expectativa de recuperabilidade do imposto diferido a partir de 2027. **15. Partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas estão apresentados conforme abaixo:

Controladora 31/12/2023	Empréstimos a receber	Outras contas a receber (a)	Fornecedores (b)	Empréstimos a pagar	Custos serviços prestados
Rock In Rio USA, Inc.	**27.335**	-	-	-	-
Better World S/A.	**26.821**	-	-	-	-
Rock Official	-	**17**	-	-	-
Rock In Rio Madrid	-	-	**546**	-	-
Rock City	-	**68**	-	-	-
Game Experience Eventos Ltda.	-	**333**	-	-	-
Like Fest Eventos Ltda.	-	**29**	-	-	-
	54.156	**447**	**546**	**-**	**-**

Controladora 31/12/2022	Empréstimos a receber	Outras contas a receber (a)	Fornecedores (b)	Empréstimos a pagar	Custos serviços prestados
Rock In Rio USA, Inc.	27.278	-	-	-	-
Better World S/A.	27.139	-	-	-	1.716
Rock Official	-	17	-	-	-
Rock In Rio Madrid	-	-	568	-	-
Rock City	-	1.502	-	1.384	-
Game Experience Eventos Ltda.	-	333	-	-	-
Like Fest Eventos Ltda.	-	29	-	-	-
	54.417	1.881	556	1.384	1.716

(a) Os saldos referem-se a despesas pagas para subsidiárias do Grupo Rock in Rio; (b) Os saldos referem-se a despesas pagas pelas subsidiárias do grupo, reembolsáveis pela Rock World. Empréstimos a receber:

Empresa	Valor €$	Valor US$	Taxa juros	Vencimento	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Rock In Rio USA, Inc.	-	**1.550**	**8%**	**27/07/2015**	**15.602**	15.570
Rock In Rio USA, Inc.	-	**500**	**8%**	**16/10/2015**	**3.143**	3.137
Rock In Rio USA, Inc.	-	**869**	**8%**	**27/05/2015**	**8.589**	8.571
Better World	-	**2.500**	**Libor +2,5%**	**31/12/2015**	**11.784**	11.895
Better World	-	**783**	**6%**	**24/08/2015**	**6.334**	6.489
Better World	**150**	-	**Libor +2,5%**	**31/12/2015**	**1.135**	1.105
Better World	**70**	-	**Libor +2,5%**	**31/12/2015**	**526**	513
Better World	**80**	-	**Libor +2,5%**	**31/12/2016**	**568**	577
Better World	**65**	-	**Libor +2,0%**	**31/12/2016**	**488**	478
Better World	**90**	-	**Libor +2,5%**	**31/12/2016**	**630**	640
Better World	**800**	-	**Libor +2,5%**	**31/12/2016**	**5.357**	5.442
					54.156	54.417

Consolidado	31/12/2023 Outras contas a receber	31/12/2023 Fornecedores partes relacionadas	31/12/2023 Empréstimos a pagar Partes relacionadas	31/12/2022 Outras contas a receber	31/12/2022 Fornecedores partes relacionadas	31/12/2022 Empréstimos a pagar Partes relacionadas
Live Nation	**75**	**40**	**-**	78	42	-
Rock City	**68**	**-**	**-**	1.502	-	1.384
Rock Official	**17**	**-**	**-**	17	-	-
Game Experience Eventos Ltda.	**333**	**-**	**-**	333	-	-
Like Fest Eventos Ltda.	**29**	**-**	**-**	29	-	-
	522	**40**	**-**	1.959	42	1.384

A Companhia, atualmente, vem avaliando alternativas para prorrogação ou liquidação dos prazos dos empréstimos vencidos com suas subsidiárias. Remuneração paga ao pessoal-chave da administração:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Remuneração pessoal-chave da administração	**1.320**	1.110
	1.320	1.110

16. Adiantamento para futuro aumento de capital:

Ativo - Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Rock In Rio USA Inc.	**16.803**	16.803
Rock Official	**480**	480
Like Fest	**26**	26
	17.309	17.309
Ativo - Consolidado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Rock Official	**480**	480
	480	480

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: É representado por 36.727.626 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, seiscentas e vinte e seis) ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de lucros: É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**62.793**	3.643	**62.793**	3.643
Constituição de reserva de retenção de lucros	**10.903**	59.150	**10.903**	59.150
Saldo final	**73.696**	62.793	**73.696**	62.792

c) Outros resultados abrangentes: Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações financeiras das controladas com moeda funcional (Euro ou dólar americano) diferente da controladora, além dos efeitos de mudança no valor justo de instrumentos derivativos designados como instrumentos de *hedge*. d) Dividendos: O acordo de acionistas da Companhia, estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 60% sobre o lucro líquido do exercício ou em um período intermediário, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro e destinou R$16.355 à titulo de dividendos mínimos obrigatórios (R$88.726 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Resultado do período	**27.258**	147.877
Absorção de prejuízo	**-**	-
(-) Reserva legal (5%)	**-**	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**27.258**	147.877
Dividendos mínimos obrigatórios	**16.355**	88.726

(*) A Companhia atingiu o limite de reserva legal de acordo com o art.193 da Lei nº 6.404/76 portanto não houve constituição de reserva legal em 2023 (R$0 em 31 de dezembro de 2022).

18. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínio	**132.193**	145.858	**132.193**	195.067
Venda de ingressos	**271.482**	354.606	**271.482**	407.610
Outras receitas (a)	**33.610**	58.633	**33.662**	72.673
(-) Impostos sobre vendas	**(21.781)**	(27.966)	**(21.781)**	(27.966)
	415.504	531.131	**415.556**	647.384

Receita por país:	31/12/2023	31/12/2022
Brasil	**415.504**	531.131
Portugal	**52**	116.253
	415.556	647.384

(a) O valor de outras receitas corresponde as receitas de direitos autorais, consultoria, cessão de uso de marcas e serviços de produção.

19. Custos dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Marketing e publicidade	**(24.610)**	(14.743)	**(24.726)**	(17.444)
Caches de artistas	**(130.632)**	(131.462)	**(130.908)**	(173.230)
Serviços profissionais	**(84.721)**	(81.839)	**(85.490)**	(120.604)
Infraestrutura	**(49.921)**	(45.560)	**(49.921)**	(48.619)
Custos Gerais	**(15.699)**	(12.099)	**(16.043)**	(17.296)
Cenografia	**(17.918)**	(13.762)	**(18.280)**	(16.929)
Hospedagem e passagens aéreas	**(8.741)**	(12.566)	**(8.741)**	(13.341)
Custos comerciais	**(16.088)**	(20.344)	**(16.448)**	(21.296)
Custos com aluguel	**(4.006)**	(15.781)	**(4.019)**	(22.782)
Custo com direitos autorais	**(11.559)**	(11.108)	**(11.559)**	(11.108)
Custos com depreciação de equipamentos	**(3.029)**	(1.580)	**(3.029)**	(1.580)
Outros custos	**(2.883)**	(237)	**(3.026)**	(3.067)
	(369.807)	(361.081)	**(372.190)**	(467.296)

20. Despesas administrativas e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	**(7.936)**	(6.494)	**(8.437)**	(8.528)
Despesas administrativas	**(3.281)**	(2.132)	**(3.352)**	(2.417)
Provisão para perda de crédito esperada	**(95)**	(2.310)	**(68)**	(2.696)
Serviços de terceiros	**(3.272)**	(3.035)	**(3.692)**	(3.862)
Depreciação/Amortização	**(448)**	(1.303)	**(2.836)**	(2.014)
	(15.032)	(15.274)	**(18.385)**	(19.517)

21. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos financeiros	**7.062**	14.254	**3.373**	11.206
Variação cambial	**4.932**	10.159	**7.064**	12.421
Outras receitas financeiras	**981**	351	**981**	351
Receitas financeiras	**12.975**	24.764	**11.418**	23.978
IOF	**-**	(3.145)	**-**	(3.145)
Despesas bancárias	**-**	(165)	**-**	(265)
Juros e multa sobre parcelamento de impostos	**-**	(792)	**-**	(792)
Outras despesas financeiras	**(131)**	(92)	**(133)**	(100)
Resultados de derivativos	**(4.826)**	(12.049)	**(4.826)**	(12.048)
Variação cambial	**(8.563)**	(13.891)	**(10.039)**	(17.150)
Despesas financeiras	**(13.520)**	(30.134)	**(14.998)**	(33.500)
Total	**(545)**	(5.370)	**(3.580)**	(9.522)

22. Direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui um contrato de aluguel com a Concessionária Rio Mais, proprietária dos imóveis, que atualmente compõem o Parque Olímpico do Município do Rio de Janeiro, onde foi realizado a Edição do Rock In Rio 2022. O acordo ainda prevê que futuramente, caso a Concessionária concorde, a seu exclusivo critério, com a renovação das condições a serem posteriormente ajustadas a realização do Rock in Rio 2024. O referido contrato prevê que a Companhia pague o aluguel fixo de R$7.181, para a próxima edição do Rock in Rio Brasil, e o valor do aluguel variável em razão da quantidade de ingressos vendidos em cada umas das edições previstas. A Rock World não possui direito de controlar o ativo identificado, nesse caso o Parque Olímpico, pois apenas poderá utilizá-lo por um período curto para a realização dos festivais, descaracterizando assim a aplicabilidade do CPC06/IFRS 16. Por isso, para o contrato em questão a contabilização permanecerá a mesma conforme IAS 17, reconhecendo a despesa de aluguel de acordo com a competência. **23. Instrumentos financeiros: 23.1. Instrumentos derivativos:** A Companhia, suas coligadas e controladas, têm por política contratar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos inerentes às suas operações, principalmente aqueles referentes aos gastos com produção dos eventos realizados. A Companhia, suas coligadas e controladas não adquirem instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo. a) NDF - Non-Deliverable Forward: A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, As operações de *NDF - Non-Deliverable Forward*, são contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação do dólar norte-americano perante o ao real brasileiro em relação aos custos de produção do evento Rock in Rio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção foram classificados como Hedge de fluxo de caixa, uma vez que visa proteger Companhia contra mudanças nas taxas de câmbio em 100% das operações que envolvem cachês de artistas internacionais. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*. A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. As mudanças nas politicas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente. As operações de NDF - Non-Deliverable Forward, contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação do dólar norte-americano perante o ao real brasileiro em relação aos custos de produção do evento Rock in Rio. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou perda líquida no montante de R$4.826 (perda de R$12.049 em 31 de dezembro de 2022) tendo todas as operações liquidadas dentro do exercício. **23.2. Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos advindos de instrumentos financeiros associados a suas operações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração avaliou que a Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco cambial; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia é definida pela alta administração em conjunto com o Conselho de Administração. A diretoria é responsável por supervisionar a gestão desses riscos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A seguir estão demonstrados os instrumentos financeiros e os principais riscos financeiros aos quais a Companhia está exposta, as estratégias de gerenciamento de riscos aplicadas e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

	Controladora 31/12/2023		Consolidado 31/12/2023	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	Valor contabil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	**47.088**	**47.088**	**64.026**	**64.026**
Contas a receber	**10.161**	**10.161**	**11.915**	**11.915**
Outras contas a receber	**20**	**20**	**595**	**595**
Empréstimos a receber partes relacionadas	**54.156**	**54.156**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**17.309**	**17.309**	**480**	**480**
Outros ativos financeiros	**128**	**128**	**161**	**161**
Outras contas a receber com partes relacionadas	**447**	**447**	**522**	**522**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	**15.683**	**15.683**	**16.009**	**16.009**
Fornecedores - partes relacionadas	**546**	**546**	**40**	**40**
Passivos financeiros de arrendamento	**-**	**-**	**8**	**8**
Adiantamentos de clientes	**24.129**	**24.129**	**24.304**	**24.304**
Outras contas a pagar	**962**	**962**	**1.373**	**1.373**

	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	Valor contabil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	51.771	51.771	53.217	53.217
Contas a receber	8.386	8.386	13.241	13.241
Outras contas a receber	12	12	352	352
Empréstimos a receber partes relacionadas	54.417	54.417	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.309	17.309	480	480
Outros ativos financeiros	15	15	76	76
Outras contas a receber com partes relacionadas	1.881	1.881	1.959	1.959
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	23.204	23.204	28.544	28.544
Fornecedores - partes relacionadas	568	568	42	42
Passivos financeiros de arrendamento	-	-	109	109
Adiantamentos de clientes	57	57	519	519
Outras contas a pagar	623	623	1.015	1.015

A tabela a acima apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e coligadas e inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo com base em inputs de nível 2 da hierarquia de valor justo, considerando instrumentos similares disponíveis no mercado. Não ocorreram transferências entre o Nível 1, Nível 2 e Nível 3 durante o ano. Considerando-se o vencimento de curto prazo dos empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. As tabelas abaixo mostram os principais riscos financeiros a Companhia está exposta, as estratégias de gestão de risco utilizados e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia também tem um risco relacionado com a concentração geográfica de suas operações no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa (Portugal e Espanha), estando sujeito a partir de efeitos negativos das forças econômicas e políticas dentro desses mercados/áreas geográficas. a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da falha de um cliente, ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que expõem a Companhia ao risco de crédito referem-se aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos com partes relacionadas e outros ativos financeiros Com o intuito de minimizar esse risco, a Companhia efetua transações apenas em instituições financeiras com reconhecida liquidez, mediante definição da Administração. O risco de crédito vinculado aos saldos de contas a receber é gerenciado através da seleção criteriosa dos clientes, em sua maioria empresas de renome nacionalmente e internacionalmente. A Administração acompanha constantemente os saldos de clientes e avalia, a cada data de divulgação, a necessidade de registro de perdas estimadas. Historicamente, o índice de inadimplência verificado é praticamente nulo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, essa exposição máxima, apresentava os seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**47.088**	51.771	**64.026**	53.217
Contas a receber	**10.161**	7.884	**11.915**	13.241
Outras contas a receber	**20**	12	**595**	352
Empréstimos a receber partes relacionadas	**54.156**	54.417	**-**	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	**447**	1.881	**522**	1.959
Outros ativos financeiros	**128**	15	**161**	76
	112.000	115.981	**77.219**	68.845

b) Risco cambial: O risco cambial decorre da possibilidade de ocorrência de variações nas taxas de câmbio, que afetem os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e, consequentemente, as receitas e despesas da Companhia. A Companhia está exposta a oscilações na taxa de câmbio, provenientes da aquisição de equipamentos e serviços no exterior, dos saldos com partes relacionadas com sede no exterior, dos investimentos em subsidiárias no exterior e dos saldos de empréstimos e financiamentos contratados. Para os custos de produção do evento Rock in Rio, a Companhia contrata operações de NDF com o objetivo de mitigar o risco combial, conforme divulgado na nota explicativa 24.1 - Instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial:

	Controladora Valor contabil		Consolidado Valor contabil	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	-	**16.938**	1.446
Contas a receber	**-**	-	**1.754**	4.855
Empréstimos com partes relacionadas	**54.156**	54.417	**-**	-
Outras contas a receber	**-**	-	**595**	352
Outras contas a receber-partes relacionadas	**447**	1.881	**522**	1.959
Outros ativos financeiros	**-**	-	**161**	76
Fornecedores	**-**	-	**(326)**	(5.340)
Outras contas a pagar	**-**	-	**(411)**	392
Fornecedores - partes relacionadas	**(546)**	(568)	**(40)**	(42)
	54.057	55.730	**19.193**	3.698

c) Risco de liquidez: A área financeira dispõe de mecanismos para previsão e controle tempestivo das projeções de fluxo de caixa, com o intuito de assegurar que a Companhia tenha plena capacidade de honrar suas obrigações. Para tanto são monitorados constantemente os níveis de endividamento da Companhia e sua controlada. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2023:

Em milhares de reais	Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	**16.009**	**16.009**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores - partes relacionadas	**40**	**-**	**-**	**40**	**-**	**-**
Adiantamento de clientes	**1.032**	**1.032**	**-**	**-**	**-**	**-**
Leasing equipamentos	**8**	**8**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras contas a pagar	**1.373**	**1.373**	**-**	**-**	**-**	**-**
	18.462	**18.422**	**-**	**40**	**-**	**-**

31 de dezembro de 2022:

Em milhares de reais	Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	28.544	28.544	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	42	42	-	-	-	-
Empréstimos a pagar partes relacionadas	1.383	-	-	1.383	-	-
Leasing equipamentos	109	55	54	-	-	-
Outras contas a pagar	1.012	1.012	-	-	-	-
	31.093	29.655	54	1.383	-	-

d) Risco de taxa de juros: A Companhia não possui ativos relevantes sujeitos a variações de taxas de juros. O risco de taxa de juros advém, de operações de empréstimos e financiamentos contratadas pela Companhia e suas controladas também não traz risco de taxas de juros uma vez que as taxas para as operações mais relevantes, são pré fixados, vide nota explicativa nº 16. **24. Provisão para contingências e Depósitos judiciais:** Durante o curso normal dos negócios, a Companhia está ocasionalmente envolvida com reclamações e litígios. As provisões são constituídas quando a probabilidade de perda é considerada provável e o montante desta perda pode ser razoavelmente estimado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram constituídas provisões por não existirem processos relevantes com expectativa de perda provável. Não são estabelecidas provisões para as contingências cuja probabilidade de perda é possível. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 discussões judiciais de perda possível cujo o risco financeiro é de aproximadamente R$5.679 (R$3.882 em dezembro de 2022). A determinação da probabilidade e a estimativa do valor real de tais perdas são inerentemente imprevisíveis e, portanto, é possível que o resultado final de tais reclamações e litígios possam ser diferentes dos valores das causas. A Companhia também era parte envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis em andamento e que está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As causas trabalhistas somam R$1.143 (R$573 na esfera administrativa), havendo um único processo significativo, no montante de R$159 mil que ainda transita na esfera judicial referente a reclamação trabalhista sendo a Rock World ré solidaria no processo. Em 30 de agosto de 2017, a Companhia entrou com o mandado de segurança contra Receita Federal do Brasil visando a exclusão do ISS (Imposto sobre serviços) da base de cálculo das contribuições sociais PIS e COFINS, bem como a recuperação/repetição dos valores recolhidos a maior nos últimos 5 anos, onde em 2018 foi concedida liminar a

continua >>>

ROCK WORLD S.A.

CNPJ/ME nº 13.212.200/0001-50 / NIRE 33.3.0029682-4

favor da Companhia. A Receita Federal entrou com Recurso Especial e extraordinário e aguarda-se nova decisão. Em 2020 a Companhia apresentou foi nova liminar, no valor de R$4.017. A sentença foi considerada procedente e aguarda-se julgamento dos recursos extraordinário. Em Dezembro de 2021, foi ajuizada pela Companhia a ação ordinária com liminar, a qual foi deferida, para afastar a incidência e determinando a suspensão da exigibilidade do ISS - importação sobre todo e qualquer serviço prestado por músicos, artistas e técnicos de espetáculos estrangeiros, contratados para espetáculos e/ou eventos artísticos produzidos pela Rock World S.A. O Município apresentou contestação sobre a referida liminar em novembro de 2022 e até presente data aguarda-se a julgamento do STJ. Em agosto de 2022 foi ajuizado o mandado de segurança visando o não reconhecimento da Companhia, à luz do artigo 4º da Lei nº 14.148/2021 de não recolher o PIS/COFINS - Importação, previsto na Lei nº 10.865/2004, quando das remessas de valores ao exterior, notadamente para o pagamento dos cachês das bandas internacionais que se apresentam no ROCK IN RIO, durante o prazo de vigência do PERSE. No entanto, a Companhia optou por depositar judicialmente os valores na ordem de R$6.962. A sentença foi considerada improcedente e foi apresentado recurso de apelação o qual aguarda julgamento. A Companhia por ser uma produtora de eventos tem como uma de suas principais fontes de receita, os patrocínios. Em razão dos recebimentos destes valores, a Rock World tem como obrigação o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços) sobre tal receita, em razão das contrapartidas entregue aos patrocinadores, consistentes - notadamente - na inserção de textos, desenhos, marcas e outros materiais de propaganda e publicidade dos patrocinadores, em qualquer meio de divulgação do festival. Em 23 de julho de 2021 o município do Rio de Janeiro majorou a alíquota de ISS sobre o patrocínio em mais de 66%, restringindo a alíquota de 3% apenas e tão somente a inserção de textos, desenhos e marcas e outros materiais de propaganda e publicidade quando efetuada pela internet. Com isso, ao alterar o texto legal e limitar a alíquota a 3% as contrapartidas descritas acima, o município entendeu que a alíquota sobre os patrocínios, prevista para o Rock in Rio 2021, este realizado em 2022, deveria estar sujeito a alíquota de 5%. Diante deste fato, em setembro de 2022, a Companhia impetrou o mandado de segurança contra o município do Rio de Janeiro, uma vez que o evento inicialmente estava previsto para ocorrer em 2021, e somente em decorrência da covid-19 teve que ser adiado, e por estas circunstâncias a alíquota aplicável deveriam ser de 3% sobre patrocínios sobre o referido evento. Considerando que o pedido acima foi protocolado no ano do evento, a Companhia optou por depositar judicialmente o valor devido a fim de permitir a imediata conversão em renda do valor até o fim da presente ação, no valor aproximado de R$2.871 e aguarda julgamento. Com base na experiência da Companhia, nas informações atuais e na legislação aplicável, não se acredita que seja razoavelmente possível que qualquer processo ou eventuais sinistros relacionados terão um efeito material nas demonstrações financeiras. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas amparada por seus consultores legais. **25. Compromissos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante consolidado de R$103.213 (R$1.940 em 31 de dezembro de 2022) relativos à compromissos futuros decorrentes, principalmente, de diversos contratos de patrocínios e venda de ingressos que são reconhecidos no resultado após a realização do festival, veja nota 13.

Diretoria

Roberto Medina - Diretor | **Luis Fernando Moura Justo** - Diretor | **Duarte de Sampaio e Melo Marques Leite** - Diretor

Contador

Carlos Santana de Freitas - CRC - RJ nº 103.558/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Rock World S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rock World S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC 2SP-015199/F

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC 1RJ-090794/O

EY Building a better working world

Grupo Bradesco Seguros: mudanças para ampliar a participação em Saúde

Para adequar-se às necessidades do mercado e objetivando buscar uma evolução ainda maior no segmento de Saúde Suplementar no país. o Grupo Bradesco Seguros está anunciando mudanças internas na estrutura de liderança, abrangendo o Conselho do Grupo Bradesco Saúde, a Bradesco Saúde e a Atlântica Hospitais. Para promover essa evolução, a empresa está privilegiando os talentos internos e aproveitando toda a experiência dos Executivos do Grupo.

A seguir, relacionamos as mudanças realizadas:

Manoel Peres, atual presidente da Bradesco Saúde, passa a fazer parte do Conselho de Administração do Grupo Bradesco Saúde, aportando décadas de experiência no setor nessa nova e importante função.

Carlos Marinelli, executivo que atualmente lidera a Atlântica Hospitais, assume a presidência da Bradesco Saúde, empresa em que também já atuava como Diretor Executivo, agregando toda a experiência no setor nessa nova função, destacando-se o fato de já ter sido CEO por 7 anos de uma das principais empresas do setor: Grupo Fleury.

Rodrigo Bacellar, atual diretor presidente da Odontoprev, passa a ser o Head da Atlântica Hospitais, função na qual contribuirá com sua ampla experiência de mais de uma década como presidente de empresas que atuam no ecossistema de Saúde, como Orizon e Odontoprev, visando buscar novos e relevantes ativos e parcerias com hospitais.

Elsen Carvalho, atual Diretor Comercial da Odontoprev onde está desde 2017, foi eleito diretor presidente da Odontoprev pelo Conselho de Administração da companhia.

Ivan Gontijo, presidente do Grupo Segurador, afirma que "essas mudanças reforçam nosso compromisso em participar de forma cada vez mais significativa do setor de Saúde no país, pois estamos posicionando líderes com reconhecida experiência e talento em funções nas quais possuem plena capacidade para promover a evolução dos negócios do Grupo".

Luiz Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, ressalta que: "Temos a convicção de que as mudanças que promovemos nas empresas do Grupo, que atuam no Setor de Saúde, criam os alicerces necessários para nos tornarmos ainda mais relevantes nesse segmento que tanto valorizamos na Organização Bradesco e que é tão importante para a sociedade brasileira."

Essas mudanças passam a vigorar a partir dessa data.

Grupo Exalt apresenta as novas corretoras associadas

Seguindo plano de expansão, o Grupo Exalt apresenta sete novas corretoras em sua rede de associadas. Com objetivo de aumentar sua representatividade e oferecer uma cesta de serviços cada vez mais robusta, a empresa conta com um time de especialistas para fornecer capacitação, suporte administrativo, gestão de recursos humanos e uma análise de riscos com foco no aprimoramento de toda a operação.

As novas corretoras associadas são: A2C Brasil Corretora de Seguros (Indaiatuba-SP); Estância Barra Bonita Corretora de Seguros (Barra Bonita-SP); Faleiros & Alves Corretora de Seguros (Leme-SP); GML Corretora de Seguros (Itapeúna-SP); Nova Elo Forte Corretora de Seguros (Paulínia-SP); Poli & Chiqueto Corretora de Seguros (Louveira-SP); e WSZ TTE Corretora de Seguros (Taubaté-SP).

Para acelerar a ampliação dos negócios, o Grupo Exalt investiu em tecnologia e no desenvolvimento de ferramentas para que as corretoras associadas tivessem maior disponibilidade para focar sua atuação na venda de seguros e atendimento ao cliente.

"As corretoras que fazem parte do Grupo se beneficiam da gestão centralizada junto às companhias de seguros, tanto em condições de comercialização, quanto no suporte ao atendimento comercial. Nossa equipe efetua o acompanhamento constante das métricas e resultados que criam um ambiente favorável ao desenvolvimento dessas empresas", explicou Maurício Ramos, diretor executivo do Grupo Exalt".

Sou Segura estará no grupo de trabalho da Susep

A Sou Segura foi convidada para integrar o Grupo de Trabalho "Política Nacional de Acesso ao Seguro", que terá como finalidade discutir colher contribuições e coordenar esforços à criação da Política Nacional de Acesso ao Seguro pela Susep.

Para tanto, será estabelecido um canal de interlocução, diálogo e busca de consensos entre seguradores, segurados, outros participantes do mercado, especialistas e autoridades públicas, para a construção de alternativas capazes de impulsionar o acesso ao seguro, de forma quantitativa de qualitativa, a uma gama cada vez maior de cidadãos e empresas brasileiras.

"A Susep convidou a Sou Segura por entender que ela é entidade fundamental para participar deste Grupo de Trabalho que terá duração de 60 dias. O produto final será a entrega de um Relatório que buscará consolidar o diagnóstico e conclusões de cada um dos subgrupos sobre os respectivos eixos temáticos.", afirma a presidente da Sou Segura, Liliana Caldeira.

A reunião de lançamento e instalação do Grupo de Trabalho "Política Nacional de Acesso ao Seguro" será no dia 13 de setembro (sexta-feira) , às 10h00.

Veja, na íntegra, o teor do Portaria 8.324/24, publicada nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União:

"O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso VII, do Regimento Interno anexo à Resolução CNSP nº 468, de 25 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho (GT), de natureza consultiva, com o propósito de discutir e, se for o caso, propor, recomendações de aperfeiçoamento regulatório e de formulação de estratégia institucional e de mercado relacionadas à construção da Política Nacional de Acesso ao Seguro a ser criada pela Susep.

Art. 2º O GT é composto por servidores da Superintendência de Seguros Privados e participantes externos, conforme Anexo I desta Portaria.

§ 1º A coordenação do GT ficará a cargo da da Diretora da Diretoria de Infraestrutura de Mercado e Supervisão de Conduta - DISUC e, nas suas ausências, do seu substituto eventual.

§2º São considerados participantes externos: representantes do Governo Federal, entidades públicas, privadas e pessoas especialistas, cujas atividades comprovadamente estejam relacionadas às matérias de pauta dos respectivos subgrupos que virão a compor.

§3º Além dos participantes relacionados no Anexo I, a coordenação do GT poderá convidar outros participantes externos para participar de suas atividades, desde que respeitado o limite do §2º do Art. 3º desta Portaria.

Art. 3º O GT será composto por subgrupos que terão como referência eixos temáticos decididos pela Coordenação do GT após a primeira rodada de reunião com os membros do Grupo de Trabalho.

§1º A coordenação de cada subgrupo ficará a cargo de servidores da Susep.

§2º Os subgrupos serão compostos por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 25 (vinte e cinco) participantes.

§3º A configuração de cada subgrupo poderá ser modificada a critério e conveniência da coordenação do GT.

Art. 4º Cada participante externo poderá indicar 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente para representá-lo no respectivo subgrupo.

Art. 5º Os subgrupos reunir-se-ão periodicamente, por convocação do seu coordenador, e os trabalhos se darão preferencialmente de forma remota, por videoconferência.

Art. 6º O GT deverá concluir os seus trabalhos em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 7º A Coordenação do GT deverá apresentar, ao final dos trabalhos, relatório consolidado de conclusão das discussões havidas nos subgrupos.

Art. 8º A participação no Grupo de Trabalho será considerada atividade de relevante interesse público e não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Participantes externos do Grupo de Trabalho: Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP); Access to Insurance Initiative - A2ii / IAIS; Associação Brasileira de Insurtech – ABInsurtech; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças – (Abcred); Associação das Mulheres do Mercado de Seguros (Sou Segura); Associação Internacional do Direito do Seguro (Aida); Banco Central do Brasil; Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg); Elas Que Lucrem (EQL); Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (Fenacor); Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS); Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Fazenda; Camila Calais; Guillermo Aponte Reyes Ortiz; Luca d'Arce Giannotti; Manuel Matos; Margarida Lima Rêgo; Tiago Moraes Gonçalves; Vitor Boaventura Xavier;e Vivien Lys